

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

LETICIA MARIA DA SILVA MATTOS

**ESCRAVIDÃO E MATERNIDADE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS MÉDICOS
SOBRE AS MÃES ESCRAVIZADAS NO RIO DE JANEIRO (1871-1888)**

Rio de Janeiro

2022

LETÍCIA MARIA DA SILVA MATTOS

**ESCRAVIDÃO E MATERNIDADE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
MÉDICOS SOBRE AS MÃES ESCRAVIZADAS NO RIO DE JANEIRO (1871-
1888)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª Kaori Kodama Flexor

Rio de Janeiro

2022

LETÍCIA MARIA DA SILVA MATTOS

ESCRAVIDÃO E MATERNIDADE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS MÉDICOS SOBRE AS MÃES ESCRAVIZADAS NO RIO DE JANEIRO (1871- 1888)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Kaori Kodama Flexor (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof^a. Dra. Karoline Carula (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense)

Prof^a. Dra. Tania Pimenta Salgado (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Prof^a. Dra. Iamara Viana (Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Prof^a Dra. Gisele Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz).

Rio de Janeiro

2022

Ficha catalográfica

Ficha Catalográfica

M444e Mattos, Letícia Maria da Silva.

Escravidão e maternidade : uma análise dos discursos médicos sobre as mães escravizadas no Rio de Janeiro (1871-1888) / Letícia Maria da Silva Mattos ; orientada por Kaori Kodama Flexor. – Rio de Janeiro : s.n., 2022.

140 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

Bibliografia: 126-140f.

1. Grupos Raciais. 2. Mulheres. 3. Gravidez. 4. Escravização.
4. História do Século XIX. 5. Brasil.

CDD 362.1

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

À minha avó Maria de Lourdes [*im memoriam*].

E à minha mãe Marisa... aquela que me gerou e me tornou uma mulher negra.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da minha graduação, tomei como um dos meus principais objetivos, me tornar mestra em história. E com muito esforço, estudo, ajuda e orações, aqui estou. Porém, nunca imaginei que a escrita desses agradecimentos seria tão significativa para mim, pois não só agradeço, como respiro aliviada, choro e me tranquilizo em pensar que nesses dois anos pude contar com verdadeiros amigos que estiveram ao meu lado, mesmo que virtualmente, num momento em que o afastamento era a principal maneira de conter a pandemia do Coronavírus. Agradeço aos professores que estiveram comigo desde o início da minha graduação na Universidade Federal Fluminense, em especial, à minha ex orientadora e amiga, Karoline Carula, sempre muito atenciosa e solícita, que se tornou uma das minhas principais referências para os estudos da história das mulheres escravizadas e participou da minha qualificação no ano de 2021. Também agradeço ao professor Jonis Freire, por igualmente me incentivar e ajudar em todas as etapas da minha formação. Não poderia deixar de mencionar o professor Paulo Terra e a professora Maria Fernanda Bicalho que me acolheram e me deram espaço em maravilhosas aulas sobre história social do Brasil.

Na Fundação Oswaldo Cruz, pude criar fortes vínculos de amizades com as quais aprendi muito. No período em que fui bolsista do Setor de Museologia do Museu da Vida, Inês Nogueira, Alice Barboza, Aline Pereira, Flávia Bastos, Tatiane Lopes, Mayara Manhães, Juliana Albuquerque, Samuel Santiago, Ana Meira e Pedro Paulo Soares foram pessoas que sempre me ajudaram e apoiaram em meus projetos. Não poderia deixar de mencionar os queridos professores que acompanharam o meu crescimento como pesquisadora no PPGHCS, agradeço à professora Tania Pimenta por acreditar no meu trabalho e participar da minha banca de qualificação e desta banca. Também agradeço à Gisele Sanglard e Iamara Viana (PUC) por participarem como suplentes na minha defesa. Na COC, Simone Kropf, Rômulo Andrade, Luiz Alves, Gabriel Lopes, Marcos Chor, André Felipe Cândido e Eliza Toledo também foram professores essenciais, compreensivos e amigos no meu primeiro ano de mestrado. Não poderia deixar de mencionar a minha orientadora Kaori Kodama, cuja humildade, inteligência e paciência, sem dúvidas, são suas principais qualidades. Professora, obrigada por acreditar no meu trabalho, pelos conselhos e pela compreensão em tempos tão difíceis. Embora a distância tenha dificultado a criação de vínculos, agradeço ao apoio de excelentes colegas da turma do PPGHCS 2020, Sara Zan, Gutiele Gonçalves, Carolina Valente, Jacques Pinto, Emanuel Rodolpho Oliveira, Ana Luiza Lopes, Jessica Coutinho e Bernardo Felberg,

queridos companheiros de luta com os quais tive o prazer de compartilhar aulas e um pouco da rotina de estudos. Também agradeço às queridas pesquisadoras de universidades de fora do Rio de Janeiro, cujas pesquisas dialogam diretamente com a minha, Núbia Sotini (UNIOESTE), querida pesquisadora com a qual sempre tenho trocas incríveis e Lorena Telles (USP), que além de ter uma pesquisa inspiradora, me ajudou imensamente, disponibilizando parte de sua base de dados de fontes para a confecção dessa pesquisa.

Aos meus amigos da vida, também tenho muito a agradecer, Karoline, Mithalli Mathias, Marcus Rubim, Gabriel Vettorazzi e Giovanna, obrigada por estarem sempre ao meu lado e por serem pessoas tão especiais. Por último, reconheço que a base de tudo o que passei aqui e tudo o que sou, devo a Deus e à minha família. Eles estão comigo em absolutamente todos os meus momentos, até mesmo na solitária escrita acadêmica. Eles foram minhas melhores companhias, me auxiliando da maneira que puderam, tornando esse período menos cansativo. Dedico esse trabalho às minhas tias Ana Lucia e Maria de Fátima; meus avós, Domício de Mattos (im memoriam), Anna Rosário e Maria de Lourdes (im memoriam). Ao meu querido irmão João Paulo (im memoriam), que foi uma das primeiras pessoas que me fizeram acreditar que eu poderia alcançar meus sonhos. Também dedico esse trabalho às minhas queridas Ana Claudia, Luna e Ana Cecília. E por último, agradeço a Deus por ter me dado forças, me enviando os meus anjos da guarda, meus queridos pais, conselheiros e companheiros, Ronaldo e Marisa...vocês são tudo pra mim.

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha.

(Vozes- Mulheres. Conceição Evaristo, 2017)

RESUMO

Nas últimas décadas antes da abolição, a cidade do Rio de Janeiro contou com a presença de mulheres escravizadas nas funções de amas de leite, lavadeiras, mucamas, costureiras, vendedoras, que eram mães de filhos cativos e “ingênuos”. A partir da Lei do Ventre Livre (1871), a maternidade dessas mulheres ganhou novas dimensões no debate público, catalisando forças para o movimento abolicionista, e aumentando a pressão para a abolição. Nesse período, marcado pela tentativa de institucionalização do saber médico, pela entrada das teorias raciais no Brasil e pelo aumento do estudo sobre o corpo feminino, a maternidade das mulheres burguesas foi defendida por médicos e intelectuais, como um dever social que determinaria os rumos nacionais. Assim, esse trabalho tem como principal objetivo, mostrar como, num ambiente marcado pelo racismo, pela escravidão e pelos discursos de gênero, os médicos e estudantes de medicina fabricaram e difundiram imagens ambíguas sobre a maternidade das mulheres escravizadas, nas quais essas foram retratadas em oposição às mulheres brancas, em discursos que, ora destacavam a “animalização” e a “inferioridade” de seus corpos, ora as exaltavam como mães amorosas. O período de análise é de 1871 a 1888, com foco na época de desenvolvimento da “Lei do Ventre Livre” (1871), período de circulação das ideias de gênero e maternidade nos espaços políticos. As principais fontes utilizadas são as *teses médicas* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ).

Palavras Chave: maternidade, escravidão, ventre livre, gênero, medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, teses médicas, raça, Império, Rio de Janeiro

ABSTRACT

In the last decades before abolition, the city of Rio de Janeiro had the presence of enslaved women in the roles of wet nurses, washerwomen, maids, seamstresses, saleswomen, who were mothers of enslaved children and “ingênuos”. From the Free Womb Law (1871), the motherhood of these women gained new dimensions in the public debate, catalyzing forces for the abolitionist movement, and increasing the pressure for abolition. In this period, marked by the attempt to institutionalize medical knowledge, the entry of racial theories in Brazil and the increase in the study of the female body, the motherhood of bourgeois women was defended by doctors and intellectuals as a social duty that would determine national directions. Thus, the main objective of this work is to show how in an environment marked by racism, slavery and gender discourses, doctors and medical students manufactured and disseminated ambiguous images about the motherhood of enslaved women, in which they were portrayed, in opposition to white women, in speeches that sometimes highlighted the “animalization” and the “inferiority” of their bodies, sometimes exalted them as loving mothers. The period of analysis is from 1871 to 1888, focusing on the period of development of the "Free Womb Law" (1871), period of circulation of ideas of gender and motherhood in political spaces. The sources used are *medical theses* from the Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ).

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

- 1- Gráfico 1- *Teses* que mencionaram as mulheres mães escravizadas (1833-1887).....63
- 2- Tabela 1- Relação do número de médicos por região.....68

LISTA DE SIGLAS

ANM- Academia Nacional de Medicina

BN- Biblioteca Nacional

COC- Casa de Oswaldo Cruz

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz

FMRJ- Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

SMRJ- Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1- Reflexões sobre gênero, escravidão, corpo e saúde	20
1.1 – Ser mulher, mãe e cativa na Corte Imperial em transformação	28
1.2- Pela ordem e pelas famílias: a medicina e a ideologia higiênica.....	39
1.3- O corpo feminino como espaço da diferença.....	44
1.4 – Maternidade e amamentação transformadoras.....	50
Capítulo 2– Mães negras sob olhares brancos: os discursos médicos acerca dos partos e da amamentação	58
2.1 Quem são os médicos autores das teses?.....	64
2.2 – Amas mães e seus perigos físicos e morais.....	69
2.3- Mães escravizadas, o “leite nocivo” e a questão da raça.....	78
2.4- Parturientes da “espécie negra”.....	85
Capítulo 3 – “A mãe é um todo; o ventre é uma parte desse todo”: a maternidade da mulher escravizada e o Ventre Livre	95
3.1- A Lei do Ventre Livre e o gênero.....	98
3.2- A separação de mães escravizadas e filhos ingênuos nos debates sobre a Lei de 1871.....	108
3.3- Filhos abandonados e mães sofredoras: Breves considerações sobre os discursos médicos acerca da Lei do Ventre Livre.....	116
Considerações finais	123
Referências	126
Fontes.....	126
Referências Bibliográficas.....	130

INTRODUÇÃO

As décadas finais do século XIX configuraram um momento de transformações política, social e intelectual no panorama da cidade do Rio de Janeiro. Preocupava-se em tornar a capital imperial uma sociedade civilizada de modos burgueses, como os das grandes cidades europeias, trazendo elementos estruturais e intelectuais, sobretudo da cultura francesa. No entanto, alguns assuntos vistos como intransponíveis naquele contexto precisavam ser pensados para que o progresso se tornasse efetivo, entre eles estavam a questão do trabalho escravo- conhecida como a questão do “Elemento Servil” - e a salubridade da cidade. No tocante à primeira questão, ela esteve presente em pautas políticas durante quase todo o século XIX, ganhando maior destaque em momentos como, a proclamação da Independência (1822), os debates que envolviam o Fim do Tráfico de Africanos (1831 e 1850), a libertação do ventre das cativas, a partir da Lei do Ventre Livre (1871)¹ e a Abolição (1888). O que fez do oitocentos, o período de ascensão e queda do escravismo brasileiro, no qual ocorreu a “Segunda Escravidão”² - que transportou para os portos brasileiros o maior contingente de africanos e africanas jamais visto antes na história moderna- e o período de crescimento e circulação de ideias abolicionistas que colocaram a escravidão como oposta aos valores de progresso e civilização.

A questão da salubridade também foi pauta recorrente nesse período, no qual intelectuais, médicos e políticos pensavam o melhoramento das ruas da capital, suas instalações e os hábitos das famílias da Corte. A partir de uma ideologia “higienista” francesa³, os médicos desenvolveram trabalhos que discorriam sobre os problemas de salubridade, doenças, raça, escravidão e também sobre o corpo feminino. A questão racial ganhava relevância no panorama intelectual nacional, sendo vista como um dos meios de civilizar a nação, sobretudo a partir das teorias sobre branqueamento⁴. A partir da noção científica da “raça”, foram produziram teorias raciais que, pautadas em justificativas biológicas, posicionaram negras e negros abaixo dos brancos e criaram bases para a “racialização” da sociedade como meio de manter as relações de poder legadas do colonialismo.

¹ Nesse trabalho, também me refiro à “Lei do Ventre Livre” a partir das seguintes nomenclaturas: Lei nº 2.040, Lei de 1871, Lei de 28 de setembro de 1871 e Ventre Livre.

² A discussão sobre a segunda escravidão está presente nos textos de :TOMICH, Dale W. Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy. Rowman & Littlefield, 2004.

³ A questão do higienismo será discutida no subcapítulo 1.2 Pela ordem e pelas famílias: a medicina e a ideologia higiênica.

⁴De acordo com Maio e Ramos (2010), a chave do branqueamento foi um dos principais meios pensados por intelectuais brasileiros para driblar as consequências da heterogeneidade da população, formada principalmente por negros e “índios” - considerados inferiores nas teorias deterministas sobre hierarquização social, eram considerados inferiores.

Nas décadas finais da escravidão, as políticas de emancipação gradual, o abolicionismo e as alforrias, transformaram o panorama demográfico e jurídico da cidade, tornando o número de pessoas livres e libertas “de cor” superior ao daquelas escravizadas e das livres brancas (CHALHOUB,2018). As transformações geradas por leis emancipacionistas, como a Lei do Ventre Livre (1871), abriu precedentes jurídicos para que pessoas em condição de escravidão pudessem pleitear pela liberdade, o que de certa maneira, iniciou o processo de desarticulação do domínio senhorial. Nesse contexto, a cor se torna um elemento fundamental de desigualdade, pois ela manteria as hierarquias tão enraizadas na sociedade. Assim, as discussões sobre emancipação e civilização foram acompanhadas da construção de narrativas “racializadas” que tornavam os corpos negros a personificação dos perigos do ponto de vista moral e das doenças⁵.

No que diz respeito aos papéis de gênero, os estudos sobre o corpo feminino e sobre a importância do cuidado materno-infantil foram considerados essenciais para o desenvolvimento de uma população civilizada e para a diminuição da mortalidade infantil na cidade (ROHDEN, 2001). Os médicos e estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) produziram trabalhos que pensavam as questões de saúde pública a partir de noções de gênero, centrados na investigação da fisiologia e anatomia do corpo feminino para o melhoramento das condições de amamentação e dos partos na Corte. No bojo dessas transformações, os corpos de mulheres mães escravizadas também aparecem nos estudos médicos, ora como antítese da mãe ideal, ora como sofrendores das mazelas do “cancro da escravidão”. Mulheres cativas, sendo elas africanas ou crioulas, tiveram seus corpos apalpados, invadidos, observados por médicos e estudantes de medicina, que a partir dos últimos anos antes da abolição, incorporam um olhar racialista acerca dos partos e da amamentação feitos por amas de leite negras⁶.

Lado a lado das noções racialistas, esses trabalhos também trouxeram os pontos de vista dos médicos acerca das vivências de mães escravizadas com seus filhos. Nas teses médicas, a utilização do serviço de amas de leite escravizadas e do trabalho compulsório de mulheres grávidas, são citadas como consequências da ganância dos senhores, esses que seriam os principais responsáveis pelos casos de separação entre mães e filhos e pelas mortes de crianças ingênuas e cativas. Nas *teses médicas* da década de 1870, a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) também surge como uma das causadoras dessa separação, tendo como uma de suas

⁵ Sobre racialização e ações de médicos higienistas nos finais do século XIX, ver: CHALHOUB, Sidney. Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996

⁶ O aprofundamento das questões acerca das mudanças dos discursos médicos sobre o corpo das mulheres cativas será abordada no capítulo 2 dessa tese, intitulado: “Mães negras sob olhares brancos: os discursos médicos acerca dos partos e da amamentação”.

principais consequências, segundo os médicos, o aumento do abandono de menores na roda dos expostos. Assim, a partir de uma noção ambígua sobre a maternidade, a mulher cativa foi considerada, ao mesmo tempo, uma ameaça, mas também vítima de um sistema que causaria problemas incalculáveis à civilização e prejudicaria as relações de amor e afeto entre as escravizadas e seus filhos.

No que diz respeito à Lei do Ventre Livre (1871), é importante destacar que as questões acerca do corpo feminino negro pautaram e significaram a própria escravidão como instituição, a partir da premissa romana do “*Partus Sequitur Ventrem*” que determinava que seriam escravizados aqueles que fossem nascidos de ventres escravos (SOUSA, 2021). Dessa maneira, o corpo da mulher escrava foi o *locus* de negociações e disputas políticas, a partir do qual se pensou as questões sobre escravização e emancipação. Essas disputas se tornaram ainda mais latentes a partir dos debates políticos e discussões públicas sobre a necessidade de implementação de medidas para o fim gradual do “elemento servil”. A alternativa considerada mais viável por parte da elite imperial nesse processo, foi a emancipação a partir do ventre. Assim, em 28 de setembro de 1871, foi promulgada no gabinete do conservador Barão do Rio Branco, a *Lei do Ventre Livre* que estabeleceu que “os filhos de mulher escrava que nascerem no *Império* desde a data desta lei, serão considerados de condição livre” (BRASIL, 1871).

Nos parágrafos subsequentes, também foram estabelecidas outras determinações sobre as vivências das escravizadas, sendo obrigação dos proprietários para com os filhos menores “criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a essa idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos” (BRASIL, 1871). Dessa maneira, a relação entre a tríade “criança, mãe escravizada e proprietário” passou a ser regida legalmente pela determinação do Ventre livre, o que na visão de José Murilo de Carvalho (1996) apesar de ter adiado por alguns anos a liberdade por completo, mostrou serem inquestionáveis as possibilidades futuras para o fim da escravidão.

A lei também ia além da questão do ventre, contando com outros dispositivos de emancipação gradual, pois estabelecia a obrigatoriedade da matrícula de escravizados por parte de seus proprietários, considerando livres aqueles que não estivessem formalmente registrados. Além disso, tornou legal os costumes preexistentes na sociedade brasileira, como o pecúlio e as alforrias, pois determinava que os cativos poderiam acumular pecúlio e comprar suas alforrias sem a interferência de seus senhores. Outra medida emancipatória foi a criação de

fundos nas municipalidades de todo o Brasil, os quais teriam como principal objetivo promover alforrias. Nos últimos anos, a historiografia sobre a Lei do Ventre Livre, tem evidenciado o caráter conservador da lei, por essa ter sido formulada seguindo as preferências da elite proprietária. No entanto, historiadores como Chalhoub (2003), Castilho (2018), Mendonça (2018) e a coletânea de Machado, Brito, Viana e Gomes (2021), demonstram que os dispositivos da lei geraram controvérsias que, em alguma medida, facilitaram que os próprios escravizados traçassem seus caminhos para a liberdade a partir de seus usos práticos.

A virada dos estudos de gênero também trouxe abordagens importantes sobre a Lei, como a de Martha Abreu (1996) que destacou a importância do Ventre Livre para o reconhecimento legal das relações entre as famílias escravizadas, sobretudo da maternidade das cativas, elevando as mães escravizadas à posição central nos debates sobre emancipação, a partir questão do ventre. Nos debates parlamentares, na literatura e também nos discursos de médicos, a separação de mães escravizadas e seus filhos, aparece como uma das consequências mais desprezíveis da instituição da escravidão e que necessitava ser modificada.

Assim, nesse período, marcado pela intensa proliferação de discursos sobre o fim da escravidão, sobre maternidade e raça, os discursos sobre as mães cativas merecem atenção especial, sobretudo aqueles produzidos pelos médicos, os principais porta-vozes sobre as questões materno infantis no final do século XIX. Portanto, essa dissertação intitulada *“Escravidão e maternidade: uma análise dos discursos médicos sobre as mães escravizadas no Rio de Janeiro (1871-1888)”*, tem como principal objetivo analisar as produções discursivas dos médicos e estudantes de medicina sobre os corpos de mulheres escravizadas no período de transição política das últimas décadas da escravidão. Tem também como objetivos específicos: a) Destacar quais foram as principais imagens criadas e difundidas pelos médicos sobre as mães escravizadas; b) Identificar quais foram as mudanças e as permanências nos discursos médicos sobre essas mulheres; c) Localizar os médicos autores de teses que abordam as mulheres-mães escravizadas e identificar como as noções de gênero e maternidade estiveram presentes nas questões acerca da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) e como os médicos se posicionaram frente às mudanças estabelecidas pela Lei.

A escolha focada nas mães escravizadas se justifica pelo fato de que, nas últimas décadas do século XIX, seus corpos estiveram no centro de discussões políticas a partir da Lei do Ventre Livre, como também nos trabalhos sobre higiene e reprodução. Em diálogo com as produções sobre gênero, saúde e escravidão, e com os trabalhos da história social da escravidão,

essa dissertação estuda os “olhares brancos” dos médicos sobre os “corpos negros” dos escravizados. A ideia de analisar os “olhares brancos” remete à abordagem de Robert Slenes em seu texto *“Lares negros, olhares brancos: Histórias da família escrava no século XIX”* (1988). O autor utiliza os olhares dos viajantes brancos, sobre lares e casas de famílias escravas, “relatos que criaram a imagem de devassidão sexual e instabilidade familiar que ainda caracteriza o escravo na maioria dos estudos históricos” (SLENES, 1988: 189) e faz uma análise crítica das visões produzidas e difundidas por esses homens, cujos olhares eram permeados pelo “racismo, preconceitos culturais, e a ideologia do trabalho do período”. Assim, nesse texto, pretendo analisar os olhares de médicos que além de brancos, eram, majoritariamente homens, pertencentes às classes sociais mais abastadas da sociedade fluminense.

A investigação do “olhar médico” sobre a Corte fluminense é uma perspectiva bastante utilizada para o entendimento das dinâmicas e transformações sociais que ocorreram no oitocentos, sobretudo no que diz respeito ao cotidiano da sociedade burguesa, suas modificações culturais e estruturais resultantes da intervenção médica junto ao Estado para que a cidade atendesse às demandas do capitalismo. Trabalhos clássicos como a obra feita por Roberto Machado, Ângela Loureiro, Katia Muricy e Rogério Luz (1978) e o de Jurandir Freire Costa (1975), estudaram essas dinâmicas a partir de uma perspectiva foucaultiana, voltados para compreender as tentativas dos médicos de validarem seus conhecimentos e colocarem em prática a nova ordem econômico-social capitalista, tendo como principal foco de suas análises as relações de poder da tríade: Estado, médicos e sociedade burguesa. No que dizia respeito à escravidão, esses autores garantiram que essa foi uma temática que fugiu ao olhar médico, defendendo que “o escravo, principal mão de obra da sociedade brasileira, nunca é diretamente considerado” (MACHADO et al., 1978: 370). A prova da exclusão da população negra e do local secundário da escravidão nas abordagens médicas seria a “insignificância do número de teses sobre o assunto e a ausência do problema nas discussões e publicações da Sociedade de Medicina” (MACHADO et al., 1978: 370).

Divergindo dessa posição, Pimenta, Kodama e Gomes (2018) evidenciaram como as investigações da história social da escravidão e dos estudos sobre História da Saúde e Escravidão no Brasil tem utilizado as fontes produzidas por médicos- como também aquelas que falam sobre esses profissionais- como meio de investigar os posicionamentos de médicos e intelectuais frente à própria instituição da escravidão; os seus discursos acerca dos corpos dos escravizados e para a investigação dos vestígios sobre as condições de vida e morte das populações cativa.

A partir das pesquisas desses autores foi possível identificar a abrangência do conhecimento médico, a sua inserção nas questões políticas e como os escravizados não estavam invisíveis aos olhares e práticas desses homens. Assim, falar sobre “discursos médicos” significa identificar as relações entre médicos, a sociedade escravista e a imensa população de cativos e as imagens produzidas sobre esses sujeitos. Pois, o discurso médico não se elabora “num universo científico totalmente subtraído da realidade” (FAURE, 2012: 15). Assim, Como destacado por Pimenta, Kodama e Gomes (2018):

Os discursos médicos significaram posicionamentos dos membros de seus grupos sociais diante de contextos específicos assumindo contornos variados de acordo com movimentos políticos e com as imagens da escravidão criadas pelas relações entre escravos e as elites” (PIMENTA et al.,2018: 71)

Assim, o presente trabalho investiga os discursos médicos, identificando como os doutores e estudantes articularam as questões de gênero, raça, escravidão e maternidade, a fim de criarem narrativas sobre as mulheres mães escravizadas, num contexto de transformações na política propiciadas pela Lei do Ventre Livre (1871) e de mudanças na prática e teorias científicas, a partir da entrada das teorias racialistas no Brasil e das novas concepções burguesas sobre família e maternidade. Para essa investigação, elegi como principal corpus documental as *teses médicas* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, publicadas entre os anos de 1833-1888 e 1(um) *ensaio* apresentado à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ) pelo médico Emílio Joaquim da Silva Maia (1834). Apesar de abarcar um período extenso de análise- que vai além da temporalidade escolhida nesse trabalho de 1871 a 1888- o principal objetivo dessa expansão é identificar as rupturas e permanências nos discursos médicos, em um contexto de mudanças nos conhecimentos médico-científicos e na legislação sobre a maternidade da mulher cativa. As *teses* estão digitalizadas e disponibilizadas pelos sites da *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS HPCS- Fiocruz)*⁷ e pelo *Arquivo Público Mineiro*⁸. Algumas delas foram digitalizadas para o meu arquivo pessoal, na visita que fiz à Biblioteca da Academia Nacional de Medicina (ANM), no ano de 2019.

⁷ Biblioteca Virtual em Saúde- História e Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (BVS-HPCS)- Teses Médicas do século XIX. Link:< <http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-medicos/teses-medicas/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

⁸ Site Arquivo Público Mineiro- Theses Médicas do Século XIX. Link:< http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/teses/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=¬acao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0> Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

A análise foi feita em três etapas: a primeira delas foi identificar as temáticas das *teses médicas* que continham colocações sobre as mães cativas entre os anos de 1833 e 1888. Como resultado, fiz uma análise quantitativa dessas fontes, as separando por tema e transformei os dados numéricos em gráfico (Gráfico I). O que totalizou em 26 *teses médicas* que mencionam as mulheres mães escravizadas. Dentre elas, 15 (quinze) eram sobre amamentação; 6 (seis) sobre higiene infantil; 1 (uma) sobre higiene; 2 (duas) sobre partos, 1(uma) sobre prostituição e 1 (uma) sobre higiene dos escravos. A segunda etapa foi analisar qualitativamente esses documentos, tendo em vista, destacar as permanências e as modificações nos discursos médicos sobre as mulheres mães escravizadas, identificando quando essa abordagem se intensifica ou quando está menos recorrente nas *teses*. Além disso, ressaltar quais foram as considerações médicas acerca das mudanças legislativas propiciadas pela Lei do Ventre livre (1871). A terceira etapa foi, a partir dos agradecimentos das teses, realizar uma breve análise dos perfis sociais dos médicos, suas nacionalidades/naturalidades e suas redes de sociabilidade.

A escolha das *teses médicas* decorre, principalmente, da importância desses trabalhos em seus contextos de criação. Abreu (2019) destacou que essas eram parte do processo formal de validação do conhecimento médico, pois eram obrigatórias para aqueles que desejavam obter o título de doutor em medicina, ou buscavam validação de seus conhecimentos e de sua formação no exterior para atuar no Império. Elas seguiam padrões específicos, mas ao mesmo tempo, expressavam o esforço desses profissionais para que pudessem se apropriar de discursos científicos que circulavam em contextos nacionais e internacionais. Algumas delas também possuíam trabalhos da prática clínica, e demonstram a tentativa dos médicos de se atualizar, sobretudo, a respeito de doenças que aguçavam a curiosidade nos ambientes de ciência, como as “moléstias mentais”, como observado Gonçalves (2011).

Para Rohden (2001), as *teses* são um importante material de análise, pois apesar de muitas delas seguirem padrões estabelecidos, o que as tornavam muito semelhantes entre si, elas representavam “aquilo que poderia existir de mais oficial no pensamento médico. Afinal, essas teses eram julgadas pela elite médica da época composta pelos professores da faculdade.” (ROHDEN, 2001: 110). Apesar disso, elas não representam uma unanimidade do pensamento médico, mas sua importância é vista por representarem a própria instituição e seus principais lentes. Além disso, elas foram produzidas durante seis décadas no período imperial, o que favorece a análise diacrônica do pensamento médico, o que em muito interessa para esse trabalho, já que se trata da investigação das permanências e modificações do pensamento médico.

Para robustecer minha análise e entender a circulação das imagens construídas sobre as mães escravizadas, utilizo como fontes secundárias: a revista médica *Annaes Brasilienses de Medicina*, os jornais, a Lei de 28 de setembro de 1871 e os *debates parlamentares* acerca da promulgação do Ventre Livre. A revista escolhida foi o *Annaes Brasilienses de Medicina*, por essa ser um instrumento de tamanha importância para a circulação e desenvolvimento do conhecimento científico no processo de institucionalização da medicina no Império, sendo o órgão oficial da Academia Imperial de Medicina. A importância desse tipo de fonte foi destacada por Ferreira (1999), pois na Capital, os periódicos científicos assumiram importância singular durante o século XIX, sendo uma das “primeiras instituições científicas brasileiras”. Além disso, eles eram foram o principal meio pelo qual os médicos dialogavam com as elites letradas, sobretudo nos assuntos referentes à higiene na Corte.

Nos *Jornais*, localizo alguns vestígios da escravidão, como os anúncios de fugas de mulheres escravizadas e os debates sobre a Lei do Ventre Livre. Os jornais utilizados foram o *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. A escolha por esse tipo de fonte se deu, pois a Imprensa do século XIX abrangia diversas temáticas, como questões políticas e do cotidiano da escravidão. O primeiro, um “jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar” (SODRÉ, 1966: 224) foi fundado na Capital em 1876, sendo de fácil e barata circulação, o que estimulava, por exemplo, a publicação de anúncios sobre fugas, vendas e aluguéis de pessoas cativas. Apesar de a *Gazeta* ter sido fundada na penúltima década antes da abolição, ela anunciava em suas páginas as vendas e fugas de escravizados e foi um dos primeiros jornais a anunciar abertamente os posicionamentos abolicionistas moderados, tendo José do Patrocínio como um de seus redatores entre os anos de 1877- 1881 (MACHADO, 2014: 131). O *Jornal do Comércio* teve o início das suas atividades ainda em 1827, e ao contrário do *Gazeta de Notícias*, era Conservador e representava em muito os interesses da elite Conservadora do Segundo Reinado. Suas páginas registravam entrada e saída de embarcações, notícias sobre política e também os anúncios de cativos.

Nas fontes oficiais, utilizo os debates parlamentares publicadas nos *Anais do Senado do Império do Brasil*. Para essa pesquisa, foram analisados os debates do mês de setembro de 1871, transcritos e publicados no *livro V do Senado Federal*, do dia 1º setembro ao dia 30 do mesmo mês. A partir dos *Anais* farei uma breve consideração sobre a circulação das ideias de gênero e maternidade no século XIX, entendendo como essas foram produzidas principalmente por médicos higienistas e circularam em meios diversos, sobretudo nas tramitações da emancipação gradual.

Nessas fontes, prevaleceram os “olhares brancos” de homens que pensavam o futuro da escravidão e de médicos que a partir de seus estudos, discorreram sobre a maternidade na Corte, tendo como principal foco as mulheres brancas de condição abastada e mencionaram as mães escravizadas de maneira atravessada, não sendo o foco principal de suas análises. A partir desses olhares, analisei a maneira ambígua pela qual as mães escravizadas foram faladas, num contexto de racialização da sociedade, sendo consideradas promiscuas, perigosas, vetores de doenças e ao mesmo tempo, tiveram a condição de maternidade destacada, sendo consideradas como mães zelosas e cuidadosas.

No primeiro capítulo, intitulado “*Reflexões sobre gênero, escravidão, corpo, e saúde*”, realizo uma breve explicação sobre o conceito de maternidade à luz da categoria analítica de gênero e do feminismo negro, destacando como o discurso ocidental de gênero e raça valorizou a maternidade como um valor social voltado para as mulheres brancas, além de trazer a maneira como as relações de gênero moldaram o próprio sistema escravista, a partir da premissa do *Partus Sequitur Ventrem*. Também analiso a maneira como as mães escravizadas circulavam e trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro que se transformava demograficamente, contando com uma população livre e liberta “de cor” cada vez mais numerosa. Destaco também como os médicos higienistas pensaram as realidades das famílias e da maternidade na Corte, considerando a maternidade das mulheres brancas como transformadora no panorama de construção da nação brasileira e seus discursos a respeito da importância da amamentação. À luz de trabalhos de historiadoras e historiadores das ciências, analiso a maneira como o conhecimento médico sobre corpos femininos foi responsável por justificar biologicamente a subordinação feminina e defender a maternidade como um “instinto natural”.

O segundo capítulo, intitulado *Mães negras sob olhares brancos: os discursos médicos acerca dos partos e da amamentação*, traz uma reflexão sobre a maneira como os médicos pensaram a realidade escravista brasileira, tanto sob o viés higiênico, considerando o corpo escravo como potencial transmissor de doenças “africanas”, como também a partir do olhar da investigação científica, considerando o escravo negro “corpo pedagógico”. Também faço uma breve análise de alguns perfis de médicos da FMRJ que escreveram sobre assuntos como, saúde dos escravos, prostituição, higiene infantil, aleitamento e partos. Fazendo uma análise a longo prazo, destaco como, no decorrer dos anos, os médicos criaram imagens sobre mulheres escravizadas amas de leite e mães, em contraposição à “mãe ideal” defendida nos discursos de higiene. Chamando a atenção sobre como a ideia do “leite nocivo” das amas de leite foi construída no decorrer do século XIX, ganhando um viés racializado na década de 1880.

Também identifico as principais imagens criadas a respeito dos partos e da capacidade reprodutiva das escravizadas mães que eram “cobaias” de médicos inexperientes que praticavam seus conhecimentos sobre obstetrícia em corpos de mulheres negras. Essa última investigação será feita a partir da tese “*Do parto e de suas consequências na espécie negra*” do médico Justo Jansen Ferreira (1887).

No terceiro capítulo, intitulado “*A mãe é um todo, o ventre é uma parte desse todo*”: *a maternidade da mulher escravizada e o Ventre Livre*, analiso o panorama social e político da promulgação da *Lei do Ventre livre* (1871) e trago os trabalhos da historiografia brasileira que tem discutido a lei a partir da perspectiva de gênero. Também discorro sobre a utilização das retóricas de separação entre mães cativas e seus filhos encontradas nos debates parlamentares do Senado Federal que utilizaram as retóricas de “amor materno” para discorrer em defesa e combate à lei. Também considero os próprios médicos como produtores e receptores de noções sobre maternidade, pois em seus discursos, também foi possível encontrar retóricas ambíguas que desqualificavam as mulheres escravizadas como “promíscuas” e “sem amor”, mas ao mesmo tempo, reconheciam a sua maternidade. A partir deles, chamo atenção para como a maternidade das próprias mulheres cativas foi abordada pelas teses, e como as retóricas sobre o “amor de mãe” e a “maternidade” foram acionadas para chamar a atenção para a condição de maternidade das mulheres escravizadas e para o problema da escravidão no Império. Além disso, apontarei as opiniões de médicos da FMRJ sobre a Lei do Ventre Livre, considerando os médicos como atores sociais que dialogavam com discussões políticas de seu tempo.

A abordagem da maternidade na história das mulheres negras se tornou mais frequente com a entrada dos estudos de gênero na história social da escravidão. A historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado (USP) tem chamado atenção para a importância das investigações de gênero para o entendimento de assuntos chave para a história da escravidão brasileira e atlântica, pois o corpo da mulher cativa foi espaço de perpetuação da escravidão, violações, exploração e violência, ao mesmo tempo em que foi responsável por transformações sociais⁹, pela conquista da liberdade, exercício de práticas culturais e religiosas, formação de laços de afetos, maternidade e cuidados.

Numa breve retrospectiva dos estudos sobre mulheres e gênero na história da escravidão, é possível perceber que a lente de aumento sobre a história das mulheres negras é um fenômeno

⁹ Sidney Chalhoub (2015) deu grande contribuição para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo, ao ressaltar o lugar singular do gênero no repertório político emancipacionista desde o início do século XIX.

que teve maior incidência nos últimos 40 anos, a partir da virada historiográfica dos estudos da escravidão, e também dos estudos da epistemologia feminista, a partir da história das mulheres e de gênero. No que diz respeito à historiografia da escravidão, é importante pensar as transformações no campo iniciadas a partir do estudo do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (2003), e que posteriormente foram ampliadas a partir da virada historiográfica nos estudos da escravidão da década de 1980¹⁰. A partir das abordagens da história social e do estudo do cotidiano, temas como família, festas, revoltas escravas, escravidão urbana, infância e mulheres, ganharam maior relevância historiográfica. A partir dos anos 2000, ganham destaque os estudos de abordagem atlântica, que tem como principal foco, a abrangência do sistema escravista numa perspectiva sistemática e global, e as questões sobre corpo e o sofrimento. Dois campos nos quais os estudos gênero são utilizados como perspectiva de análise relevante para entender as complexidades da escravidão em maiores e menores escalas¹¹.

Outro importante passo dado em relação à abordagem da história das mães cativas foi o desenvolvimento dos estudos sobre a história das mulheres e de gênero nas ciências humanas. Joana Maria Pedro e Rachel Soihet (2007), consideraram que as categorias “mulher” e “gênero” foram introduzidas na historiografia brasileira tardiamente. A explicação para essa questão se deu principalmente pela história ter sido construída a partir de uma tradição iluminista na qual o homem branco ocidental era considerado como sujeito universal. Contudo, essa abordagem invisibilizou a presença das mulheres nos estudos históricos, e somente a partir do início do século XX que tal panorama começou a se modificar. A partir das transformações epistemológicas advindas dos estudos da Escola dos Annales, novas fontes foram incorporadas ao fazer histórico, como jornais e revistas, fontes policiais e iconográficas, tornando possível localizar sujeitos antes relegados nos documentos oficiais utilizados pela historiografia clássica. A reivindicação de uma abordagem que incluísse as mulheres nas narrativas históricas foi um

¹⁰ Ver: ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988; LARA, Sílvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CHALHOUB, Sidney: Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; MATTOS, Hebe Maria. Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista- Brasil, séc XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SLENES, Robert W. Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava- Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999;

¹¹Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. Companhia das Letras, 2020; CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. COWLING, C., Machado, M. H. P. T., Paton, D. and West, E.eds. (2018) Mothering slaves: motherhood, childlessness and the care of children in Atlantic slave societies. *Women's History Review* (special issue),27 (6). Taylor and Francis. doi:<https://doi.org/10.1080/09612025.2017.1336832> Available at <http://centaur.reading.ac.uk/70559>

produto da articulação dessas mudanças historiográficas juntamente ao *boom* dos estudos feministas nos finais dos anos 1960, que criticavam a ideia do homem como sujeito universal, permitindo assim que as mulheres fossem “alçadas à condição de objeto e sujeito da história, marcando a emergência da “História das Mulheres” (SOIHET E PEDRO, 2007: 285).

Soihet e Pedro (2007) destacam que no Brasil já havia produções sobre a história das mulheres desde os anos 1970, mas esse número cresceu a partir de 1980 com trabalhos de autoras como Maria Odila da Silva Dias (1984), Margareth Rago (1985), Martha Abreu (1989) e Magali Gouveia Engel (1989). Após a tradução do artigo “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*” (1989) da historiadora Joan Scott, a categoria de “gênero” passou a ser incorporada nas produções acadêmicas brasileiras de maneira mais expressiva, ampliando as possibilidades teórico-metodológicas para o estudo das vivências das mulheres cativas. Essa mudança pôde ser vista a partir de 1984, com o estudo pioneiro de Maria Odila Leite da Silva Dias, “Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX”, que contrariou a perspectiva a-histórica e universalizante da condição feminina, trazendo para o foco histórico, as mulheres brancas e negras das mais variadas condições jurídicas e econômicas, ressaltando a importância dessas sujeitas na dinâmica urbana da cidade de São Paulo que se transformava estruturalmente e economicamente no século XIX., sua organização domiciliar, habitando os becos da cidade, em fogos onde eram, mormente, chefes de família, cuidando de si e dos seus.

Outros autores que abordaram as questões sobre o cotidiano e o trabalho das mulheres africanas e crioulas na dinâmica das cidades, foram feitos por Cecília Soares (1994) discorrendo sobre as mulheres minas na Salvador oitocentista; e de Luciano Figueiredo (1985) e Liana Reis (1989) para o contexto das Minas Gerais. A autora Mary Karash (2000) também traz diferentes aspectos sobre trabalho, saúde e sociabilidade das mulheres cativas na cidade do Rio de Janeiro. Os trabalhos de Sheila Farias (2000) e Junia Furtado (2001) abordaram aspectos importantes sobre a liberdade e as redes de sociabilidade de mulheres negras. Posteriormente, o livro “*Mulheres negras no Brasil escravista e do pós emancipação*” (2012) se tornou um marco importante nos estudos sobre história das mulheres negras, ele conta com 20 artigos sobre mulheres africanas, crioulas, pardas, cativas, livres e libertas de Norte a Sul do Brasil.

Algumas dessas pesquisas atravessaram as questões referentes à maternidade negra, apesar de não a terem como temática central. Na historiografia brasileira, os trabalhos que tratam especificamente sobre o tema tem sido mais recorrentes nos últimos anos. É importante destacar o trabalho de Sonia Maria Giacomini (1988) intitulado “*Mulher e escrava: uma*

introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil”, pois foi esse foi precursor em chamar atenção para a invisibilização da maternidade negra nos estudos históricos. O trabalho está em diálogo com as produções da década de 1980 que questionavam os “Retratos do Brasil” produzidos por autores como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., que incorporaram visões do século XIX sobre as mulheres negras, as objetificando e sexualizando. O trabalho da autora partiu de dois objetivos principais: “reelaborar” a história da escravidão brasileira e encontrar as raízes das opressões vividas pelas mulheres negras trabalhadoras da década de 1980. Ela utilizou fontes de jornais, debates sobre a lei do ventre livre e produções literárias; também chamou a atenção para o estudo da história das amas de leite e da sua condição de maternidade, abortos e a sexualização do corpo das cativas nas produções literárias.

Na historiografia brasileira as produções sobre maternidade e escravidão estão, majoritariamente, nas áreas da História Social da Escravidão e da História da Escravidão e Saúde; sendo possível identificar três abordagens principais: “maternidade, leis e emancipação”¹²; “amas de leite”¹³ e “reprodução e abortos”. É importante destacar que algumas pesquisas se inserem também em duas ou três abordagens ao mesmo tempo, como a minha própria pesquisa, na qual investigo os discursos médicos sobre amamentação e partos no contexto de promulgação da Lei do Ventre Livre. Assim, destaco aqui os principais trabalhos a partir dos quais elaborei a problemática dessa pesquisa. Aqueles que discorrem, principalmente sobre a “Lei do Ventre livre e gênero” e sobre “medicina, escravidão e gênero”.

¹² Algumas referências sobre maternidade, leis e emancipação, ver: COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018; ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *Mães infames, rebentos venturosos: Mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. Tese de doutoramento. FFLCH-USP. São Paulo, 2017; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Com ela tem vivido sempre como cão com o gato”: alforria, maternidade e gênero na fronteira meridional. In: *Mulheres negras no Brasil Escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012; ABREU, Martha. “Slave Mothers and Free Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 28, n. 3, p. 567-580, 1996.

¹³ A categoria que concentra a maior parte de trabalhos sobre mães cativas é sobre amas de leite, ver: CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se "preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)*. 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006; MARTINS, Bárbara Canedo. *Reconstruindo a memória de um ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880)*. *Revista de História comparada*, v. 6, n. 2, p. 138-167, 2012; MACHADO, M.H. *Entre Dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão* in: Giovana Xavier, Juliana Barreto Faria e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo, Summus/Selo Negro, 2012, pp. 199-213; MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX* In: XAVIER, Regina Célia; OSÓRIO, Helen (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018, pp. 360-391; GIL, Caroline Amorim. *Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018, 173p.

Nos trabalhos que falam sobre maternidade, leis e emancipação, destaco aqueles que utilizaram a Lei do Ventre Livre como ponto de partida para suas análises. O trabalho de Martha Abreu (1996) “*Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the 'Free Womb' Law*”, utilizou os debates públicos e parlamentares do Jornal *Diário do Rio de Janeiro* para recuperar a luta da população negra para manter a união de suas famílias. Abreu aponta que nesses debates, foram ressaltados o “amor de mãe” e outros aspectos que se referiam à maternidade das mulheres brancas, tanto para formular opiniões contrárias, como a favor da libertação do ventre das mulheres escravizadas. O trabalho da autora é interessante, pois analisa a opinião pública e os debates parlamentares, a partir de uma perspectiva focada no entendimento do papel das mulheres negras e de seus filhos no processo de emancipação. Ao analisar o período da Lei do Ventre Livre, a autora evidencia a proliferação de retóricas que se tratavam das mulheres cativas e as relações acerca da sua maternidade e seus sentimentos em relação aos seus filhos. Na minha pesquisa, também tenho foco principal no processo de elaboração da Lei, nas retóricas utilizadas no parlamento, mas também trago uma abordagem aprofundada sobre as narrativas dos médicos- principais porta-vozes de assuntos sobre maternidade no período- nos anos anteriores e subsequentes ao Ventre Livre. Investigando assim a confluência de múltiplas vozes e narrativas que falavam sobre as mães escravizadas e como elas se modificaram nas últimas décadas antes da abolição e como os próprios médicos também tinham seus posicionamentos acerca da lei de 28 de setembro de 1871.

Também sobre *maternidade, leis e emancipação*, o trabalho de Camilia Cowling (2018) traz os casos de mulheres que a partir do uso jurídico da Lei Moret (1870) em Havana (Cuba) e da Lei do Ventre Livre (1871) no Rio de Janeiro (Brasil), impetraram ações a fim de conseguir as suas alforrias e a as de seus filhos. A autora constata que no contexto fluminense, mesmo antes de 1871, as mulheres já usavam esse recurso, no entanto, o ambiente político e social propiciado pelo abolicionismo investem o papel de gênero feminino de importante significação. A partir da investigação de jornais e periódicos, como o *Gazeta de Notícias*, *O Abolicionista* e o *Diário de Notícias*, a autora analisa os discursos abolicionistas da época, e ressalta a dubiedade das retóricas, que pautadas nas noções de gênero, utilizavam a imagem da separação entre a mãe escrava e o filho, como argumento para a condenação da escravidão, mas que ao mesmo tempo, partilhavam de uma visão cientificista sobre a corrupção biológica dos negros.

A obra de Cowling foi essencial para pensar o panorama político das décadas finais do XIX e para compreender como as retóricas de gênero e maternidade, estiveram presentes também nos trabalhos de abolicionistas. A dubiedade do discurso abolicionista também está,

em alguma medida, na fala dos médicos que utilizam a imagem de separação da mãe cativa e do filho para chamar a atenção sobre as consequências geradas pela escravização no exercício da maternidade das mulheres escravizadas, mas também, para evidenciar os perigos morais e de contágio que essas mulheres poderiam oferecer quando amamentavam os filhos das famílias brancas proprietárias.

Marília B. Ariza (2016) enfocou sua tese de doutorado na análise dos autos de tutelas e soldadas na cidade de São Paulo das últimas décadas do século XIX como um meio de recrutar jovens trabalhadores para as “boas famílias” da cidade, num contexto de emancipação escravista. A autora traz a perspectiva não só da criança, mas principalmente das mães que utilizaram os dispositivos legais para assegurarem a tutela dos filhos. A partir dos autos, Ariza se atentou para a questão racial, e identificou que as mães eram em sua maioria negras que estiveram de alguma maneira ligadas à escravidão. Essas mulheres eram acusadas juridicamente de serem “inadequadas” para cuidar de crianças, pois eram consideradas moralmente corrompidas, promiscuas e violentas. A autora ressalta que nessas construções, as mães não se aproximavam do padrão da “mãe ideal” do discurso médico e moralista. Assim, essas questões me ajudaram a pensar de que maneira as imagens sobre as mulheres negras circulavam e como influenciaram negativamente em suas tentativas de permanecerem com seus filhos. No meu trabalho, aprofundo a construção dos discursos médicos sobre a “mãe ideal” e como as mulheres negras são retratadas nessas narrativas, ora como portadoras do amor materno, ora como sem amor, por serem brutas e até animalizadas.

A maior parte dos trabalhos que falam sobre as duas últimas categorias de “amas de leite” e “abortos e reprodução” relaciona medicina, escravidão e gênero. Dentre essas duas, a que mais concentra trabalhos sobre mães cativas é a de “amas de leite”. As imagens dessas mulheres já aparecem nas ciências sociais desde a abordagem de Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (1933), na qual são evidenciadas como o símbolo da “democracia racial”. Para Freyre, a amamentação e o cuidado com as crianças brancas demonstrava a harmonia entre as raças no Brasil, por ser uma forma de lealdade, entrega e servidão das amas aos brancos. No entanto, nos últimos 10 anos, pesquisadoras e pesquisadores tem desenvolvido trabalhos acadêmicos e artigos científicos, sobre a história da escravidão e história da saúde, formulando estudos empíricos sobre as vivências das amas de leite e os discursos produzidos sobre seus ofícios, a partir de fontes como *anúncios* de venda/aluguel de amas, *periódicos médicos*, *teses médicas*, e *fontes literárias*.

Destaco aqui como textos essenciais para essa pesquisa, aqueles que utilizaram os discursos médicos como base para entender as imagens construídas sobre mulheres negras e amamentação. Um dos estudos pioneiros relacionando amas de leite, história da medicina e escravidão foi o trabalho de Elizabeth Carneiro, intitulado “*Procura-se ‘preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa’ : uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)*” (2006). A partir do uso de múltiplas fontes como anúncios de jornais, relatos de viagem, literatura, iconografia e teses médicas, a autora chamou a atenção para como a “identidade” de ama de leite foi construída, principalmente a partir do saber médico, “sob marcas de sexo-gênero, raça, idade e de condição civil, inscritos em mecanismos que demarcaram diferenças e instauraram desigualdades” (Carneiro, 2006: V). A partir de uma perspectiva foucaultiana sobre o domínio dos corpos e as relações de poder, Carneiro destacou as diferentes maneiras pelas quais a administração pública, juntamente aos médicos e às elites, tentaram controlar e fiscalizar o serviço dessas amas. A importância do trabalho da autora se dá em vários fatores; um deles foi analisar um grande número de teses médicas a partir do uso da perspectiva de gênero, tendo como referenciais os trabalhos de Joan Scott e Londa Schiebinger. A partir desse conceito Carneiro fez uma análise minuciosa da construção de discursos sobre os corpos de mulheres, mães que eram lactentes, desconstruindo o termo “ama de leite” como uma identidade natural de mulheres negras e pardas que amamentavam as crianças brancas. A autora ressalta a tentativa de controle desses corpos, tanto pelos proprietários, como pelos médicos, que projetavam sobre elas a tentativa de modificar o panorama de amamentação e insalubridade na Corte. No entanto, a abordagem de Carneiro não analisa as mudanças nesses discursos médicos, tendo como perspectiva a década de 1870 e as transformações desse período, advindas principalmente da Lei do Ventre Livre (1871), como será feito nessa dissertação.

A leitura da historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado (2012) sobre as amas de leite cativas também constitui um referencial para essa pesquisa. Machado destaca o papel dos médicos na produção de discursos sobre amas de leite e maternidade, como aqueles responsáveis pela formulação de um “vocabulário novo”, para as questões sobre amamentação e higiene infantil. Ela também evidencia como os termos da medicina higienista para qualificar as boas mães, reverberavam nas produções literárias e jornais voltados para a classe burguesa. Na minha pesquisa, identifico como a medicina higienista teceu opiniões sobre a maternidade das mulheres cativas nas entrelinhas desses discursos. Também ressalto que o “vocabulário novo” sobre a maternidade esteve presente também nos debates parlamentares, os quais

utilizavam as figuras de mães amorosas e cuidadosas referentes às mulheres brancas, para falar das escravizadas.

A historiadora Karoline Carula (2012) analisou as narrativas sobre amamentação e mulheres escravizadas a partir do periódico abolicionista “*A mãe de família*”, cujo fundador e editor era o médico Dr. Carlos Costa. O estudo da autora ressalta um ponto muito importante para essa análise, pois considera as dimensões raciais nos discursos médicos que defendiam que as crianças brancas não fossem amamentadas por amas negras:

Mulheres consideradas racialmente inferiores, haja vista a crença de que o leite transmitiria qualidades morais aos bebês. A possibilidade de infectar moralmente os infantes, deturpando seu caráter, demonstra o perigo que os cativos representavam para as famílias brancas no imaginário desses homens de ciência (CARULA, 2012: 201).

A autora- que já investigou a recepção de teorias raciais no Brasil¹⁴- pôde identificar que o Dr. Carlos Costa produziu discursos racializados sobre as amas negras, lançando mão de adjetivos desqualificadores que colocavam a mãe negra em oposição à “boa mãe”. Outro ponto fundamental no trabalho da autora é situar o principal editor e autor do jornal *A mãe de família*, o Dr. Carlos Costa, destacando que este atuava como um mediador de assuntos sobre higiene feminina e infantil, direcionando seus escritos principalmente às mulheres burguesas da cidade. Assim, para essa pesquisa, também aponto o discursos racialista dos médicos e traço os perfis sociais de alguns deles que teceram suas opiniões sobre as mães cativas.

Outro trabalho com o qual essa pesquisa dialoga é o estudo de Robson Silva (2006) intitulado “*A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX*”. O autor utiliza as abordagens médicas sobre as amas negras, destacando que o ambiente de novas ideias e da entrada de teorias raciais dos fins do século XIX, propiciou a criação de uma narrativa pautada em justificativas racistas para afastar as amas desse tipo de ofício. Nessas produções discursivas era constantemente ressaltado que as amas negras trariam consequências negativas para as famílias brancas, como a proliferação de doenças e vícios “das raças negras”. No entanto, tanto Carula como Silva, não se voltaram para o aprofundamento da questão da raça nos discursos sobre amas de leite negras e para existência do discurso racializado também nos trabalhos sobre parto e reprodução.

¹⁴ Sobre recepção do Darwinismo no Brasil, ver: CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

No que diz respeito à categoria de reprodução e saúde, é possível dizer que essa ainda foi pouco explorada pela historiografia brasileira- o que se mostrou diferente na historiografia da escravidão dos Estados Unidos e Caribe¹⁵. Entre nós, o trabalho de Maria Lucia Mott (1989) foi de extrema relevância ao chamar atenção para as práticas de aborto e infanticídio entre as cativas e a situação das crianças escravizadas no interior dos lares senhoriais. Cassia Roth (2013) também tem aprofundado seus estudos sobre as práticas de aborto e infanticídio entre as cativas e a prática do controle de natalidade por parte dos de médicos e agentes do estado. A autora destaca as narrativas criadas sobre as mães cativas no período da Lei do Ventre Livre (1871) e ressalta que a elite intelectual formada principalmente por médicos e políticos, investiu as mulheres negras do papel materno, pois defendiam a narrativa de que todas as mulheres eram naturalmente voltadas para a maternidade. Por outro lado, ela destaca que esse discurso encobre as tentativas de abortos que essas mulheres praticavam.

Destaco também o trabalho de Lorena Telles (2018) como de tamanha importância não só para os assuntos referentes à reprodução e gravidez, mas também sobre autonomia sexual, trabalho de parteiras, e diversos assuntos referentes ao cotidiano da maternidade de africanas e crioulas na Corte entre os anos de 1831-1888. A autora analisou detalhadamente um enorme número de fontes, como os *jornais; teses e periódicos médicos; tratados médicos; matrículas na Maternidade Municipal Santa Izabel; manuais de fazendeiro, assentos de batismo, literatura e iconografia de viajantes e etnógrafos*. Na sua tese, a autora ressalta as dificuldades na hora do parto, sobretudo a violência sofrida por essas mulheres que estão descritas nos trabalhos médicos; também fala do trabalho de parteiras de origem ou ascendência africana e indígena e suas práticas e técnicas de partejar, com suas crenças sobre como seria um bom parto, uso de amuletos e manobras.

Trabalhos recentes tem trazido abordagens mais plurais da perspectiva de gênero nos estudos sobre escravidão. Destaco aqui a obra “Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação” (2021) que foi publicada nos 150 anos da Lei do Ventre Livre. A obra foi pioneira ao trazer abordagens políticas, legislativas e da história da saúde, relacionando-as à maternidade escravizada. No capítulo escrito por Cassia Roth, é feita uma correlação entre as políticas de abolição do ventre do período escravista e as políticas reprodutivas do século XX, sobretudo

¹⁵ Os trabalhos da autora Mary Jenkis Schwartz são alguns dos que falam sobre reprodução e escravidão, ver: SCHWARTZ, Marie Jenkins. *Birth of a slave. Motherhood and Medicine in the Antebellum South*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006. SCHWARTZ, Marie Jenkins. *Born in Bondage: Growing up Enslaved in the Antebellum South*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

no que diz respeito ao aborto. Roth sinaliza que desde o início do século XIX, a legislação escravista, assim como os escritos médicos, separavam a escravizada mãe de seu útero, tanto fisicamente, quanto retoricamente, evidenciando que essa não teria direitos sobre o próprio corpo. A lógica do “ventre livre” nesse contexto, reforça esse caráter, funcionando como base para se pensar as políticas de natalidade e intervenções cirúrgicas no parto de mulheres empobrecidas e racializadas nos anos subsequentes ao fim da escravidão. Iamara Viana e Flávio Gomes, discorrem sobre a relação entre médicos e o mercado escravista no período de encerramento do tráfico de africanos entre 1830-1850. A análise tem como fontes principais os escritos do médico francês Jean-Baptiste Alban Imbert, médico e proprietário de escravos, que a partir de suas observações sobre a necessidade de manter a saúde dos escravos no Rio de Janeiro, sobretudo das parturientes. Essa relação, poucas vezes abordada, tem sido evidenciada a partir dos estudos sobre corpo, gênero e escravidão.

A partir das abordagens mencionadas acima, destaco a importância dessa dissertação tanto para os estudos sobre história social da escravidão e gênero, como para aqueles sobre História da saúde e escravidão que desde os anos 2000 tem desenvolvido importantes trabalhos e contribuições para os estudos sobre escravidão (PIMENTA & GOMES, 2016). Nela, foram aprofundadas as questões acerca dos discursos médicos sobre as mulheres escravizadas, que apesar de ser uma abordagem bastante utilizada nos estudos sobre amas de leite, conta com uma investigação extensa e minuciosa acerca das mudanças e permanências que mais se destacam nas últimas décadas da escravidão. No que diz respeito à lei, é importante destacar que ainda faltam trabalhos que façam uma ligação entre a Lei, maternidade e as transformações nos discursos médicos sobre as mães escravizadas nas últimas décadas da escravidão. Assim, essa dissertação investiga os discursos médicos ao longo do século XIX, com ênfase nas suas transformações e permanências e o seu papel na criação de imagens sobre a maternidade das mulheres escravizadas da Corte.

CAPÍTULO 1: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, ESCRAVIDÃO, CORPO E SAÚDE

O conceito de maternidade foi apropriado de diferentes maneiras, em localidades variadas durante a modernidade ocidental, sendo um importante meio de definir os papéis sociais das mulheres como aquelas que deveriam ser voltadas unicamente para propiciar o bem estar dos filhos e o cuidado dos lares. No entanto, na realidade das mulheres empobrecidas e, principalmente, daquelas escravizadas das sociedades coloniais e pós coloniais, a rotina de trabalho e a desumanização de seus corpos, pautados em discursos racialistas e de gênero, implicaram diretamente no cotidiano de cuidados com seus filhos e filhas e nas visões acerca de sua maternidade. Angela Y. Davis (2016) investigou o cotidiano de trabalho e relacionamento das mulheres na sociedade escravista norte americana, e identificou que “na crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016: 31).

A ideologia destacada pela autora, é referente aos padrões ocidentais de maternidade, definidos e redefinidos socialmente, mormente, a partir de valores religiosos, morais e médicos. Assim, a rotina de trabalho, exploração e sexualização dos corpos de mulheres negras cativas, as tornavam totalmente dissonantes desses padrões, visto que o cuidado dos filhos era dificultado, ou até mesmo negado pela escravidão. A filósofa francesa Elizabeth Badinter (1980) foi pioneira ao conferir uma noção histórica ao conceito de maternidade, desagregando-o de seu caráter “natural”, como se estabeleceu na modernidade. A autora reconheceu que o sentimento de amor entre mães e filhos ocorreu em todos os tempos, no entanto, ele só foi exaltado na cultura ocidental a partir do século XVII. Nesse período, o “amor materno”, foi hipervalorizado como o maior sentimento dentre o de todas as outras relações, “*l’amour en plus*” (ou, “o amor a mais”, em francês). A valorização dessa relação foi utilizada como meio de redefinir o papel das mulheres nas sociedades burguesas em transformação, como aquelas voltadas para as tarefas domésticas, afastadas das discussões públicas e políticas¹⁶.

Desde meados do século XX, intelectuais e ativistas ligados à filosofia feminista questionaram o fato das diferenças comportamentais e sociais entre homens e mulheres serem consideradas inatas, ou seja, algo biológico, que se “nasce com”. Donna Haraway (2004), destaca que a Segunda Onda do feminismo, altamente influenciada pela teoria de Simone de

¹⁶ O desenvolvimento da temática sobre maternidade será desenvolvida no subcapítulo 1.4 dessa dissertação, intitulado “*Maternidade e amamentação transformadoras*”.

Beauvoir (1949) - de que não se nasce mulher, mas sim, torna-se - foi essencial para a identificação de que as atribuições feitas ao corpo “biológico”¹⁷ são fundamentalmente culturais. No âmbito acadêmico, essas atribuições sociais foram definidas como “papéis de gênero”. A historiadora norte americana Joan Scott foi pioneira ao sistematizar o conceito de gênero, de modo que esse funcionasse como uma ferramenta para interrogar as análises históricas, sobretudo no que diz respeito às mulheres. A autora ressaltou que o gênero “tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças sociais percebidas entre os sexos, quanto uma maneira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1994: 14). Em suma, se distanciando do determinismo biológico, Scott destacou o gênero como um sistema de diferenciação- assim como a raça- que é formado no âmbito da cultura e da linguagem. O gênero utiliza as distinções entre os corpos de homens e mulheres, a fim de estabelecer seus papéis sociais e a dominação dos primeiros sobre as últimas.

A ferramenta conceitual de gênero é de grande importância para entender de que maneira as relações sociais de poder funcionam e como se transformam, visto que o gênero estrutura e influi de maneira ostensiva variadas áreas da vida como a política, trabalho, educação e saúde- não se reduzindo aos campos entendidos como “femininos”, como família e sexualidade. A partir do gênero, o domínio masculino é reforçado, pois os homens são aqueles entendidos como naturalmente voltados para o comando, o intelecto e a força. Assim, os assuntos referentes à política, guerras, ciências e produção do conhecimento, são colocados na esfera da masculinidade.

A partir das noções sobre binarismo e determinismo sexuais, a biologia teve um papel fundamental para conferir veracidade à essas narrativas. Taxonomistas, médicos e anatomistas, a partir de uma perspectiva materialista, investigaram desde os ossos, até os fios de cabelo de homens e mulheres para provar que as diferenças físicas determinavam seus comportamentos, criando padrões de feminilidade e masculinidade (SCHIEBINGER, 1987). A relação entre biologia e gênero é um assunto que tem sido profundamente debatido por historiadoras e historiadores das ciências¹⁸ que mostram como a ciência moderna, desenvolvida principalmente

¹⁷ A própria noção de “biológico” e “natureza” relacionados ao sexo e a anatomia sexual, foi debatida por historiadoras e historiadores das ciências, que a partir da historicização da produção do conhecimento científico, estudam a noção de natureza, sobretudo nas narrativas sobre o corpo feminino, e identificam como os conhecimentos sobre sexo são formados por elementos sociais de construção, de uma maneira que as práticas culturais de dicotomia e oposição radical entre homens e mulheres tenha sido construída antes dos conhecimentos iluministas sobre corpo e biologia. Ver: LAQUEUR, Thomaz. Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹⁸ Londa Schiebinger é uma referência importante nos estudos que relacionam gênero e a produção de conhecimento científico. Ela resalta a maneira como os estudos sobre ciências, produzidos majoritariamente por

por homens brancos ocidentais, foi responsável por conferir “autoridade potente” para criar e “certificar” antigos valores culturais do âmbito da filosofia e da religião, sobre as mulheres e seus corpos. Logo, lançando mão da perspectiva de gênero é possível compreender a maternidade não só como um fenômeno biológico, mas como uma noção historicamente atribuída às mulheres, como determinante de seus comportamentos e das suas funções natural e social.

Observar a definição do conceito de “mãe”, por exemplo, ajuda a refletir sobre os valores e funções da maternidade na sociedade ocidental. No Dicionário da Língua Portuguesa, em sua edição de 1878, a definição da palavra “mãe/mã”, aparece como:

A mulher, ou fêmea do animal a respeito do filho que pariu. (...) fig. Causa que pare outra, d'onde nasce outra: v.g. mãe das artes: “serra que é mã de muitos rios, e fontes” “a ociosidade mãe de muitos vícios” “Lisboa mã de mui celebres varões” “mã das artes” O homem que ama com afeto de mãe: “presão-se os que governão de ser mães de seus súbditos” Feo, Q. (porque se crê, que as mães amam mais que os paes) §Ser uma mãe; ser fraco, molle: v.g fulano é uma mãe; uma galinha, maricao § Árvore mã; a que produzia outra, ou renovos; .”(SILVA, 1878: 262-263)¹⁹.

Entre a 7ª edição de 1878, e a 1ª de 1813, a definição de mãe teve seu significado substancialmente inalterado. As palavras “mulher”, “fêmea” e “mãe”, soam como sinônimos, imprimindo um sentido de semelhança entre a maternidade e “ser mulher”. A mãe também é ligada ao sentido da natureza- como a que dá origem, ao mesmo tempo que representa a fraqueza e submissão. O sentido metafórico do amor de mãe, simboliza o cuidado e o carinho, por isso, quando um homem cuida de outras pessoas como se esses fossem seus filhos, ama como “uma mãe”. Essas definições são uma evidencia de como a cultura ocidental se pautou no controle e inferiorização do corpo feminino para naturalizar o domínio social masculino.

Além dos corpos femininos, os corpos não brancos também foram alvos de hierarquizações que os posicionavam como naturalmente inferiores. O desenvolvimento da

homens, objetificaram as mulheres, aproximando-as dos animais, reforçando valores como “maternidade” e o instinto materno, ao mesmo tempo em que conferiu a exclusão dessas do espaço de produção do conhecimento. A autora tem uma perspectiva feminista a respeito de áreas como a taxonomia, primatologia e medicina. Ver: SCHIEBINGER, Londa L. *Nature's Body: Gender In the Making of Modern Science*. E-book, New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 2013; SCHIENBINGER, Londa. *Mamíferos, primatologia e sexologia*. In: Roy Porter e Mikulas Teich (org). *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação a sexualidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

¹⁹ O dicionário foi publicado primeiramente em 1813 por Antônio de Moraes Silva, o primeiro de caráter monolíngue em português, com inúmeras edições e reimpressões ao longo do século XIX. SILVA, A. de M. *Diccionario da língua portugueza*. Tomo II. Lisboa: Typografia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1878 pp.195. Disponível em: < <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=13141>>

ideia de “raça” no âmbito das ciências, definia que traços físicos e comportamentais eram inseparáveis, portanto, a fisionomia e as dimensões do corpo, implicavam diretamente no comportamento, moralidade e nível de civilização dos seres humanos²⁰. Ela serviu como fundamento das relações de poder, e como base para justificar a colonização e a escravidão, porque acreditava-se que “pessoas das classes mais baixas são construídas de um material intrinsecamente inferior (cérebros mais pobres, genes de má qualidade, ou o que quer que seja)” (GOULD, 2014: 28). A partir dessas diferenças, foram formuladas teorias raciais que posicionariam os americanos (indígenas), amarelos e negros em patamares inferiores na hierarquia das populações humanas, e o homem branco europeu, no topo.

“No amplo empreendimento intelectual de inventariar as diferenças humanas, a ciência sexual e a ciência racial compartilharam dos mesmos princípios, utilizaram os mesmos métodos e chegaram a conclusões muito semelhantes” (MARTINS, 2004:33). A raça e o gênero, quando articulados, foram responsáveis por violências, exclusões e hierarquizações, nas sociedades coloniais e pós-coloniais, tendo o homem branco como superior às mulheres negras e brancas, e aos homens negros. A filósofa nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021)²¹, destacou a imposição do modelo biológico de gênero no processo civilizatório europeu como uma forma de apagamento das culturas das sociedades Iorubás em África²², visto que- diferentemente da cultura ocidental- seus princípios organizativos e construções de identidades, não eram pautados nas diferenças essencializadas entre os corpos, mas sim, em fatores situacionais. A senioridade era uma das maneiras de hierarquização, o que tornava as relações intercambiáveis e relativas. Oyěwùmí ressalta que na cultura ocidental, pautada na visualidade e no materialismo exacerbado, as interconexões entre conhecimento biológico, raça e construções de gênero, são indissociáveis, e se retroalimentam, pois, a biologia é a base de justificação dos comportamentos sociais e da cultura. O que faz que a sociedade seja basicamente “corpo masculinos, corpos femininos, corpos judaicos, corpos arianos, corpos negros, corpos brancos, corpos ricos, corpos pobres” (OYĚWÙMÍ, 2021: 27).

²⁰ As ideias de raça aqui expostas foram discutidas e aprofundadas a partir da obra de Peter Wade, “*Raza y etnicidad em Latino America*”. Ver: WADE, Peter. Raza y etnicidad en Latinoamérica. Editorial Abya Yala, 2000.

²¹ A discussão sobre gênero na epistemologia africana foi feita pela autora em sua tese em 1993. Mas a publicação em forma de livro foi em 1997 sob o título “*The invention of women: Making an African sense of western gender discourses*”. A tradução integral do livro para o português só feita 24 anos depois, em 2021.

²² Os Iorubás são uma das maiores etnias do continente africano, estando em maior parte, no sudoeste da Nigéria. Oyèrónké Oyěwùmí é iorubana, nascida no estado de Oyó na Nigéria. Ela defende a escrita de uma filosofia africana e como pensar as individualidades das sociedades iorubás se distanciando dos parâmetros acadêmicos homogeneizantes e civilizatórios, que apagam as noções e culturas construídas por seu povo.

Jennifer. L. Morgan (1997) estudou a associação entre a corporalidade e a criação de padrões e imagens de mulheres negras, feitas por colonizadores ocidentais em seus primeiros contatos com mulheres da África Ocidental. A autora destacou que esses homens descreveram suas características físicas e comportamentais a partir da tradição etno-histórica europeia, e perceberam o papel de destaque que as mulheres desempenhavam na agricultura, no comércio e no que dizia respeito à centralidade da maternidade. Assim, o primeiro contato do viajante inglês Richard Ligon com africanas em 1647, produziu imagens que as caracterizou numa esfera totalmente oposta das mulheres brancas europeias, já que essas eram enxergadas como frágeis e delicadas. Por outro lado, as mulheres negras seriam “pouco femininas”, e de características físicas “monstruosas”. A anatomia de seus corpos justificavam essas fossem consideradas mais próximas aos animais, serem pouco sensíveis, ou até mesmo insensíveis à dor; e ao descrever os seios das africanas como “caídos”, definiu que essa disposição anatômica significava que elas eram unicamente voltadas para a reprodução e amamentação (MORGAN, 1997:168). A partir dos discursos da colonização, outras narrativas foram criadas, sobre as quais as mulheres negras e escravizadas eram promíscuas e impossibilitadas de formarem famílias aos moldes dos padrões brancos.

Nos discursos de naturalistas, médicos e biólogos, as representações simbólicas sobre as mulheres cativas foram construídas, substancialmente, em oposição ao que seria a mulher ocidental branca e livre, no que dizia respeito à sexualidade, amamentação, beleza e maternidade. Dessa maneira, para pensar a realidade dessas mulheres e as visões acerca de seus corpos é necessário pensar a articulação das questões de gênero, juntamente às questões raciais e o status jurídico, que as faziam livres libertas ou escravizadas. Tais marcadores influenciaram de maneira ostensiva nas realidades dessas mulheres, trazendo complexidades que precisam de uma lente diferente daquela utilizada para observar as experiências das mulheres brancas.

Mulheres negras, pardas, morenas, cativas, intelectuais, ativistas marcaram a história chamando a atenção para as realidades de violências e complexidades presentes em suas vidas. Ainda no século XIX, em 1851, Sojourner Truth²³ (1797-1883), mulher negra, abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres afro-americanas, se pronunciou frente à Convenção dos

²³ Sojourner Truth foi o nome escolhido pela própria abolicionista, significando “Verdade Peregrina”, embora seu nome de nascimento fosse Isabella. Nascida em Nova York como escrava, foi mãe de cinco crianças. Em 1825, Sojourner fugiu levando consigo sua filha Sophia. A partir daí, sua peregrinação se voltou para conseguir a liberdade de seu filho de 5 anos, do qual teria sido separada pela venda, o que a fez abrir um processo judicial. Ver: TRUTH, Sojourner; GILBERT, Olive. E eu não sou uma mulher? a narrativa de Sojourner Truth/ contada por Olive Gilbert. Rio de Janeiro: Livros de criação: Ímã editora: Coleção Meia Azul, 2020, 218p.

Direitos da Mulher, constringendo uma plateia majoritariamente masculina e branca, ao reivindicar sua identidade como “mulher” em busca do reconhecimento de seus direitos e sua humanidade, como possuidora de relacionamentos afetivos, força e dores. O discurso que ficou popularmente conhecido como “*Ain’t I a Woman?* (em português, “E eu não sou uma mulher?”), dizia:

Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [*E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular*] Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu posso trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem — quando consigo comida — e também aguentar o chicote! E eu não sou uma mulher? Eu carreguei treze filhos, e vi a maioria ser vendida como escravo, e quando chorei minha tristeza de mãe, só tinha Jesus para me ouvir! E eu não sou uma mulher?” (TRUTH; GILBERT, 2020: 13)

O trecho acima evidencia como Sojourner utiliza as retóricas de gênero tanto masculinas, como femininas para cobrar o reconhecimento de sua humanidade como mulher negra. Ela também destaca o tratamento diferenciado que recebeu por toda a sua vida por ser negra e escravizada, embora, assim como as mulheres brancas, tenha sentido todas as dores maternais ao ser separada de seus filhos e ter rezado para que Jesus pudesse consolá-la. O discurso de Truth ainda reverbera por todo o Atlântico, influenciando intelectuais e ativistas negras contemporâneas que, contrariando a epistemologia hegemônica, erguem suas vozes do norte ao sul global contra a exclusão e o silenciamento de suas vozes. Na década de 1970, mulheres negras das classes populares criaram novos meios de análise para compreender suas próprias realidades, chamando a atenção para as desigualdades e opressões que sofriam, principalmente no que dizia respeito ao mercado de trabalho, aos direitos reprodutivos e à maternidade. Suas críticas se direcionavam aos movimentos feministas, e seu caráter universalizante e ocidental, pois privilegiavam somente a experiência das mulheres brancas, e ao Movimento Negro por considerar somente as opressões raciais sofridas por homens negros.

Militantes e acadêmicas como a norte americana Angela Davis (1981)²⁴ e a brasileira Lélia Gonzales (1982)²⁵ foram de importância singular no desenvolvimento de estudos sobre a

²⁴ Angela Y. Davis (1984) foi de importância singular para a investigação de questões que implicavam na realidade das mulheres negras, como direitos reprodutivos, família e trabalho. Ver: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁵ Lélia de Almeida Gonzales (1935-1994), intelectual negra e militante, foi pioneira em pensar o feminismo e a situação de opressão das mulheres negras a partir da chave decolonial no Ocidente. A filósofa propôs uma mudança

situação das mulheres racializadas nas sociedades americanas, recorrendo frequentemente às raízes coloniais dessas opressões em seus escritos. Nos finais da década de 1980 houve a sistematização e instrumentalização dessas reivindicações do feminismo negro, a partir da criação do conceito de “interseccionalidade”, pela jurista afro-estadunidense, Kimberlè Crenshaw. Uma ferramenta epistêmica desenvolvida por mulheres negras, “uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interrelação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002:177). Analisando não só o gênero na experiência de mulheres de cor, mas sim “a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias classes e outras” (*ibidem*).

O conceito vem sendo amplamente discutido e utilizado em âmbitos das ciências sociais e das ciências humanas. A interseccionalidade tem sido empregada para auxiliar o entendimento das relações sociais em locais nos quais a diversidade cria sentido para as relações de poder baseadas em fatores como classe, gênero, raça, sexualidade, faixa etária, nacionalidade e capacidade. De acordo com Patrícia Hill Collings e Sirma Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS E BILGE, 2021: 15-6).

Assim, é importante perceber que não só o gênero, mas diversas categorias de poder influem nas realidades de mulheres racializadas. Também é importante considerar que, apesar de tomar proporções universais, o gênero não pode ser considerado como uma categoria aplicável em todos os contextos, pois não esteve presente nas hierarquizações de todas as sociedades pré-coloniais, como defende o argumento desenvolvido por Oyèrónké Oyěwùmí (2021) mencionado anteriormente. Portanto, destaco para esse trabalho, que o conceito de maternidade aqui abordado é pautado nas definições sociais de maternidade do Ocidente, no qual a mãe é responsável pelo cuidado dos filhos, sendo parte da família juntamente com o pai

epistemológica no pensamento intelectual e nos movimentos sociais, ao evidenciar a necessidade de se pensar o feminismo a partir da realidade das mulheres afro-latino americanas.

e sendo submissa à ele²⁶. Esses múltiplos sentidos e significados foram transportados para as colônias a partir da religião, literatura, filosofia e biologia. No caso das mulheres racializadas, os discursos e experiências de gênero, foram atravessadas pelas desigualdades de raça e classe, e, sobretudo, pela escravidão, o que muitas vezes as colocaram em esferas distintas das mulheres brancas e as invisibilizaram como mães.

A escravidão moderna Ocidental, baseada no tráfico e escravização de africanos, incorporou as noções de gênero a partir do seu princípio de perpetuação da escravidão do “Partus Sequitur Ventrem” (o filho segue o ventre), que determinava que o status jurídico da mãe seria parâmetro de definição da condição jurídica dos seus filhos. O princípio foi uma maneira de manter a escravidão dos nascidos nas colônia, a partir da via materna (SOUSA, 2021). Além disso, ele conectou experiências de sociedades atlânticas e das mulheres escravizadas desses locais, a partir da criação de legislações específicas para a emancipação do ventre das cativas. E também das mulheres cativas e libertas que acionaram a justiça a fim de libertarem seus filhos e familiares, sendo protagonistas nos processos de emancipação (COWLING, 2018).

Dessa maneira, no escravismo moderno, as mulheres foram consideradas “produtoras” e “reprodutoras” da escravidão, e o corpo feminino, se tornou o próprio *locus* da escravidão²⁷. Eram produtoras, pois realizavam trabalhos diversos, desde o trabalho nas ruas, até os trabalhos dentro dos lares, cuidando dos integrantes das famílias proprietárias e da manutenção das casas; e como produtoras, tendo seus corpos utilizados como perpetuadores da escravidão e também tendo suas capacidades de amamentação exploradas como amas de leite. Assim, o estudo das questões acerca da maternidade das mulheres escravizadas se torna fundamental para as análises acerca das mudanças políticas, sociais e culturais durante o período escravista.

Nesse primeiro capítulo, a presença dessas mulheres será evidenciada e contextualizada na cidade do Rio de Janeiro, local que aos finais do século XIX foi cenário de intenso trânsito de mulheres pretas, mulatas, morenas, pardas, das condições jurídicas livre, liberta, libertanda e escravizadas. Esse período, marcado principalmente pelas leis emancipacionistas, tem na

²⁶ Trabalhos de africanistas como de Oyewumí (2021), destacam o caráter matricêntrico de algumas sociedade africanas; como no caso dos iorubás, em que as mães eram responsáveis pelo sustento dos filhos, mas o peso do cuidado não recaía necessariamente somente sobre elas como uma função natural e individual.

²⁷ Maria Helena P.T Machado foi uma das principais autoras a defender a importância da abordagem de gênero para o entendimento da história da escravidão. Ver: MACHADO, Maria Helena P.T. Mulher, corpo e maternidade *in*: Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. Schwacz, Lilia M. Gomes, Flávio (orgs). São Paulo, Companhia das Letras, 2018 pp.298-307.

década de 1870, um momento de mudanças políticas e sociais que abalaram as relações entre o binômio “senhor e escravizado”. O aumento no número de alforrias, o avanço do movimento abolicionista e as mudanças jurídicas propiciadas pela lei de 28 de setembro de 1871, tornou o Rio de Janeiro uma cidade repleta de pessoas libertas e livres “de cor”. Vista a instabilidade desse momento, a “racialização” da sociedade fez da raça, um fator de importância para manter as hierarquias sociais e regular a extensa população que se formava²⁸.

Como capital do Império, o Rio de Janeiro também foi espaço de transformações estruturais e intelectuais, propiciadas pela intervenção do estado, e sobretudo, pela atuação de médicos que pretendiam estabelecer seus saberes como dominantes e criaram padrões higiênicos para modificar os hábitos da cidade no que dizia respeito à moradia, casamento, alimentação e, principalmente, à maternidade. Esse último assunto ganhou espaço relevante nos trabalhos de estudantes e doutores em medicina, principalmente nas *teses* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Retóricas de gênero e maternidade elegeram a mulher burguesa como uma das principais agentes de transformação social. Elas seriam responsáveis pelos cuidados com a família e pela amamentação de seus próprios filhos, o que condenava, nesses mesmos trabalhos, a atuação das amas de leite- que eram majoritariamente mulheres afrodescendentes. Assim, aspectos sobre a própria escravidão, sobre as questões acerca da saúde e higiene e sobre o corpo feminino são evidenciados nesse capítulo e pensados a partir da ótica dos estudos de gênero.

1.1 – SER MULHER, MÃE E CATIVA NA CORTE IMPERIAL EM TRANSFORMAÇÃO

No dia 24 de maio de 1882, na cidade do Rio de Janeiro, “Delphina crioula”, de trinta anos, e sua filha *ingênua* de um mês de idade, foram registradas como detentas na *Casa de Detenção da Corte*. O motivo? A cativa fugiu da casa de seu proprietário, o Sr. João Martins Filgueiras, mas teve sua tentativa encerrada, ao ser capturada e levada à detenção no carro dos agentes. Delphina trabalhava no serviço doméstico e era natural de Angra dos Reis. Sobre sua filha...essa não teve o nome registrado, apenas foi identificada pelos agentes como parda e natural do Rio de Janeiro. Dois meses depois, em julho, Delphina e a filha foram presas

²⁸ Sobre o processo de “racialização”, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, 319 p.

novamente, mas desta vez, a ingênua já estava com a idade de 3 meses, sendo essa nova prisão justificada pelo crime de “desobediência”.²⁹

Apesar da matrícula conter os motivos das prisões da cativa, essa informação é apenas uma camada que sobrepõe as complexidades nas relações entre mãe e filha, e de ambas com a família de João Martins. Ela revela uma constatação dos policiais sobre a fuga, mas pouco diz sobre o que realmente motivou Delphina a se arriscar nessa empreitada e o porquê de, novamente, ter desobedecido ao seu senhor, mesmo correndo riscos de ser castigada física e psicologicamente. As prisões consecutivas podem ser um sinalizador de que o lar no qual Delphina servia era um espaço de conflitos, num período histórico em que as mudanças na capital e os movimentos por emancipação, tornavam as relações entre o trinômio mãe escrava, ingênuo e proprietário, cada vez mais estremecidas. É provável que ao fugir com uma criança de apenas um mês, Delphina estivesse se jogando numa tentativa de romper de alguma maneira, com os abusos e excessos de trabalhos aos quais teria sido submetida.

Chega-se à essas hipóteses a partir dos estudos da literatura sobre o serviço doméstico feminino durante o século XIX, que demonstra como a escravidão moldou as relações de trabalho no interior dos lares brasileiros, e que as mulheres escravizadas e empobrecidas foram sobrecarregadas de tarefas, mesmo estando grávidas, no pós parto e com crianças de colo que ainda precisariam ser amamentadas³⁰. Assim como Delphina, outras escravizadas também foram “desobedientes” para com seus senhores, como no caso da cativa Ambrosina, da cidade de Taubaté, em São Paulo. A cativa cuja principal obrigação era amamentar incansavelmente um bebê que não era o seu, foi acusada de assassinar o filho da família proprietária por estar sob o domínio de sentimentos de raiva e rebeldia³¹. Escravas mães que precisavam cuidar de seus filhos nos lares senhoriais e mesmo assim serviam como amas de leite tinham suas vidas

²⁹ Casa Detenção da Corte- Matrícula de Escravos. In: *Livro: 4*, Subsérie Escravos- Matrícula 624, 24 de maio de 1882.

Casa de Detenção da Corte- Matrícula de Escravos. In: *Livro: 4*, Subsérie Escravos, Matrícula 625, 24 de maio de 1882.

³⁰ Muitos trabalhos utilizaram anúncios de vendas de cativas grávidas e com filhos pequenos. Esses anúncios são majoritariamente voltados para a função de ama de leite, mas também descrevem todas as funções que a mulher poderia executar para além da amamentação, como passar, engomar, arrumar e cozinhar. Ver: CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se "preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

³¹ Caso estudado por Maria Helena Machado em: MACHADO, M.H. Entre Dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão" in: Giovana Xavier, Juliana Barreto Faria e Flávio Gomes (orgs.), "Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação". São Paulo, Summus/Selo Negro, 2012, pp. 199-213

dificultadas por suas condições sociais. A maternidade e a escravidão pareciam conceitos opostos na ideologia que defendia a família burguesa como uma instituição forte, e a mulher como o principal símbolo de união e educação, já que os empecilhos criados pelas desigualdades das relações de poder da escravidão e da raça, afastavam suas experiências das mulheres brancas de classes sociais mais abastadas. Por serem em sua maioria negras, pesava também sobre essas mulheres os estigmas da raça, pois eram consideradas inferiores por conta de suas características físicas e culturais, sendo acusadas de serem mais propensas à promiscuidade e às doenças. O que as tornou alvos recorrentes da violência e crueldade dos estupros, agressões e da separação de seus filhos.

Assim, é fundamental para essa pesquisa evidenciar as maneiras pelas quais as mulheres cativas- assim como Delphina- viviam, suas ocupações e relacionamentos, numa cidade que se transformava a partir dos investimentos e ações de médicos e políticos, que almejavam a construção de uma nação livre da escravidão e das epidemias; formada por pessoas “civilizadas” e, acima de tudo, com hábitos e costumes “embranquecidos”.

O Rio de Janeiro do século XIX foi local de importantes transformações propiciadas pela transferência da Família Real (1808) e pela abertura dos portos coloniais às nações amigas, que promoveu novas trocas comerciais capitalistas entre a cidade e outras regiões coloniais e metropolitanas. Devido a essas mudanças, a Coroa portuguesa investiu no desenvolvimento da área urbana- que ainda conservava fortes traços coloniais- e na transformação de costumes e práticas vistas como “incivilizadas”, na tentativa de modernizá-la aos moldes das capitais europeias. Dentre essas mudanças estavam a fundação da Casa da Moeda, a inauguração de uma Imprensa Régia e a criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808), que formalizou os estudos de medicina na cidade. Nesse período, também houve expressivo aumento demográfico de imigrantes portugueses e de outras regiões do Brasil, e sobretudo, de africanos, que formavam a principal mão de obra da cidade. Apesar destes últimos serem importados para o Brasil desde os primórdios do período colonial, foi no século XIX que houve a intensificação do tráfico de africanas e africanos para o Brasil, e o conseqüente aumento de sua população “de cor”, formada mulheres e homens pretos, pardos e mulatos.

A partir dos registros de entradas de africanos nos portos brasileiros, verificou-se um salto considerável nas taxas de importação entre os primeiros anos de 1800, e a primeira década da chegada da Família Real, identificando a entrada de 9.689 africanos para serem escravizados em 1807 e 22.520 em 1811. Nesse contexto, o tráfico fluminense era altamente rentável tendo

“o mais importante fluxo de cativos de todo o planeta entre 1790 e 1830 (sobretudo durante as duas últimas décadas deste período)” (Florentino, 1997, p.12).

Apesar da maioria desses cativos serem destinados às regiões cafeeiras fluminense, a cidade atlântica e escravista, dispôs de uma forte escravidão urbana que era ostensiva e “generalizada”, sendo utilizada por todos os setores da população, tanto pelas pessoas livres, menos e mais abastadas, como também pelos próprios cativos³². A mão-de-obra escravizada foi empregada nos serviços braçais e nos mais especializados, como foi evidenciado por Mary Karasch (2000), que a partir dos relatos de viajantes estrangeiros, discorreu sobre a marcante presença de negras e negros nas ruas da cidade. Eles ocupavam as atividades mais variadas, como de carregadores, lavadeiras, marinheiros, operários, pedreiros e, principalmente, vendedores “ao ganho” com seus tabuleiros, cestas e quitandas.

Diferentemente das extensas áreas rurais, a cidade contava com maior mobilidade e liberdade de circulação dos cativos. Eles poderiam morar nas casas de seus senhores, em fogos ou cortiços, essas últimas eram habitações populares que poderiam ser pagas com o próprio pecúlio dos escravizados. Além disso, o intenso trânsito de escravizados, propiciava que estes estivessem a todo tempo em contato com pessoas de diferente status jurídico, interagindo e trabalhando ao lado de livres e libertos. As igrejas como a de Nossa Senhora da Lampadosa e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito eram frequentadas por negras e negros, formando importantes espaços de sociabilidade. Além das igrejas, as praças e os largos também cumpriam esse papel. A *Praça Tiradentes* funcionava como pelourinho e local de encontros festivos e manifestações religiosas e o *Largo da Carioca* era um espaço popular na rota daqueles que precisavam abastecer seus barris e jarros de água no Chafariz da Carioca, que juntava lavadeiras, carregadores e outros escravos, que aguardavam em longas filas para buscarem água para abastecer os lares da cidade (KARASCH, 2000).

No vaivém da cidade, a presença feminina foi expressivamente importante nos trabalhos nas ruas e na domesticidade dos lares. Entre pregões e quitutes, as mulheres foram identificadas como aquelas que dominaram o ramo das vendas de alimentos, tecendo as redes de sociabilidade da cidade, alimentando os trabalhadores escravizados e livres, e abastecendo os lares das famílias da corte. Mulheres pretas, sobretudo de origem africana da Costa da Mina,

³² Sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, ler: SOARES, Luiz C. A escravidão de ganho. In: *O povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7 Letras, 2007, pp. 123-145; SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

conhecidas como “pretas minas”, com seus turbantes e panos da Costa, traziam suas características das nações africanas para a realidade diaspórica, oferecendo os mais sortidos produtos, desde os pratos quentes para o consumo, até os alimentos crus, como aves, verduras e ervas³³. Essas mulheres que, mormente, trabalharam como “ganhadeiras”³⁴, quando escravizadas, exerciam o trabalho “ao ganho”, para conseguirem entregar parte dos lucros aos seus proprietários, e ainda acumularem pecúlio para que pudessem comprar bens próprios, ou até mesmo a alforria para si e para os seus.

As cenas de mães que trabalhavam com suas crianças por perto, chamaram a atenção de viajantes estrangeiros, que notaram tal hábito das ganhadeiras da cidade de Salvador que “traziam, como na África, seus filhos atados as costas com "pano da Costa" ou soltos entre tabuleiros, em meio a frutas e aves” (SOARES, 1996: 63). A viajante, etnóloga e botânica Teresa de Baviera (1888) em sua viagem à Bahia, pintou uma negra que “carrega na cabeça um imenso tabuleiro, repleto de bananas, levando nas costas um crioulinho de mais ou menos dois anos de idade cuja ponta do pé balança-se alegremente fora de sua cadeira de pano”. Dessa maneira, “a mãe tem as mãos totalmente livres para servir seus fregueses e para segurar seu tabuleiro quando sobe e desce íngremes ladeiras” (MATTOSO, 1988: 38). Outras mulheres que “labutavam sozinhas” poderiam deixar os filhos em casa, o que poderia colocar a vida das próprias crianças em risco, quando ficavam sozinhas, como no caso de uma ganhadeira de Cachoeira, na Bahia, que necessitando trabalhar, deixou sua filha, a menor Joana, sozinha. A menina aproximou-se do fogão, e por acidente, colocou fogo no próprio vestido. Para se livrar do fogo, pulou de uma janela, vindo a falecer por conta das queimaduras.

Todavia, a presença feminina negra foi notável não só no mercar de alimentos, mas também em atividades voltadas aos serviços executados na domesticidade do lar. Flávia Fernandes de Souza (2012), ao estudar a história social do trabalho, ressaltou a importância desse ofício, visto que o serviço doméstico foi “o principal setor de inserção das mulheres no universo do trabalho no decorrer da formação da sociedade brasileira” (SOUZA, 2012 p.244). A escravidão esteve na essência da trajetória desse serviço desde o período colonial, o que fez

³³ O trabalho clássico de Carlos Eugênio Líbano Soares evidencia o trabalho das mulheres da Costa da Mina. Ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano., A “nação” da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900. FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 193-247.

³⁴ Discussão sobre as “ganhadeiras” presente, em: SOARES, C.M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, [S.l.], n.17, 1996. DOI:10.9771/aa.v0i17.20856. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856>> acesso em 30 de setembro de 2021.

com que fosse atravessado não só pelo gênero-por ter sido exercido majoritariamente por mulheres- mas também pela classe e a raça, por se tratarem de mulheres que eram em sua maioria negras pobres ou cativas³⁵. Essa atividade também abarcou crianças e idosas, que eram mão de obra mais barata para exercerem funções ligadas à manutenção e ao cuidado com os proprietários.

A dinâmica da escravidão doméstica na cidade foi minuciosamente estudada por Sanda Graham (1992) que destacou a existência de um trânsito de criados e criadas entre os ambientes externos e internos para realizar serviços essenciais, como a lavagem de roupas, o carregamento de água e dejetos, e a compra diária de alimentos perecíveis. As criadas domésticas que prestavam os serviços mais íntimos às senhoras e aos senhores eram as amas de leite, costureiras e mucamas. Elas usufruíam de melhor tratamento, com boas roupas e alimentação, sendo consideradas- assim como na tradição portuguesa- criadas de “portas adentro” (Graham, 1992, p.51). As mucamas, por exemplo, acompanhavam suas senhoras nas saídas, penteavam seus cabelos e faziam tarefas que não eram vistas como tão pesadas. As amas de leite e amas secas, estavam a todo momento com a criança senhorial, podendo desfrutar das riquezas materiais da família, e quem sabe, serem recompensadas até mesmo com a carta de alforria. A relação entre senhores e cativos no interior dos lares era regida pela ideia da permuta, na qual era estabelecido que “os patrões eram responsáveis por prover os cuidados básicos- comida, abrigo, alguma roupa, remédios na doença. Em troca (...) eles exigiam que os dependentes retribuíssem com obediência” (GRAHAM, 1992: 108). Nessa realidade, os senhores exerciam controle, não só sobre o trabalho de seus cativos, mas também sobre suas relações privadas, e relacionamentos.

Essa proximidade poderia trazer grandes desafios para as mulheres cativas, sobretudo àquelas que exerciam o serviço de amas de leite. A prerrogativa para se conseguir uma ama de leite era de que a mulher fosse lactante, estando grávida ou tendo parido recentemente. Assim, é possível notar a gravidez como uma ferramenta de garantia da produção de leite para a amamentação dos filhos da camada proprietária e como um fator de separação para as mulheres escravizadas, que poderiam ser vendidas ou alugadas para outros proprietários, sendo

³⁵ Após o fim do tráfico, em 1850, o mercado de criadas domésticas foi sendo ocupado aos poucos por mulheres livres, libertas e estrangeiras, em sua maioria, negras e pardas. No *Recenseamento do Império do Brasil de 1872*, Souza identificou que, para a freguesia do Rio de Janeiro havia o número de 38.463 trabalhadoras domésticas, sendo 16.683 brasileiras, 7.595 estrangeiras e 14.185 escravizadas. No período pós abolição, o serviço doméstico foi a função que mais empregou as mulheres afro-brasileiras, sendo uma maneira de inserção no mercado de trabalho livre.

forçosamente separadas de seus filhos biológicos. O destino das crianças filhas de mulheres escravizadas e empobrecidas era incerto. No caso dos filhos das escravizadas, esses poderiam ser entregues à Roda por seus senhores, ou caso fossem pertencentes à uma comunidade com outros escravizados, poderiam ficar com outras mulheres e a mãe biológica seria “substituída por uma mãe postiça ou até por toda a comunidade feminina que é encarrega de sua criação” (MATTOSO, 1988: 47).

Dessa maneira, torna-se possível afirmar que a maternidade trouxe muitos desafios para as vidas das mulheres cativas, que enfrentaram as dificuldades da gravidez, do parto e da amamentação sob o regime de trabalho escravista. Diversos relatos trazem a presença de mulheres indo trabalhar com seus filhos na roça, outras que pariram ao realizarem trabalhos pesados e que engravidaram como consequência de estupros realizados por seus próprios senhores (MACHADO, 2018). Esse último ponto, tradicionalmente endossado na literatura brasileira como meio de justificar as relações não consensuais entre homens brancos e suas escravas, foi um fator que chamou a atenção de filósofas negras feministas desde a década de 1980, como Lélia Gonzalez (1984) que questionou os “Retratos do Brasil” produzidos por intelectuais como Caio Prado Jr. E Gilberto Freyre (1933). Os quais invisibilizaram as questões acerca das mulheres negras na sociedade brasileira, destacando-as ora como meros objetos dos prazeres dos senhores, ora como construtoras de uma sociedade mestiça harmoniosa.

Angela Davis (2016), destacou que nas propriedades rurais estadunidenses, as escravizadas estiveram expostas a todos os tipos de coerção sexual, e o estupro funcionava como “uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016: 32). No Brasil, a legislação Imperial não abarcava a violência sexual dos senhores contra suas escravas e escravos como um crime a ser punido. Pois, a violência contra escravos era julgada a partir da legislação do Código Criminal do Império de 1832 que considerava como crime, somente as agressões e os homicídios³⁶. Além disso, o estupro, quando feito pelo proprietário da escrava, significava o aumento de sua propriedade, pois até 1871, os filhos seguiam a mesma condição jurídica de suas mães, e não a de seus pais, o que os faziam ser igualmente cativos (COWLING, 2018).

³⁶ O tema de legislação e estupros foi abordado por S. Chalhoub em: CHALHOUB, Sidney. Posfácio. In: BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. São Paulo: Chão Editora, 2019.

Nas análises sobre a história das mulheres cativas, é importante ressaltar como as experiências de maternidade foram marcadas pelas relações de poder de raça, gênero, classe e status jurídico. Esses fatores em confluência, produziram complexidades e resistências específicas, como observado numa ocorrência do jornal *Gazeta de Notícias* de junho de 1879, que expôs o seguinte caso:

Ante-hontem á tarde a crioula liberta Vicencia Maria da Conceição, em companhia de um menor, diriu-se ao açougue da rua da Uruguayna n.60, pertencentes a José Ferreira, para fazer compras. Parece que o açougueiro implicou com o menor, pois que, auxiliado por dois indivíduos que ali se achavam, agarrou-o e espancou-o. A crioula Vicencia, querendo n’essa ocasião oppôr-se à agressão, foi prostrada por terra com um pontapé no ventre, que lhe deu José Ferreira, que em seguida evadiu-se com os seus companheiros. Vicencia achava-se grávida e a noite o seu estado inspirava sérios receios. O sr. Dr. subdelegado do 1º distrito da Freguezia do Sacramento, tomou conhecimento da ocorrência³⁷.

Vicencia era uma mulher liberta, ou seja, que tinha nascido escrava e foi alforriada. Sua identificação como crioula faz parte do vocabulário utilizado para designar escravos ou forros recentes que eram nascidos no Brasil (MATTOS, 2009). Numa tarde em que andava pelas ruas da cidade com um menor- que poderia ser seu parente, ou filho de alguma vizinha ou amiga- foi testemunha da brutal agressão feita ao menino por dois homens, mais o proprietário do estabelecimento. Frente à cena, a mulher reagiu e se tornou alvo do agressor e proprietário, José Ferreira. O fato de Vicencia estar grávida colocou sua integridade física e mental em maior risco, já que a agressão a deixou em estado que “inspirava sérios receios”. Apesar de não ser mais escrava, Vicência era uma mulher racializada que havia passado pela condição de escravidão, o que a colocava em risco parecido ou até semelhante, de sofrer a violência à qual foram submetidas mulheres cativas.

As inseguranças e instabilidades na vida de mulheres racializadas também foram abordadas por Albuquerque (2011) no contexto do Recôncavo Baiano em 1873. A autora descreve o processo crime contra Joana, uma mulata forra que foi importunada pelo comerciante Idelfonso Raimundo da Silva para que bebesse com ele nos festejos do Momo. Frente a insistência do comerciante, a mulher o atacou com pedras e esse disse que Joana “não conhecia o seu lugar”. Por conta disso, Joana era a ré no processo, embora a sentença final do juiz não a tenha condenado. A postura de Idelfonso e a frase por ele utilizada “dá visibilidade

³⁷Gazeta de Notícias, Segunda feira, 30/06/1879 edição 00177
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pesq=%22vicencia%20maria%22&pasta=ano%20187&pagfis=5880

ao sutil jogo de demarcação de lugares e preservação de privilégios sociais e políticos a partir de critérios raciais” (ALBUQUERQUE, 2009: 38).

Pessoas “de cor”, assim como Vicencia e Joana foram atacadas e criminalizadas nas ruas da cidade. Elas formavam um grupo heterogêneo na sociedade brasileira cuja classificação racial desde o período colonial até o século XIX, foi marcada por sua fluidez. A categoria de “pessoas de cor”, abarcava diversas denominações raciais como mulato, moreno, pardo, crioulo, cabra e preto. Segundo Hebe Mattos (2009), no período colonial, as categorias de distinção social eram relacionadas menos à raça, e mais à “pureza do sangue” como uma herança do Império português que diferenciava cristãos-novos (mouros e judeus) dos cristão-velhos e determinavam os impedimentos sociais os quais esses sujeitos sofreriam. Eduardo Paiva (2012) defende que num mundo desigual marcado pela chagada dos europeus às colônias de ultramar, as hierarquias sociais pautadas nas diferenças foram implementadas como uma maneira de conquistar, dominar e organizar as suas possessões.

Assim, para Paiva (2012), a "qualidade" foi o principal marcador de identidade em todo o período moderno, só se transformando em meados do século XIX. A qualidade poderia dizer respeito à “linhagem” do sujeito, sua nação, raça (etnia) e cor, não significando uma categorias separadas com significados fixos. O que foi percebido por Mattos (2009) em documentações nas quais a “cor” de indivíduos se modifica, sendo ele “preto” quando era escravo, e “pardo” ou até mesmo “branco”, depois que sai da condição de escravidão. Junto ao marcador de “condição jurídica”, ou seja, de livre, liberto e escravizado, a qualidade definia e identificava esses indivíduos garantido sua mobilidade e impedimentos sociais. No século XIX a ideia de raça vai ganhando novos sentidos, sobretudo aos fins do século XIX, com a entrada das teorias científico-raciais no Brasil, como o darwinismo e o evolucionismo³⁸ e as tensões sociais na hierarquia escravista gerada pelas mudanças jurídicas e pela maior quantidade de pessoas de “cor” de condição livre e liberta.

A modificação do perfil racial e social da população da corte fluminense foi uma das consequências do encerramento do tráfico de africanos em 1850 e do maior número de alforrias conquistadas pelos cativos no período de deslegitimação da escravidão. O que fez com que pessoas “de cor” com status de livres e libertas, transitassem em maior número nas ruas da

³⁸ A questão científico-racial no século XIX será abordada no capítulo 2 dessa dissertação: “Mães negras sob olhares brancos: os discursos médicos acerca dos partos e da amamentação”.

cidade, se tornando vítimas em cenas de prisões, em situações análogas às vivenciadas por pessoas cativas.

Segundo o recenseamento de 1872, a população brasileira somava 9.930.478 habitantes, divididos, quanto à condição social, em 8.419.672 livres (84,78%) e 1.510.806 escravos (15,21%). Quanto às raças, havia 38,13% de brancos, 19,68% de pretos, 38,28% de pardos e 3,89% de indígenas. Pretos e pardos somados, incluídos tanto livres e libertos quanto escravos, chegavam a 5.756.234, ou 57,96% da população total. Excluídos os escravos, chegamos a uma população livre de cor de 4.245.428, ou seja, 42,75% dos habitantes do país eram indivíduos livres de cor, logo egressos da escravidão e seus descendentes, pretos e pardos (SENRA, 2006: 418-9; 423, apud CHALHOUB, 2010).

O aumento da população formada por pessoas livres e libertas pretas e pardas implicou em complexidades que limitavam a circulação desses sujeitos que poderiam ser confundidas a qualquer momento com pessoas escravizadas, criando um ambiente de “liberdade precária”. Assim, essa condição tornou o Rio de Janeiro uma “cidade esconderijo” (CHALHOUB, 2012) que mesclava a condição jurídica de cativos entre os negros livres e libertos e fez com que pessoas que pelo simples motivo de não serem brancas, fossem abordadas pela polícia, presas ou até reescravizadas. No entanto, a historiografia sobre a escravidão tem destacado como as mudanças legislativas do Ventre Livre tiveram grande impacto político, jurídico e social, modificando a realidade desses sujeitos, ao simbolizar o início do processo de desarticulação do domínio senhorial, impactando assim nas relações raciais das últimas décadas da escravidão.

A lei de 28 de setembro de 1871 libertou as crianças nascidas de mulheres cativas nascidas a partir daquela data, mas não se ateve somente a esse campo, ela também criou um repertório jurídico para que os próprios escravizados tivessem um caminho menos tortuoso para traçar seus próprios caminhos para a liberdade. Sidney Chalhoub apontou que o número de pedidos de alforria havia aumentado na década de 1860, mas que a partir de 1871 esses pedidos foram assegurados por lei, como direitos. De acordo com Hebe Mattos (2009), a lei tornou oficial/legal a compra de alforria pelo próprio cativo, o acúmulo de pecúlio e criou a matrícula obrigatória de cativos que determinava que só eram escravizados aqueles que estivessem registrados oficialmente por seus proprietários.

Celso Thomas Castilho (2018), evidenciou que tal mudança “serviu, ao mesmo tempo, de objeto de crítica e de pano de fundo para mobilizações políticas mais polarizadas” (CASTILHO, 2018: 18). Investigando não somente a letra da lei, mas as controvérsias geradas a partir das interpretações de seus artigos, o autor destaca a maneira como juizes, advogados, funcionários públicos e os próprios escravizados pleitearam a liberdade a partir dos usos

práticos da Lei de 1871. Nos tribunais, esses agente da liberdade contestaram os direitos de posse da escravidão a partir da legislação. Mariana Paes (2021) realizou um estudo sobre as consequências do artigo da lei que determinava a matrícula de escravos, trazendo o caso de Rita, uma mulher que entrou na justiça em 1880 (nove anos após a lei de 1871) para demandar a liberdade para si para seus dois filhos. Rita alegava que não tinha sido matriculada em 1871 por sua ex senhora, o que fazia com que tanto ela, como seus filhos fossem livres. Mesmo com as argumentações do proprietário de Rita de que mesmo não matriculada, a mulher vivia como escrava (utilizando os costumes como prova), o juiz determinou que os três eram livres, pois a matrícula passou a ser o centro do sistema probatório da escravidão.

Hebe Mattos (2009) evidenciou que as matrículas foram criadas para que os senhores fossem indenizados a longo prazo assim que se encerrasse a escravidão. Entretanto, após 1871, a matrícula tem resultados inesperados, pois “era o senhor que precisava apresentar a matrícula de seu escravo. Sem ela, qualquer pessoa “de cor” era juridicamente livre (...) pela primeira vez, rompia com a associação legal entre cor e suspeita da condição de escravidão” (MATTOS, 2009: 22-23). A autora também destacou que muitos africanos escravizados ilegalmente, que entraram no Brasil após 1831 foram considerados escravos oficialmente a partir da matrícula. Mas no contexto da década de 1870, as situações de ilegalidade eram denunciadas na imprensa e nos tribunais, “o abolicionista Luiz Gama não se cansaria de alardeá-la nos jornais e tribunais paulistas, já na década de 1870” (MATTOS, 2009: 23), o que para os senhores, trazia efeitos negativos e inesperados da lei.

Assim, para pensar essas mudanças sobre cidadania, raça e liberdade, me apoio nos argumentos de Wlamyra Albuquerque (2011) para pensar o panorama das relações raciais a partir da década de 1870. Para a autora, a instabilidade nas relações sociais causada pelas políticas de emancipação, criaram um ambiente ameaçador e instável para a classe formada por proprietários e ex proprietários. A autora utiliza o conceito de “racialização” para pensar a dinâmica dos processos e das relações sociais nesse contexto, destacando que a “cor” passou a significar as hierarquias que antes eram justificadas pelo costume e pelo direito de propriedade, o qual dividia a sociedade, grosso modo, entre proprietários e propriedades.

A racialização significou a adaptação da noção biológica da “raça” para o contexto social. No Brasil, não houve uma política de segregação a partir dessa categoria, como ocorreu no contexto dos Estados Unidos. No entanto, Albuquerque reconhece que o próprio abolicionismo era impregnado de uma noção “discriminatória e paternalista”. “Nas últimas

décadas do século XIX, geralmente de maneira velada, práticas baseadas na ideia de raça foram se fazendo notar nos debates jurídicos, nas decisões políticas, na construção de memórias e símbolos da escravidão, nos prognósticos e planos para o futuro da nação (MATTOS, 2009: 34). Assim, a inferioridade intelectual e moral do negro evidenciada nos discursos racialistas, em certa medida, pautaram até mesmo o repertório abolicionista, considerando o fim da escravidão como um meio de estabelecer a ordem.

Dessa maneira, somado aos abusos de gênero, o marcador da raça esteve presente nas trajetórias das mulheres racializadas e nos discursos sobre seus corpos, tornado a vivência de mulheres “de cor” de condição jurídica livre e liberta, análogas àquelas do cativo. Circulando na cidade do Rio de Janeiro, as cativas somavam-se a um número de pessoas livres e libertas que crescia a cada vez mais. No entanto, esse crescimento foi visto com desconfiança pelos médicos, que, a partir de medidas higiênicas pensaram o melhoramento do panorama da Corte os meios necessários para civilizar a cidade que ainda possuíam traços coloniais.

1.2 PELA ORDEM E PELAS FAMÍLIAS: A MEDICINA E A IDEOLOGIA HIGIÊNICA

A partir das mudanças demográficas destacadas no capítulo anterior, a cidade se tornou local propenso ao aumento dos casos de epidemias, como sífilis, febre amarela, tuberculose, varíola e cólera. A condição de insalubridade das ruas e instalações gerava preocupação ao poder público, e principalmente, aos médicos e estudantes de medicina. Desde a chegada da Família Real no Brasil (1808), quando o Rio de Janeiro se tornou centro administrativo do Império, as questões ligadas à saúde e ao combate às epidemias motivaram a instauração de locais de profissionalização de médicos e cirurgiões no Brasil- já que a formação especializada era restrita somente às instituições de ensino do exterior, como a Universidade de Coimbra, Montpellier e Edimburgo (FERREIRA; FONSECA; EDLER, 2001; PIMENTA, 2019). Em 1808, foram inauguradas a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e a Escola Cirúrgica da Bahia. Além disso, foi criada a Fisicatura-mor no Rio de Janeiro, “órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas às artes de curar” (PIMENTA, 2019: 90). As escolas cirúrgicas formavam cirurgiões, profissionais que de acordo com os estabelecimentos legais, deveriam atuar em esferas distintas dos médicos. Aos cirurgiões eram destinados os tratamentos e diagnósticos das doenças “externas”, enquanto aos

médicos eram destinados o diagnóstico e a prescrição de medicamentos para as doenças “internas”³⁹.

As primeiras décadas do século XIX foram de intensa tentativa de ampliação e institucionalização do ensino médico. Em 1813 e 1815, as escolas do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em Academias médico-cirúrgicas, respectivamente. “Em 1832, a partir de um plano proposto pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), as Academias foram transformadas em Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia” (PIMENTA, 2019: 1) e o cargo de cirurgião foi extinto, sendo somente possível a diplomação de médicos; esse foi o marco “do início do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos” (PIMENTA, 2001: 71). Em 1829 foi inaugurada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, e posteriormente, em 1835, a Academia Imperial de Medicina, além de ocorrer a intensificação do periodismo médico especializado durante a mesma época (FERREIRA, 1999). A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) foi um importante espaço de ciência que contribuiu para a institucionalização das ciências médicas no Brasil. Edler, Ferreira e Froes (2001) ressaltaram que a faculdade seguia o modelo das instituições de ensino francesas, sendo responsável por formar, além de médicos, as parteiras e os farmacêuticos.

Essas etapas de transição no ensino médico não foram lineares, pois além de existirem divergências de pensamento entre os médicos, elas ocorreram num contexto de em que os conhecimentos acadêmicos precisavam se sobrepôr à existência de outras noções de saúde e doença. Os curandeiros, barbeiros, sangradores e parteiras eram considerados agentes de cura populares, portanto, eram constantemente requisitados para exercerem suas práticas terapêuticas. Segundo Farias (2012), a aceitação e confiança do povo na medicina popular era consequência de uma maior identificação da população com esses sujeitos, que eram, em sua maioria, escravizados, livres ou forros pobres. Além disso, a desconfiança da população em relação à medicina oficial era consequência direta da “incapacidade dos doutores para curar a maior parte das enfermidades”. (FARIAS, 2012: 219).

A inexperiência dos médicos era herança de uma tradição de pensamento dos naturalistas, que, segundo Ferreira (2001), tinham uma visão idílica sobre o Brasil como um

³⁹ Segundo Pimenta (2019) os médicos tinham seus conhecimentos testados para identificar doenças internas e remédios para a ingestão. A cirurgia, diferentemente da medicina, era considerada um ofício de menor valor por esse ser manual. Os cirurgiões eram responsáveis pelas doenças externas, tratavam fraturas e poderiam realizar atividades como as sangrias e a parturição. No entanto, Pimenta ressalta que apesar dessa distinção, os cirurgiões poderiam atuar como médicos nas regiões em que os doutores não estavam.

local salubre e livre de doenças. Assim, foi somente na primeira metade do século XIX, que a medicina buscou meios de intervir de maneira incisiva e generalizada no espaço da cidade e nas condições da sociedade, mudando o objeto do saber médico da doença para a saúde da população. Em Machado et. al (1979) é destacado que a vertente da medicina denominada “medicina social” teve a função de controlar a sociedade, “refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível” (MACHADO et al., 1978: 155). Os “perigos” estavam presentes nas habitações insalubres, nos rios poluídos, nos cidadãos “desviantes”, nas doenças e endemias, além daqueles denominados “charlatães” que praticavam outros métodos de cura e possuíam visões sobre morte e doença dissonantes daquelas defendidas pelas teorias acadêmicas. Esse processo, identificado como “medicalização da sociedade” (MACHADO et al., 1979: 156) se configurou numa tentativa constante de normalizar os cidadãos e ocorreu em paralelo ao processos de institucionalização da medicina e da consolidação do saber médico como essencial para resolver os problemas sociais, também no âmbito político.

No contexto da Corte Imperial oitocentista, médicos brasileiros e luso-brasileiros pensaram a realidade das condições naturais e da urbanização da cidade a partir da ideologia francesa do “higienismo” - um movimento social e político, que foi uma das bases para o processo de civilização da capital fluminense, que tinha como principal foco tornar o Rio de Janeiro como as grandes nações europeias consideradas modelos de sociedades civilizadas (FERREIRA, 2001). O higienismo buscava regular os comportamentos das populações urbanas e controlar as epidemias a partir de medidas higiênicas. Era baseado, sobretudo, nos estudos neo-hipocráticos ambientalistas que relacionavam doenças, costumes e sociedade a fim de trazer conhecimentos úteis para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento da urbanidade das cidades. Assim, questões referentes tanto ao ambiente familiar como ao espaço público, como morte, nascimento, casamento, alimentação, habitação, raça e saúde passaram a ser pensadas a partir do olhar desses homens, tornando a medicina uma prática declaradamente social.

A partir da segunda metade do século XIX, as tentativas de intervir nos hábitos das populações aliaram médicos e estado para a aplicação de medidas diretas na estrutura e nos comportamentos da cidade. Essa união foi materializada pela criação da Junta Central de Higiene, “órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública” (CHALHOUB, 1999: 30). As mudanças estruturais deveriam ocorrer principalmente nas

regiões mais insalubres habitadas pelas “classes perigosas”⁴⁰, possuidoras de moradias populares, como os cortiços, que eram consideradas “focos de irradiação de epidemias” e de propagação de doenças e “vícios”. Chalhoub ressaltou que as práticas higiênicas não foram muito vultosas no início do século XIX, ganhando maior destaque na década de 1870, período de fortalecimento do cientificismo, do crescimento da vida na área urbana e do enfrentamento da epidemia de febre amarela que assolava principalmente as populações mais abastadas.

As bases das mudanças higiênicas eram voltadas para o bem estar das famílias burguesas, as quais seriam os principais veículos de transformação dos velhos hábitos insalubres. O trabalho clássico de Jurandir Freire Costa, “*Ordem Médica e Norma Familiar* (1979), discorreu sobre as dinâmicas das relações de poder entre médicos, Estado, e sociedade burguesa no Brasil. Costa (1979) observou que no século XIX, “a medicina social vai dirigir-se à família burguesa cidadina, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político” (COSTA, 1979: 33). Nesse contexto, o comportamento higiênico passa a ser visto como símbolo do nacionalismo e do patriotismo, e “idealmente, a família projetada pelos higienistas deixar-se-ia manipular acreditando-se respeitada(...) tornando cada um dos seus membros, num agente da saúde individual e estatal” (COSTA, 1979: 63).

Essa visão, compartilhada também por outros autores de matriz intelectual foucaultiana (MACHADO et al., 1978; LUZ, 2019) relaciona a presença dos médicos como diretamente movida pelo interesse em intervir no panorama social a partir das demandas do capitalismo, e privilegia a ação desse grupo, negligenciando a existência e importância de outros agentes de cura nesse período. Luiz O. Ferreira (1999) demonstra que o processo e institucionalização da medicina e implementação de medidas higiênicas foi muito mais complexo, visto que a influência dos médicos não era tão abrangente no contexto Imperial, pois esses não tinham a confiança da população para agirem ostensivamente. Ferreira argumenta que a pouca experiência desses acadêmicos, aliada à existência de uma “constelação de saberes” sobre medicina no Brasil, partilhada por sujeitos das classes populares como barbeiros, parteiras, padres e curandeiros, fez com que o saber médico das classes dominantes tivesse pouca adesão e precisasse se sobrepor a outros saberes não oficiais.

⁴⁰ Segundo Chalhoub (1999), as “classes perigosas” eram as pessoas das camadas sociais mais baixas, que ofereciam tanto o problema de perigos de violência quanto os perigos de contágio, por serem reconhecidas por morarem em habitações insalubres e terem hábitos “viciosos”; características que seriam totalmente opostas aos valores higiênicos.

Nesse contexto, o discurso higiênico foi o principal elo entre médicos e população, uma maneira de “inscrição da medicina na vida pública” (FERREIRA, 2019:2), visto que as medidas higiênicas tinham o potencial de transformar a realidade vigente. Tais homens incutiram essas mudanças na sociedade a partir de periódicos, livros, manuais, entre outros instrumentos, buscando reconhecimento e consolidação de seus conhecimentos a partir da conquista de públicos mais amplos não especialistas, uma estratégia necessária para a validação do saber científico nas “audiências externas”, como chamou a atenção Steven Shapin (1974). No núcleo das famílias burguesas, as “mães” foram eleitas como o principal alvo das instruções higiênicas. A mulher “mãe de família” seria responsável por cultivar os hábitos salubres em suas famílias, além de amamentar e cuidar de seus filhos.

A partir de um discurso maternalista, os médicos estimulavam as mulheres a seguirem determinados padrões e costumes, como por exemplo, possuírem comportamento mais recatado, evitarem os prazeres e diversões (bailes, teatros), serem dedicadas aos filhos e aos maridos, o que as tornariam mães ideais (FREIRE, 2006; CARULA, 2012). A escolha da mulher como possuidora de tal dever, se baseou em questões filosóficas, religiosas e também científicas, visto que, durante o século XIX se intensificaram os estudos sobre o corpo feminino (MARTINS, 2000; ROHEDEN, 2001), sobretudo aqueles com temas ligados à obstetrícia e à ginecologia. Essas teorias corroboravam e criavam discursos médico-maternalista que eram dedicados, principalmente, ao estímulo à amamentação feita pelas mães biológicas e à condenação do hábito dessas mulheres de utilizarem amas de leite para essa função, prática legada das sociedades europeias (BADINTER, 1985).

Assim, após a compreensão das transformações no ensino médico na Corte, é possível notar a maneira pela qual os discursos médicos tomaram maior proporção no panorama de mudanças sociais do século XIX. A inauguração da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832), a intensificação do periodismo médico e a criação da Junta Central de Higiene Pública (1850) foram parte desse processo de tentativa de construção de uma sociedade mais salubre- a partir da ideologia higiênica- que moldava os comportamentos das populações de acordo com os padrões de civilização das sociedades europeias. Nesse contexto, as mulheres seriam o principal canal de aplicação dessas mudanças na prática, sendo responsáveis por educar a família de acordo com os valores higiênicos.

Nas próximas etapas desse trabalho, serão expostos os contextos e os argumentos médico-científicos que identificaram as mulheres como naturalmente determinadas à

maternidade, tendo seus corpos voltados unicamente para a função de procriar. Essa ideia era fortalecida a partir da lógica da “diferença” que determinava que homens e mulheres eram completamente opostos do ponto de vista biológico, o que implicaria em seus deveres sociais também diferenciados. Essa abordagem esteve presente inclusive nos trabalhos desenvolvidos na FMRJ que corroboravam os discursos maternalistas, a partir de estudos biológicos e anatômicos. Assim, a mulher seria unicamente responsável pelo cuidado da família e dos filhos, os quais deveria criar e amamentar. Nessa perspectiva, a ciência teve papel fundamental na criação de imagens sobre as mulheres e sobre a maternidade.

1.3 – O CORPO FEMININO COMO ESPAÇO DA DIFERENÇA

O debate sobre a maternidade se deslocou durante todo o período moderno no Ocidente, estando presente de maneira mais expressiva a partir do século XIX, quando “ser mãe” foi considerado duplamente como um valor natural e social, uma “vocação” feminina, segundo os religiosos, e um “instinto natural”, para os cientistas naturalistas⁴¹. A modernização das grandes capitais ocidentais, a partir do crescimento de burguesias citadinas com novas noções de sociabilidade, pautadas no conhecimento médico-higiênico, trouxe não só a “família”, mas principalmente a “maternidade” e a “intimidade” como elementos primordiais para o processo de civilização. No qual, “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo, representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’INCAO, 2004: 187).

Nesse processo, a maternidade ganhou contornos especiais, e a “mulher” esteve sob o foco de estudos médicos que produziram e aprofundaram conhecimentos sobre temas como amamentação, maternidade, ginecologia e obstetrícia. Tal elevação da maternidade como um valor biológico e primordial para a sociedade, é um processo historicamente construído que merece especial atenção. A identificação da mulher branca, ocidental como detentora da missão/tarefa principal do cuidado com os filhos e com a família, foi pautada, principalmente, na retórica da diferença entre os sexos construída a partir do conhecimento científico, identificado por Fabíola Rohden (2001) como a “ciência da diferença”. Esses estudos

⁴¹ Essa não era uma dicotomia intransponível visto que os médicos mobilizavam noções religiosas ao pensarem o assunto, a exemplo do médico brasileiro Emílio Joaquim da Silva Maia, que defendia a maternidade como “a mais santa das leis naturaes” Ver: MAIA, Emílio Joaquim da Silva. *Reflexões sobre os males que resultão da falta da lactação materna* In: Ensaio sobre os perigos a que estão os meninos sujeitos quando não são amamentado por suas próprias mãis. Apresentado na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro na seção de 18 de junho de 1834. Rio de Janeiro: Impresso na Tipografia de R. Ogier, 1834. Ex-líbris da Coleção Thereza Cristina. BN/SOR 69, 2, 11 n. 1. (p. 7-18)

defendiam a existência de distinções biológicas profundas entre o homem e mulher e que seus órgãos reprodutivos- principais símbolos dessa diferença- determinariam as funções sociais que ambos deveriam assumir.

A consolidação dessa perspectiva da diferenciação se deu a partir da construção da ginecologia, uma ciência criada especialmente para o estudo das funções reprodutivas femininas. Segundo Rohden, o corpo da mulher sofreu uma patologização excessiva por parte da ciência, pois acreditava-se que “a passagem pela puberdade, gravidez, menopausa afetaria a mulher de uma tal maneira que não há equivalentes no caso masculino” (ROHDEN, 2001: 52). Assim, a criação de uma “ciência da mulher” foi a maneira encontrada para medicalizar e controlar esses “desvios”. Na tese sobre partos, defendida pelo Dr. José Firmino (1840) na FMRJ, o médico identificou essas diferenças corporais e intelectuais entre homens e mulheres. O grande contraste entre os sexos se daria ainda na adolescência, na fase da puberdade, quando os corpos se modificariam, determinado as funções naturais de cada um deles:

Para a idade da puberdade a mulher diferindo do homem em tudo, o seu desenvolvimento diversifica do daquele; porque em quanto nele o peito engrossa, as espaduas alargam-se, a cabeça aumenta, a voz toma um timbre rude, e imperioso; nela cresce o abdômen, as cadeiras distendem-se, as coxas ganham considerável volume, a voz torna-se meiga, e dócil; de modo que pode-se dizer que a vida no homem aflui para a extremidade superior do tronco, na mulher para a inferior; um vive para usar de seu extremo mais elevado; no outro parece que tudo é sacrificado ao livre exercício da função da reprodução; a natureza indica aquece o poder do raciocínio, o emprego das forças físicas; e á esta a quietação, e repouso: mesmo uma razão puramente mecânica esteia esta ordem natural (FIRMINO, 1840: 2)

O médico prosseguiu suas conclusões, adotando a metáfora do “triângulo”, que dizia que, a mulher era representada por um triângulo com a base para baixo, mostrando a sua disposição anatômica para o crescimento da região do quadril e a sua função principal como reprodutora. O homem seria representado por um triângulo invertido, com a base mais larga voltada para cima, o que significaria que esse teria os membros superiores mais fortes e o cérebro mais desenvolvido, representando maiores força e intelecto, respectivamente. Martins (2004) destacou que a noção de separar e identificar as populações pela diferença fazia parte de um repertório cultural do pensamento científico europeu de bases iluministas, desenvolvido no contexto de expansão territorial e dominação colonial, cujo principal objetivo era explicar racionalmente e objetivamente as diferenças entre os diferentes povos, e justificar a dominação de um sobre os outros.

Essa visão objetiva da ciência foi a principal base da “medicina moderna” pautada na análise anatômica e clínica, que defendia o saber médico como de caráter científico. Esse conhecimento seria diferente da medicina “clássica” - mística e pouco empírica, na visão dos médicos- pois, acreditava-se ser possível enxergar os objetos da natureza como eles são, separando o conhecimento racional das suas próprias subjetividades. De acordo com Foucault (1980), esse desenvolvimento da medicina moderna observado entre os finais do século XVIII e início do XIX foi permeado de valores culturais preexistentes, julgados como “subjetivos” mas que foram revestidos de uma pseudo “racionalidade”. Na obra *Nature's Body: Gender In the Making of Modern Science* (2001) a historiadora das ciências Londa Schiebinger aborda a maneira como a ciência do século XIX, desenvolvida principalmente por taxonomistas e médicos anatomistas, utilizou as composições corporais de homens e mulheres, para provar que as últimas eram dotadas de sensibilidade e fraqueza, criando um padrão de “feminilidade”, enquanto os homens eram mais racionais e fortes. Schiebinger, salienta que esse estilo de narrativa científica foi moldado pelos discursos de gênero preexistentes, já defendidos por religiosos e filósofos. Logo, a ciência serviu para criar e “certificar” antigos valores culturais sobre a submissão feminina.

A noção da diferença era pautada na teoria da “complementariedade sexual”, que contrastava os sexos e os unia a partir da ideia de que um complementaria o outro. Assim “a mulher privada, doméstica, emergiu como um contraste ao homem público, racional. Enquanto tal, as mulheres eram consideradas como tendo seu próprio papel a desempenhar nas novas democracias - como mães e nutridoras” (SCHIEBINGER, 2001: 141). Além disso, é importante destacar que a ideia da complementariedade foi responsável por afastar as mulheres da vida pública, de atividades as quais eram vistas como do campo “racional”, como a produção do conhecimento científico e a política.

O historiador das ciências Thomas Laqueur (2001) historicizou o processo de valorização das distinções anatômicas entre os sexos, destacando que a intensificação dos estudos médicos sobre as diferenças aconteceu a partir do final do século XVIII. Essa valorização teria ocorrido por razões epistemológicas e políticas, como forma de comprovar a inferioridade da mulher e o domínio do homem, assim como a ideia de raça foi cunhada como forma de distinguir e hierarquizar as populações humanas, visando a dominação de uma raça sobre a outra. Laqueur ressalta que durante muito tempo essas diferenças foram notadas, porém não tão valorizadas pelos médicos, já que os corpos eram percebidos a partir da visão galênica do “sexo único” que determinava que mulheres e homens possuíam órgãos genitais homólogos,

sendo o dos homens aparente e o das mulheres interno; o que tornava a mulher, uma “versão imperfeita” do homem⁴².

A partir da análise histórica, é possível perceber que o maior foco do saber médico sobre os sexos ocorreu num contexto de transformações de cunho social e intelectual no Ocidente, propiciado principalmente pelas mudanças decorrentes da “era das revoluções” aos fins do século XVIII, que abalaram as hierarquias sociais, inclusive as relações de poder de gênero. Londa Schiebinger (2001) pontuou que a queda do poder monárquico e o desenvolvimento do pensamento iluminista, foram elementos decisivos para abrir espaço para que as mulheres se apropriassem das ideias de igualdade de direitos do discurso liberal, na tentativa de ocuparem novos espaços na vida pública. Em resposta à essa mudança, a igualdade foi contraposta pela noção de complementariedade mencionada anteriormente, que excluiu as mulheres da vida pública, e incentivou o seu papel como mãe e dona do lar.

Na corte fluminense, os conhecimentos sobre reprodução e ginecologia se tornaram de interesse dos médicos, sobretudo daqueles preocupados com a higiene e com a diminuição das taxas de mortalidade infantil, para o progresso da nação. Segundo Rohden (2001), a trajetória do desenvolvimento desses estudos se assemelha em muito ao processo de institucionalização da medicina. Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, a arte obstétrica passou a ser ensinada nas escolas de anatomia e cirurgia médicas na Bahia e no Rio de Janeiro. Ainda na primeira metade do século XIX, no ano de abertura da FMRJ (1832), houve a inauguração da “*Cadeira de partos, moléstias de mulheres pejadas e paridas, e de meninos recém-nascidos*” e a abertura de um curso voltado para a formação e diplomação de parteiras na instituição. Nesse contexto, temáticas como doenças ginecológicas, problemas no parto, aplicação de fórceps e menstruação, ganharam maior destaque. Porém, a área enfrentou dificuldades de se consolidar, atraindo poucos médicos, principalmente, por não existirem locais especializados para alunos e professores colocarem em prática seus saberes teóricos.

⁴² O estudo de Laqueur foi extremamente importante para o entendimento da “invenção” do sexo biológico pelo gênero. No entanto, o trabalho da filósofa Judith Butler desenvolveu ainda mais os estudos sobre essa categoria, se distanciando dos trabalhos que tratam o gênero numa perspectiva binária, pois para ela esse seria marcado pela fluidez. Sua crítica à essa dualidade é fundamentada na teoria *Queer*, nos conceitos de “performance” e “performatividade”. Ver: BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. Performing Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990.

Legada de uma cultura portuguesa na qual o partejar era considerado um ofício menor - já que estaria ligado à cirurgia- as áreas que tratavam sobre partos e doenças da mulher não estavam sob o domínio dos médicos, os quais eram vistos com desconfiança e tinham baixa legitimidade social, sendo requisitados apenas em casos de partos difíceis. Em contrapartida, as parteiras/comadres eram as principais detentoras desses saberes e aquelas as quais mais tinham a confiança das mulheres quando a questão era dar à luz, atendendo as parturientes à domicílio, ou em casas conhecidas como “maternidades” (MOTT, 2002). Elas constituíam um grupo heterogêneo, formado pelas parteiras “diplomadas” que eram as que possuíam certificado de formação das faculdades de medicina ou aquelas formadas no exterior que validavam seus diplomas em terras brasileiras; e pelas parteiras “leigas/tradicionais”, aquelas que por não possuírem validação de seus serviços eram consideradas impossibilitadas de exercerem tal ofício, na visão dos médicos⁴³ (BARBOSA & PIMENTA, 2016).

Maria Lucia Mott (1999) pioneira nos estudos sobre parteiras, partos e assistência ao parto no Brasil, destacou que apesar de as comadres tradicionais serem tidas pelos médicos como “ignorantes” e desqualificadas, elas foram amplamente requisitadas até meados do século XIX, quando as parteiras diplomadas e os doutores passaram a compor de maneira mais recorrente o cenário da obstetrícia. Provenientes das camadas populares da sociedade, essas mulheres poderiam ser africanas, afro-brasileiras, indígenas, cativas, libertas e livres, além de mulheres brancas- brasileiras e imigrantes. Elas eram detentoras de saberes sobre remédios e práticas terapêuticas, como os abortivos e aplicação de sanguessugas, sobre doenças ginecológicas, partos difíceis e puerpério. Seus conhecimentos eram obtidos, mormente, a partir da tradição oral proveniente das experiências populares, de crenças religiosas e tinham uma noção sobre partos diferente da visão interventora dos médicos, pois defendiam que a principal função da parteira era assistir, “esperar a natureza se manifestar, e aparar a criança — conseguindo inclusive, através de rezas e rituais, o auxílio benfazejo de santas e santos do panteão católico e das demais forças sobrenaturais” (MOTT, 1999: 33).

No contexto de transformações higiênicas da segunda metade do século XIX, os médicos tentavam consolidar o saber acadêmico como hegemônico a partir da perseguição aos agentes de cura populares (SAMPAIO, 2009), incluindo as parteiras. A abertura de locais para a investigação do corpo feminino como as enfermarias e as maternidades e a exigência de

⁴³ Barbosa & Pimenta (2016: 487) destacaram que as parteiras “tradicionais” praticaram seu ofício no decorrer de todo o século XIX. Em contrapartida a profissionalização das parteiras “diplomadas” foi uma exigência dos médicos, na tentativa de subordinarem essas mulheres aos saberes acadêmicos e aos seus próprios comandos

diploma das parteiras, foram algumas das estratégias para afastar tais mulheres das classes populares do ofício de partejar e monopolizar as ações e saberes sobre o partejar. Mott (1999) ressaltou que os doutores possuíam dificuldade de acesso ao corpo feminino, sobretudo por questões morais, o que postergou o desenvolvimento dos estudos acadêmicos sobre obstetrícia e ginecologia. Até o final do século XIX, as aulas práticas de parteiros e futuros médicos eram feitas, basicamente, em manequins obstétricos que simulavam corpos de mulheres grávidas com úteros, bacias e esqueletos artificiais. O que fazia com que esses homens se formassem sem ao menos terem assistido a um parto verdadeiro ou terem tocado num corpo feminino (MOTT, 1999:33).

Foi somente a partir da Reforma Sabóia (1880-1889) que o currículo da formação dos acadêmicos foi ampliado e foram criadas disciplinas que priorizavam a clínica e a prática médica. A partir dessa reforma, houve a criação da cadeira de Clínica Obstétrica e Ginecológica e a abertura de locais para o ensino prático, como a Maternidade Municipal, em 1881, e posteriormente, em 1883, a enfermaria de Partos da Santa Casa de Misericórdia, voltada para o ensino de obstetrícia aos estudantes da FMRJ. A partir de um conjunto de *teses médicas* da FMRJ, Rohden (2001) destacou que houve um crescimento das temáticas sobre o corpo feminino nesses documentos, o que não se viu na mesma proporção em relação aos conhecimentos sobre o corpo masculino.

A partir da literatura existente sobre gênero, é possível compreender e historicizar o processo de construção do conhecimento científico sobre o corpo feminino e como as temáticas ditas “femininas” funcionaram como meio de determinar os papéis sociais das mulheres. Desde a primeira menstruação, passando pela gravidez, pelo parto e menopausa, os corpos dessas sujeitas foram excessivamente patologizados, com estudos que teriam como principal objetivo regular tais “alterações” e ao mesmo tempo, controlar e estabelecer as funções “naturais” da mulher como voltadas unicamente para a maternidade. Inspirados nos estudos provindos da Europa, os médicos da Corte fluminense se esforçaram para desenvolver a área de obstetrícia e ginecologia, no entanto, foi somente a partir das reformas do ensino médico que foi quebrada a cultura do afastamento dos estudantes de medicina da atuação prática em obstetrícia. Questões morais e, sobretudo, a falta de confiança popular nos médicos, tornavam as parteiras as mais confiáveis quando a questão era dar à luz. Assim, a aproximação dos médicos das parturientes implicou no controle do serviço das “comadres” e na abertura de locais para o ensino prático de medicina.

O movimento de aprofundamento nas questões sobre o corpo feminino, juntamente aos discursos maternalistas, estabeleceram padrões de maternidade na qual as mulheres de classes abastadas eram estimuladas a cuidar e amamentar seus próprios filhos. As retóricas utilizadas para esses fins eram diversas: estimulavam o sentimento nacionalista, se remetiam aos valores cristãos e morais, ao mesmo tempo em que condenavam a amamentação feita por amas de leite – sobretudo àquelas amas de escravizadas. Assim, a próxima etapa dessa pesquisa é compreender a construção dos discursos sobre maternidade na Corte, analisando os posicionamentos médicos frente ao cenário de cuidados maternos presentes nas teses médicas, com o auxílio da literatura existente sobre gênero e maternidade no século XIX.

1.4 – MATERNIDADE E AMAMENTAÇÃO TRANSFORMADORAS

“Assim mães brasileiras, se verdadeiramente amais nosso bello paiz, pondez em prática a aleitação materna, que desta maneira muito concorrereis para a reforma de nossos costumes de que tanto precisamos, e para o aumento de nossa população, da qual o Brasil tanta necessidade tem para o desenvolvimento de suas imensas riquezas naturais, e para a sua futura prosperidade” (MAIA, 1834: 11)

As palavras do médico ilustrado Emílio Joaquim da Silva Maia (1834) demonstram a maneira como, no século XIX, para além dos partos, os estudos sobre amamentação também ganharam contornos especiais. Para Silva Maia, a “aleitação materna” não era exclusivamente uma função natural, era um dever social, um ato de amor ao “bello paiz”. Assim, a amamentação e os cuidados maternos seriam os principais aliados no alcance da “futura prosperidade” da nação, criando uma população de cidadãos que contribuiriam para o desenvolvimento de suas riquezas naturais. O trabalho completo, intitulado *“Os perigos a que estão sujeitos os meninos quando não são amamentados por suas próprias mães”* foi apresentado à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), no ano de 1834, ou seja, 12 anos depois da Independência política do Brasil (1822).

A SMRJ, criada em 1829, foi um meio dos médicos se organizarem, se estabelecerem como sociedade coesa e pensarem questões sociais. Organizada de acordo com as premissas da ideologia higienista francesa, tinha também como interesse tornar a medicina e a saúde questões de interesse público. A SMRJ foi uma sociedade alternativa de tamanha importância para o processo de institucionalização da medicina no Brasil, seus médicos realizaram empreendimentos importantes para conhecer e intervir na realidade nacional, realizando

viagens, escrevendo tratados, ensaios que visavam conhecer e modificar o cenário brasileiro⁴⁴. Assim, o discurso de Silva Maia à sociedade demonstra como a questão da maternidade e do aleitamento se tornaram questões latentes na discussão médica, desde os primeiros anos do Império, sobretudo, no que dizia respeito à criação de uma população de cidadão para nação crescente.

As narrativas de gênero que destacavam a importância da mulher e da amamentação como meio de transformar a nação, também estiveram presentes em um denso número de *teses* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Medicina da Bahia. Esses discursos apareciam timidamente nos temas que se referiam ao campo “feminino”, como a ginecologia e a obstetrícia, mas eram mais numerosos nas teses sobre Higiene Infantil e Aleitamento infantil⁴⁵, produzidas desde a década de 1830, sendo a primeira delas, a tese do Dr. Francisco Júlio Xavier, intitulada “*Considerações sobre os socorros que se devem prestar os meninos na ocasião do nascimento e sobre as vantagens do aleitamento maternal*” (1833).

A partir da investigação das produções discursivas dos médicos entre 1832-1888, percebi que o principal motivador para a utilização das retóricas de gênero nos assuntos que diziam respeito ao cuidado com as crianças, para além da preocupação com a mortalidade infantil, tinham o objetivo de direcionar as mulheres burguesas aos seus papéis como donas dos lares, de acordo com os princípios de uma maternidade higiênica. Também almejavam extirpar o tão enraizado hábito de utilizar os serviços de amas de leite da capital imperial, sobretudo daquelas escravizadas e negras, portadoras de “doenças físicas” e “desvios morais”.

Tal hábito de utilizar o serviço de amas de leite remete ao século XVIII, quando era praticado, principalmente, por mulheres burguesas, como as francesas e portuguesas. Essas últimas escolhiam mulheres que eram geralmente pobres, camponesas, chamadas “saloias” para amamentarem seus filhos, sendo responsáveis por exportar o hábito para as mulheres das famílias mais abastadas do Brasil (MUAZE, 2018: 364). Maria Helena Machado (2012) localizou que em sociedades regidas pelo escravismo, como o Brasil e os Estados Unidos, as mulheres utilizadas para esse serviço, foram as negras. No século XIX, esse hábito persistiu em todo Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, sendo utilizado principalmente pelas

⁴⁴ Ler mais em: FERREIRA, L. O.; MAIO, M. C. e AZEVEDO, N.: 'A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa'. *História, Ciências, Saúde— Manguinhos*, IV(3): 475-491, nov. 1997-fev. 1998. P.478

⁴⁵ Já foi levantado por Machado (2012) e Telles (2018) que essas teses, apresentadas majoritariamente à “cadeira de higiene”, se proliferaram a partir da segunda metade do século XIX, período de intensificação das práticas higiênicas na capital do império.

famílias mais abastadas da cidade, tendo suas reminiscências até meados do século XX (GIL, 2018). Os médicos condenavam essa prática pois acreditavam que além de más influências, as amas poderiam transmitir doenças e características comportamentais para os bebês através do leite. Portanto, o dever da amamentação deveria ser feito pelas mães biológicas.

Nas teses, o termo “aleitamento” tinha o mesmo significado de “amamentação”; os médicos identificam a existência de 3 tipos de aleitamento: natural, artificial e *mixto*.

A amamentação ou aleitamento, que, segundo a procedência do leite, isto é, fornecido pela mulher ou pela fêmea dos animais, se divide em duas categorias: aleitamento natural e aleitamento artificial. O primeiro é aquele em que a criança suga diretamente o leite dos seios de sua própria mãe ou de uma outra mulher; por isso o aleitamento natural se subdivide em aleitamento materno e aleitamento mercenário, isto é, exercido por uma ama mercenária. O aleitamento artificial é aquele em que a criança faz uso do leite de certos animais, tais como a cabra, a vaca a jumenta, etc., quer fazendo a sucção direta nas glândulas mamarias de um desses animais, quer por meio de certos aparelhos apropriados, entre os quais figura, como mais vantajoso, a mamadeira. Finalmente ha ainda o aleitamento mixto, que é aquele em que se associa o aleitamento materno ao mercenário, ou um d'estes ao artificial: d'ahi duas espécies de aleitamento mixto: mixto natural e mixto artificial. (SILVA, 1884: 10)

Dentre essas categorias, o aleitamento mais indicado na primeira infância era o materno. Caso não fosse possível, era aconselhada a amamentação feita por amas, que de acordo com o médico italiano João Baptista C. Camarano (1884) “este aleitamento, por ser dispensado por uma mulher, é o que mais se aproxima do aleitamento materno, e pois parece, á primeira vista, que é o que deve ser adoptado de preferênciã”. Os médicos utilizavam constantemente o termo “primeira infância”; que era entendido como “o período da vida que se estende desde o momento do nascimento, até a erupção dos vinte primeiros dentes, isto é, até 18 mezes ou 2 annos” (CERQUEIRA,1882: 12)⁴⁶

O Dr. Francisco Moura, ressaltou que a mãe deveria cuidar de sua higiene física para que pudesse amamentar, pois “a saúde do filho durante o aleitamento está subordinada á saúde da mãe, portanto ela deve evitar todas as causas que possam ter alguma influência nociva sobre a secreção láctea, seguindo as regras de uma boa hygiene (MOURA, 1874, p.9). A alimentação de boa qualidade, respirar ar puro, não usar espartilhos e outras roupas apertadas, evitar

⁴⁶ A definição de primeira infância era pautada nos estudos do “professor agregado da Faculdade de Medicina e médico do hospital de Paris, A. Becquerel”, que segundo Castilho (1882) dividia a vida humana em sete fases: o nascimento, a primeira infância, a segunda infância, a adolescência, a virilidade/feminilidade, a velhice e o retorno.

“emoções morais vivas”, eram algumas medidas higiênicas recomendadas pelo médico. O Dr. Juvenal Martiniano das Neves (1873), acreditava ser possível que fatores físicos como, deformidades nos bicos dos seios, ausência do mamelão, doenças ou fatores psíquicos como a histeria, pudessem alterar a qualidade do leite, e conseqüentemente, impossibilitar a amamentação. No entanto, a maioria desses problemas eram encarados como solucionáveis: no caso de problemas no mamelão, por exemplo, ele acreditava que poderiam ser aplicados aparelhos específicos que simulassem a sucção, ou até mesmo um filhotinho de cachorro, ou o próprio marido, poderiam sugar os bicos dos seios da mulher.

No entanto, os médicos encaravam o problema da não amamentação, na maioria das vezes, como motivado por causas fúteis, que evidenciavam “a insuficiência do instinto maternal n’essas classes abastadas” (BRETAS, 1838: 6), já que “é moda na alta sociedade, as mães não amamentares os seus filhos!” (MOURA, 1874: 25). Na perspectiva médica, a questão da não amamentação foi uma pauta tão emergencial, que em 1848, o Dr. José Medeiros defendeu sua tese sob o título de “*Amamentação materna é quase sempre possível*”, alegando que uma das principais causas da recusa da amamentação seria a preocupação das mulheres-e também de seus maridos- que essas fossem sacrificadas, perdendo a beleza física.

As dificuldades encontradas pelos médicos de modificar esse hábito, os fizeram implementar seus discursos e narrativas, para que essas fossem minimamente úteis para a mudança de postura das mulheres da alta sociedade. Foram produzidos discursos com estratégias retóricas específicas, que se repetem ao longo dos anos, mas vão ganhando novos sentidos, quando utilizadas em outros contextos. Elas são basicamente 4 (quatro): A) utilização de justificativas “científicas” e “biológicas” para corroborar a importância do aleitamento materno; B) a utilização de abordagens romantizadas e até mesmo sacralizadas da maternidade; C) a abordagem nacionalista que definia a maternidade como uma função heroica e cidadã, e por último, D) a utilização de narrativas dualistas que comparavam as “mães verdadeiras” às amas de leite⁴⁷. Na maioria das teses, essas estratégias retóricas foram utilizadas de maneira simultânea, ou isoladamente.

As justificativas científicas e biológicas, ressaltavam que a necessidade do aleitamento materno era comprovada e defendida por importantes filósofos e “médicos notáveis” como destacou o Dr. Francisco Júlio Xavier:

⁴⁷ Esse ponto é desenvolvido no capítulo 2 dessa dissertação, intitulado “Mães negras sob olhares brancos: os discursos médicos acerca dos partos e da amamentação”.

Os filósofos, e os médicos em todos os tempos tem sentido a necessidade do aleitamento maternal; eles tem bradado; eles tem pitando com as mais tristes cores o abusos da nossa espécie civilizada, que faz entregar á mãos estranhas seus filhos recém nascidos. Citar Favoria, Locke, JJ Rousseau. Fourcroy, Virey Desormeaux, e outros, seria citar os mais eloquentes, e ao mesmo tempo os mais zelosos bemfeitores da humanidade (XAVIER, 1833: 15)

Rousseau foi certamente o autor mais citado pelos doutores, sendo sua obra *Émile* (1762) a mais utilizada para evocar a natureza moral do cuidado materno e as noções de comportamento feminino. A mulher, na concepção de Rousseau seria aquela que conecta os laços familiares, sendo o equilíbrio fundamental das relações. O autor destacava que para que todos vivessem em harmonia e para que os homens (pais) não fossem “buscar divertimento fora”, a mulher (mãe) deveria zelar pelo seu matrimônio e cuidar de seus filhos, pois esses eram a base para a construção de um lar forte e unido (MEIRELLES, 1847: 16). Carneiro (2006) destacou que a utilização de Rousseau nas teses era praticamente uma transposição de suas ideias sobre família, filhos e maternidade. Essas ideias, consideradas modernas em seu contexto, relacionavam moralidade e nacionalismo, definindo-a nas funções sociais de homens e mulheres. Essas funções eram marcadas pelo binarismo, no qual “a verdadeira mulher” era aquela “procriadora, nutriz, educadora, portanto mãe” (CARNEIRO, 2006: 113).

A exposição da amamentação entre outras espécies de animais também foi um dos meios de comprovar a importância do aleitamento como um fator elementar na perpetuação das espécies. O Dr. Francisco Moura (1874) argumentou que até mesmo “animais os mais ferozes” como a loba e a leoa, teriam o “amor materno” e nutriam seus filhotes. Eles também acreditavam que os “povos primitivos”, por serem mais próximos da natureza, tinham o sentimento do amor materno “gravado em seus corações”, e esse não se apagava, já que estariam afastados dos valores imorais propiciados pela civilização (BRETAS, 1838).

A abordagem romantizada da maternidade também está presente em todas as teses, em maior ou menor medida. O ato da amamentação e do cuidado são elevados a categorias de “dons” divinamente dados às mulheres. Nesse tipo de retórica, as metáforas que dizem respeito a perfeição e ao sublime, são utilizadas para falar exclusivamente sobre o amor entre mãe e filho, chamado “amor filial”:

“O amor filial é a mais valiosa obra de uma mãe, é o fundamento de suas esperanças, pois que ela deve esperar tudo d’elle. Não é somente o mais

poderosos laço das famílias, mas na ordem social é sempre o móvel de ações generosas, e a origem de virtudes sublimes” (D’ARAÚJO, 1844: 10).

Na perspectiva do Dr. Nicolau Neves, a mãe que é “surda aos gritos de seu filhinho”, “barbara” e “desnaturada”, “se expõe a receber mais cedo ou mais tarde o justo castigo de sua crueldade, e da impiedade do seu coração” (NEVES, 1873, p.40). O justo castigo era entendido como uma retaliação divina que recairia sobre elas, trazendo males para as suas vidas, como alteração em seu aspecto físico. De acordo com Carula (2012; 2017) essas narrativas se encaixavam e se voltavam, mormente para a realidade das mulheres burguesas, nas quais eram evidenciados os padrões que as tornariam boas mães. Os médicos criavam parâmetros de vestimentas, alimentação, passeios, intervalo entre as mamadas em conformidade com as medidas higiênicas.

As narrativas médicas a respeito da importância do “aleitamento materno” foram, mormente, pautadas numa noção dualista⁴⁸, que diferenciava a mãe verdadeira/biológica (boa), da ama de leite (má). Essa oposição pode ser percebida na própria terminação utilizada para se referir ao aleitamento feito por amas, como “mercenário”⁴⁹, significando que a amamentação- por ser um ato natural e de amor- não poderia ser feita por interesses financeiros, o que fazia com que as amas de leite fossem consideradas “mercenárias”, já que só a mãe biológica poderia amamentar o próprio filho por amor. Na opinião dos médicos, por agirem por interesse, as “amas mercenárias” poderiam esconder moléstias de seus patrões, para que não lhes demitissem, o que poderia colocar em risco a vida das crianças.

A retórica da importância da maternidade e amamentação como um ato patriótico, foi acionada ao longo do século XIX e também no século XX, como estudado por Maria Martha Freire (2008). Na organização social Ocidental, a família nuclear burguesa identificava a mãe como central, um tipo de “professora” dos filhos. A partir dela, seriam ensinados os valores morais, religiosos e sobretudo, higiênicos. Assim, os médicos e as elites urbanas se mobiliaram para que houvesse uma “transformação cultural”, nas famílias das classes mais abastadas, para que, de fato, o exercício da maternidade se tornasse um valor social importante. Na visão dos médicos, ser mãe “ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de

⁴⁸ O dualismo é uma concepção filosófica que separa duas coisas em esferas separada e opostas, sendo impossível de se sintetizarem. Ex: bem e mal

⁴⁹ Carneiro (2006) explica que no contexto francês, o termo “mercenário” era utilizado para se referir aos soldados que eram pagos para trabalhar, ou seja, eles não desempenhavam sua função de proteção por amor à pátria, mas sim por interesses financeiros.

missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria.” (Freire, 2008, p.154).

O Dr. Antônio José de Faria, fez uma colocação em que destacou que “em nosso belo país, felizmente, a mulher sabe compenetrar-se dos deveres da maternidade, podendo a mãe brasileira ser considerada como o tipo da verdadeira mãe”, mas apesar disso "imitar-se o estrangeiro em tudo" (FARIA, 1874). Na visão de Faria, a “mãe brasileira” deveria se voltar para os seus deveres como mãe, e amamentar a criança ela mesma, diferentemente do que o estrangeirismo pregava sobre a utilização dos serviços de amas de leite. A historiadora Karoline Carula (2012) demonstrou que, para chegar às verdadeiras “mães de família” os médicos fluminenses lançaram mão de veículos pedagógicos de informações, como os jornais e as Conferências Populares da Glória, alertando-as sobre a necessidade de manter os cuidados com a saúde de suas crianças.

Nessa perspectiva, somente os médicos estariam aptos a ensinar e supervisionar as mulheres nos cuidados com os filhos, o que Maria M. Freire chamou de “maternidade científica” (*Scientific Motherhood*)⁵⁰. No Brasil, essa ação teve como objetivo principal incentivar a prática higienista nos lares a partir dos cuidados maternos, visando o estímulo ao progresso da sociedade. Assim, a maternidade “ultrapassava os limites da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Tratava-se não mais de garantir filhos ao marido, mas sim cidadãos à Pátria.” (FREIRE, 2008: 154).

As mães as quais os médicos se direcionavam em seus escritos, eram aquelas que viviam os “progressos” da civilização da cidade, frequentavam tetos, bailes e cafeterias. Aquelas que na visão dos médicos, por motivos frívolos, abriam mão do “dom” da amamentação. A emergência da construção de um país de “mães brasileiras”, com uma população “civilizada” e com bons costumes morais, era dissonante da realidade dos lares abastados, nos quais estavam presentes amas de leite escravizadas. Além disso, os padrões de maternidade estabelecidos pelo saber médico, que tinham a imagem da mulher como mãe zelosa que cuidava a todo momento de seu filho, não era alcançável para as mulheres trabalhadoras da Corte, nem mesmo pra

⁵⁰ “Maternidade Científica” é a tradução feita por Maria Martha Freire (2006) para o termo “scientific motherhood”, cunhado por Rima Apple (1987) no contexto norte-americano. Apple usa o conceito para explicar a relação entre o conhecimento médico-científico e sua intervenção nos assuntos sobre maternidade. A relevância dessa relação foi propiciada por conta de um ambiente científico e de mudanças sociais que incentivava a formação e especialização dos médicos e a entrada de novas técnicas de alimentação artificial, com a criação de uma indústria de fórmulas infantis. Em: APPLE, Rima D. *Perfect Motherhood: Science and Childrearing in America*. Rutgers University Press, 2006.

aquelas das famílias abastadas. Dessa maneira, é possível notar que as mulheres escravizadas não se encaixariam nesses padrões de maternidade, o que torna extremamente relevante a investigação da maneira como as mães escravizadas foram representadas nos discursos médicos e quais foram as imagens criadas acerca de suas maternidades.

CAPÍTULO 2: MÃES NEGRAS SOB OLHARES BRANCOS: OS DISCURSOS MÉDICOS ACERCA DOS PARTOS E DA AMAMENTAÇÃO

Como destacado no capítulo anterior, o olhar científico sobre os corpos femininos e as medidas higiênicas demonstraram que a tentativa de intervenção médica foi bastante abrangente na Corte do século XIX. Nada escapava do olhar médico, nem mesmo a escravidão, principal instituição do século XIX. No entanto, trabalhos clássicos da década de 1970 como a obra “Danação da Norma” de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Katia Muricy e Rogério Luz (1978), alimentaram uma tradição nos estudos da história da medicina de que os médicos foram indiferentes à escravidão, como também às condições em que os cativos e cativas viviam. Legados de uma tradição foucaultiana na qual as estruturas e as relações de poder são os principais focos de análise, as interações entre médicos e escravizados e seus escritos sobre a saúde e práticas de cura desses sujeitos, passaram ao largo dessas análises.

Somente a partir dos trabalhos provenientes da virada historiográfica nos estudos sobre a escravidão que temáticas como a saúde dos escravizados, maternidade, infância e “artes de curar” entraram no escopo de investigação dos historiadores, sobretudo a partir dos anos 2000 (PIMENTA, KODAMA, GOMES, 2018). Trabalhos como, “*Artes e Ofícios de Curar no Brasil* (2003) e *Escravidão, doenças e práticas de Cura no Brasil*” (2016) destacam os conflitos entre os agentes oficiais da medicina e os agentes populares, como os curandeiros, parteiras e pajés. Esses sujeitos possuíam suas próprias noções de doença e saúde, a partir de tradições indígenas e africanas. No caso da última, existia a noção de que a doença era causada por feitiço e bruxaria, e as concepções sobre saúde e terapêuticas também eram distintas daquelas oficiais. Tais obras possibilitaram um olhar mais atento para a maneira como as relações entre conhecimento médico e saberes populares se estabeleceram, e quais foram as visões dos médicos acerca da população africana e afrodescendente no Brasil.

Os trabalhos que relacionam medicina e escravidão tem evidenciado justamente a relação dos médicos com o Estado Imperial e as transformações sociais no panorama do cativeiro, mostrando como esses sujeitos teceram suas opiniões a respeito de mudanças, como as leis de 1831 e 1850. O trabalho “*Cidade Febril*” de Sidney Chalhoub (1996), identificou como os agentes do Estado Imperial, juntos aos saberes da medicina higienista criaram narrativas racializadas a respeito da febre amarela e sua origem “negra”, a fim de construir meios de intervenção sobre as moradias e os hábitos dos populares da Corte. O trabalho de

Kaori Kodama (2008) também evidenciou a participação dos médicos nos assuntos políticos que envolviam a escravidão, destacando como, em momentos chave para a transformação de tal instituição, como no período da promulgação da Lei do Fim do Tráfico (1850), médicos brasileiros utilizaram a imprensa como meio de propagarem suas ideias que defendiam a interrupção da entrada de africanos no Brasil, como um meio de combater doenças como a própria febre amarela.

Acompanhando as mudanças no panorama da escravidão, Silvio Lima (2011) e Viana e Gomes (2019; 2021) desenvolveram trabalhos que destacaram as percepções dos médicos a respeito dos corpos de mulheres e homens escravizados, sobretudo com a proibição do tráfico em 1831 e com o seu término efetivo em 1850. Pois, no período marcado pela limitação da compra de novos africanos, o conhecimento médico foi de tamanha importância prática para a preservação da saúde do escravizado, tido como “capital” do senhor. Os conhecimentos sobre suas características físicas e enfermidades seriam úteis tanto para preservar a vida daqueles que já pertenciam aos senhores, como também para que esses últimos pudessem adquirir boas “peças” no mercado de escravos (VIANA & GOMES, 2019: 84). Iamara Viana, analisou o manual produzido pelo médico francês Jean-Baptiste Albam Imbert intitulado *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros (1834)* elaborado justamente como uma resposta aos anseios sociais daquele contexto de ameaça ao acesso à mão de obra cativa. O manual detalhava desde a idade, até as composições da “peça” ideal, sendo totalmente voltado para garantir o lucro dos senhores.

Silvio Lima (2011) identificou os olhares dos médicos acerca dos corpos de africanos, africanas e seus descendentes, a partir dos *tratados*, das *teses médicas*, e dos *periódicos médicos*, e ressaltou que desde o período colonial, o corpo escravo foi objeto de interesse do saber médico. A tentativa de ganhar notoriedade e credibilidade, aguçou a curiosidade médica em relação ao aprofundamento do conhecimento nosológico da população e à necessidade de praticar os conhecimentos teóricos obtidos nas Faculdades de Medicina. Essa relação aproximava médicos e populares da sociedade, e tornou os corpos cativos aqueles os quais serviram como objetos e também como “corpos pedagógicos” para o ensino e desenvolvimento dos saberes científicos na Corte.

Nas produções médicas higienistas do oitocentos, os escravos aparecem como anomalias que deveriam ser afastadas dos ambientes familiares, sobretudo, as escravas amas de leite, consideradas as principais responsáveis por corromper os membros das famílias biológica

e moralmente, principalmente no caso das mulheres e crianças (CARNEIRO, 2006). No que dizia respeito ao controle de doenças e epidemias, as políticas e ações desses médicos pouco se voltavam para as péssimas condições de trabalho e habitação da população pobre e escravizada na cidade. Chalhoub (1996) chamou a atenção para a mobilização dos médicos e órgãos do estado a fim de controlar as epidemias que assolavam, principalmente, a população branca e abastada cidadina. A mobilização em torno da epidemia de febre amarela na segunda metade do século XIX, por exemplo, foi um demonstrativo dessa situação, recebendo maior foco das autoridades, por ser um mal que assolava em maior medida, imigrantes europeus, o que era um empecilho para a materialização das políticas de branqueamento populacional no império. Por outro lado, epidemias como a de cólera, receberam menor atenção.

Kodama e Pimenta (2021) fizeram uma grande contribuição para o entendimento da negligência em relação à epidemia de cólera, pois “de todas as mortes por cólera na cidade, incluindo todos os nascidos no Brasil e outros estrangeiros livres ou escravos, quase a metade (47,4%) era de pessoas nascidas na África” (KODAMA & PIMENTA, 2021: 236). Essa população era a mais vulnerável, principalmente, por estar exposta às péssimas condições de moradia, em locais aglomerados e insalubres, sofrer maus tratos e se alimentar precariamente. Em tese de 1849- um ano antes da lei que extinguiu o tráfico de africanos- José Rodrigues de Lima Duarte (o Barão Duarte), denunciou a falta de tratados sobre higiene que falassem sobre a “classe dos escravos do Brasil” e de esforços de filantropos para o melhoramento da condição de vida destes (DUARTE, 1849:1).

No que diz respeito à raça nos escritos médicos, duas perspectivas divergem quanto a existência ou não de uma prática racialisista dos médicos higienistas em relação à população africana e afrodescendente. Marcos Chor Maio (2010) por exemplo, defende que o pensamento médico higienista se manteve a-racializado durante todo o século XIX, pois a categoria racial não foi utilizada nesses trabalhos como chave para o melhoramento da nação, mas sim a implementação de práticas higiênicas baseadas numa perspectiva da ciência neo-hipocrática ambientalista. Por outro lado, Chalhoub (1996) ressalta que a partir da década de 1870, os médicos estariam trabalhando para as elites a fim de realizar um processo de branqueamento. Assim, sem abrir mão da perspectiva ambientalista, suas atividades teriam significados raciais, pensando a diminuição da população negra a partir de estratégias como, negligenciar o combate à doenças que afetavam principalmente a população negra, como cólera e a pneumonia.

Nesse trabalho, adoto a perspectiva mais voltada para a compreensão de Chalhoub, pois, por meio de uma análise qualitativa minuciosa dos conteúdos das *teses* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1830 e 1880, identifiquei que a partir da década de 1880, os médicos adotaram uma perspectiva racialista nas abordagens sobre partos e amamentação na realidade das mulheres negras. O que não se vê nas décadas anteriores, nas quais os discursos tratam a raça a partir de uma noção mais ambientalista, sem lançar mão de trabalhos de autores da ciência racialista. Nessas abordagens, as mulheres cativas são animalizadas e tem seus corpos avaliados de acordo com essas perspectivas.

Os documentos eleitos como fundamentais para essa análise, as *teses*, eram trabalhos de conclusão de curso que serviam para conseguir doutoramento na Faculdade de Medicina, validar a formação para atuar no Brasil, ou para a mudança de área de especialização. Esses trabalhos eram apresentados à cadeiras específicas e poderiam abordar questões referentes tanto ao ambiente e aos climas do Rio de Janeiro, como também às questões morais e físicas da população⁵¹. As teses eram feitas para serem apresentadas para um conjunto de “lentes”. Elas apresentavam uma estrutura muito parecida: na primeira página era colocado o título da tese, o nome do médico a ser diplomado, a cadeira para a qual direcionou seu trabalho, data de apresentação, a faculdade que se formou, o seu local de nascimento e a tipografia onde a tese foi impressa. Nas páginas seguintes havia os nomes dos catedráticos e das disciplinas cursadas; as posteriores eram dedicadas aos agradecimentos, que poderiam ser curtos ou mais longos, contemplando nomes de amigos, familiares e professores dos autores; após os agradecimentos, poderia haver uma citação importante escolhida pelo autor. O corpo das teses possuía: introdução, os capítulos de desenvolvimento (entre 1 à 5 capítulos aproximadamente) e a conclusão.

Fabíola Rohden (2001) fala do caráter repetitivo das tese, dizendo não ser estranho o surgimento de “acusações de plágio”. Para a autora, as *teses* são um importante material de análise, pois apesar de muitas delas seguirem padrões estabelecidos, o que as tornavam muito semelhantes entre si, elas representavam “aquilo que poderia existir de mais oficial no pensamento médico. Afinal, essas teses eram julgadas pela elite médica da época, composta pelos professores da faculdade.” (ROHDEN, 2001: 110). Além disso, no século XIX, elas foram produzidas durante seis décadas no período imperial, o que favorece a análise diacrônica do

⁵¹ Informações extraídas do site: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)- Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>>

pensamento médico, o que em muito interessa para esse trabalho, já que esse se propõe a analisar as permanências e modificações do pensamento médico

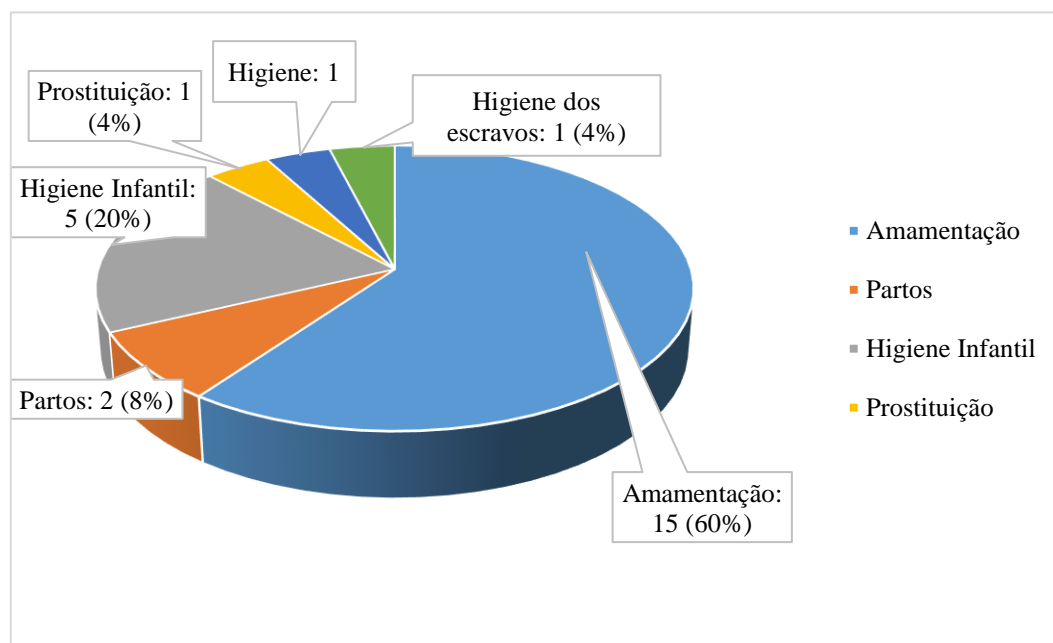
Assim, as teses médicas aqui analisadas pertencem a um extenso período cronológico da década de 1830 a 1850- e se tratam de temáticas variadas, não somente aquelas comumente associados ao gênero feminino, como mulheres, família e infância, por exemplo. Pois, como destacado por Joan Scott (1989), a análise de gênero serve para “mudar” e “interrogar” os paradigmas históricos existentes, portanto, não é possível se ater somente aos temas que historicamente são vistos como femininos. Esse olhar me motivou a realizar uma pesquisa mais ampla, nas quais localizei essas mulheres mães cativas, em trabalhos de temáticas variadas, como higiene e prostituição e não somente naquelas que falavam sobre amamentação e partos.

Os resultados expostos no *Gráfico 1* evidenciam que as teses sobre *Amamentação* (15) foram as que mais mencionaram as mulheres mães escravizadas, representando 60% do número total de 26 teses analisadas nessa dissertação. O que se justifica no fato de que no século XIX houve uma forte campanha de estímulo à amamentação feita pelos médicos encorajando as mães biológicas a amamentarem seus próprios filhos e abandonarem a utilização dos serviços de amas de leite, fossem elas libertas, livres ou cativas; brancas, pretas ou pardas, sendo essas duas últimas as que mais receberam o foco dos olhares médicos. Logo em seguida, estão as teses que discorreram sobre *Higiene Infantil* (5), que eram geralmente aquelas que ressaltavam todas as etapas de cuidados das crianças desde o nascimento até a primeira infância, atravessando assim a questão dos cuidados e da amamentação feitas por amas de leite. As mães cativas também aparecem nas teses sobre *Partos* (2), visto que seus corpos foram utilizados como meio de reprodução da escravidão, mas também como “cobaias” como “corpos pedagógicos” para o ensino e a prática de técnicas de obstetrícia e ginecologia.

As três últimas categorias mencionadas no gráfico abaixo (ver gráfico 1), concentraram um menor número de trabalhos, sendo esses sobre *Higiene* (1), *Higiene dos escravos* e *Prostituição* (1). Todos os três tem em comum estarem presentes nas narrativas ligadas as melhorias e “progressos” da cidade do Rio de Janeiro. Por serem vistas como “perigosas”, as mulheres negras são consideradas a antítese do projeto de civilização, e as narrativas sobre seus “vícios”, “promiscuidade” e suas enfermidades circulavam entre os mais variados meios de divulgação.

Gráfico I: *Teses* que mencionaram as mulheres mães escravizadas (1833-1887):

(Separadas por temas) - 26 teses médicas



Fonte: Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (*gráfico nosso*)

No que diz respeito aos públicos para os quais essas teses se voltavam, é possível identificar, a partir de seus termos técnicos, que se trata de uma audiência formada por médicos, igualmente participantes do meio acadêmico. No entanto, não é possível dizer que essas ideias não circulavam por outros meios, pois, muitos médicos transitavam entre a vida acadêmica, política, e até mesmo poderiam trabalhar em jornais, como editores. A exemplo do Dr. Carlos Costa⁵², que atuava como professor nas Conferências Populares da Glória, tinha um periódico de divulgação de ideias sobre educação feminina, nos quais falava sobre amamentação, saúde materno-infantil e principalmente, sobre amamentação feita pelas amas de leite escravizadas.

Assim, falar sobre os olhares médicos e maternidade das mulheres escravizadas é paradoxal, pois apesar de o assunto não ser ausente em suas produções discursivas, é possível notar a sua “presença incômoda”. Pois, embora fossem inúmeros os trabalhos sobre

⁵² A autora Karoline Carula estudou um pouco da trajetória do médico, em sua tese de doutorado. Ver: CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

amamentação, saúde materno-infantil e partos, as mulheres sobre as quais e para as quais os médicos voltavam suas produções, eram aquelas mais abastadas, excluindo as mulheres escravizadas e empobrecidas dos padrões de maternidade. A “presença incômoda”, se deu, pois as mulheres escravizadas foram mencionadas nesses trabalhos, majoritariamente, como o corpo/cobaia sobre o qual se praticava experimentos obstétricos, ou como a “ama perigosa”. No entanto, essa presença não se ateve somente aos trabalhos sobre amamentação e partos, mas também esteve presente nas teses sobre prostituição e higiene. Assim, num ambiente de transformações econômicas, políticas e sociais, os médicos produziram narrativas em seus trabalhos finais de curso que construíram e reproduziram, em menor ou maior medida, imagens sobre mulheres mães escravizadas. Esses trabalhos e temáticas circulavam em outros meios e para outros públicos, não somente entre os pares. A partir disso surge a questão: de onde emanam as vozes que produziram esses discursos? Quem são os médicos por trás da autoria das teses? O que eles falavam? E como as mulheres mães escravizadas foram faladas?

2.1 QUEM SÃO OS MÉDICOS AUTORES DAS TESES?

De acordo com as pesquisas realizadas no ponto anterior, existem 26 teses médicas entre as décadas de 1830 e 1880 que abordaram as mães cativas. A partir da análise detalhada dessas fontes, surgem nomes de homens ilustres como políticos, médicos, advogados e militares que eram parte da elite intelectual brasileira. No entanto, o rigor e a objetividade a partir dos quais esses documentos foram pensados, muitas vezes fazem com que as análises dos discursos médicos se atenham somente aos textos, e nem mesmo considerem investigar os autores que os produziram. Assim, acredito que para estudar os “olhares médicos”, é fundamental darmos não só “olhos”, mas também “corpos” para esses homens, analisando seus conhecimentos acerca das mulheres negras e os reconhecendo como sujeitos de saberes situados (HARAWAY, 2009).

Gondra (2004) salientou que a categoria “médico” é insuficiente para identificar precisamente os autores das teses, já que essa era formada por homens de diferentes procedências, que atuavam em diversos espaços públicos. Considerando essa heterogeneidade, tomei como foco de análise traçar alguns perfis sociais desses médicos, a partir das informações localizadas nas capas e agradecimentos das teses. Na capa de uma tese médica da FMRJ, existe um lugar reservado para cada informação, sendo comum conter o nome do autor, a cidade de

procedência e algumas vezes, a sua filiação. Os agradecimentos configuram uma parte importante da tese, pois neles, os médicos destacavam as suas redes de solidariedade, instituições e pessoas as quais buscavam construir e manter laços de amizade.

O Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, foi um dos autores que primeiro escreveu sobre a necessidade de se cuidar da higiene e da saúde física das crianças, e condenava o uso do trabalho de amas de leite escravizadas. Seu trabalho foi um *ensaio*, apresentado à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1834. Silva Maia foi um dos intelectuais da geração romântica do período da independência que participou de diversas associações científicas que tinham como principais finalidades a prosperidade e a civilização da nação brasileira, a partir do desenvolvimento de saberes úteis para a construção de uma nação civilizada. O médico nasceu no ano de 1808, numa família da classe abastada da Bahia, se formou em medicina pela Faculdade de Paris (1833) e em filosofia natural pela Universidade de Coimbra (1828). Kury (1998) destaca que o médico esteve em vários espaços de relevância cultural e científica, sendo membro da Academia Imperial de Medicina, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do IHGB. Além disso, foi professor de ciências naturais do Colégio Pedro II, e chefiou a Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional.

Assim como Maia, os médicos autores das *teses* da FMRJ eram, majoritariamente, homens brancos, de famílias abastadas, como no caso de Juvenal Martiniano das Neves, doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1873. O médico era natural de S. João d'Elrei (Minas Gerais) e sobrinho de Galdino Emiliano das Neves, chefe do Partido Liberal de São João Del'Rei, o qual o médico dedica um espaço nos agradecimentos de sua tese. Outros médicos transitavam entre o poder público e as salas de aula das faculdades, como o Dr. Zeferino Justino da Silva Meireles, formado em 1847 com a tese sob o título de “*Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*”. Meireles atuou como Delegado da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro no período de 1885 a 1887; foi diretor de hospital e redator na “*Tribuna Médica*” do Rio de Janeiro de 1896 a 1901⁵³. O médico era filho de Zeferino Vito de Meirelles, jornalista luso-brasileiro e fundador do *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro jornal de circulação diária do Brasil (SODRÉ, 1966: 60).

A presença de médicos na imprensa foi notada por Carula, ao estudar um pouco da trajetória do Dr. Carlos Antônio de Paula Costa, “o médico era o fundador e redator-principal

⁵³ Zeferino Justino da Silva Meireles. Academia Nacional de Medicina. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/zeferino-justino-da-silva-meirelles/>>. Acesso em: 20, janeiro de 2022

do jornal *A mãe de família*" (CARULA, 2012: 196). O jornal era voltado para a instrução feminina e refletia os valores da modernidade e do higienismo, abordando também os temas da escravidão e emancipação. A partir do conceito de “intelectuais mediadores” cunhando Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), é possível pensar a atuação desses médicos que divulgavam das ideias científicas a partir da Imprensa. Para as autoras, ser intelectual significava ser engajado na “produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (GOMES e HANSEN, 2016:10). Nesse sentido, o intelectual mediador é aquele que se apropriaria dos conhecimentos produzidos, e contribui para a sua circulação, voltando suas produções para determinados públicos. No caso de médicos como o Dr. Carlos Costa, seus escritos eram voltados principalmente para as mulheres burguesas e tinha finalidades de transformação social, determinando os papéis “femininos”.

O médico Dr. José Medeiros também criou imagens sobre papéis femininos, definindo a mulher como naturalmente e moralmente direcionada para a amamentação. Em 1848, apresentou sua tese ao Imperador sob o título “*Amamentação materna é quase sempre possível*”, na qual mostrava que quase todas as mulheres estão aptas à amamentação. Em seus agradecimentos Medeiros se reporta à escritora feminista Nísia Floresta, a qual ele menciona como “irmã” e “a filha exemplar, a mãe modelo, a amiga única”. Outros médicos demonstram a sua gratidão e seus vínculos com homens de importantes títulos nobiliárquicos, como Nicolau Barbosa da Gama Cerqueira, natural de Goiás, que agradece ao Comendador Manoel Dias da Cruz (Barão da Saúde), por ter sido acolhido em sua casa, recebendo “os cuidados e afeições de minha família ausente” (MEDEIROS, 1848).

Além de evidenciar as redes de apoio dos médicos formadas por homens ilustres, parentes, alunos, amigos, políticos e militares, outros doutores publicaram em suas teses que eles próprios ocupavam cargos de importância na administração pública. O Dr. José Rodrigues de Lima Duarte, o Barão Duarte, foi Presidente da Câmara Municipal de Barbacena (1861-1881); deputado provincial da Assembleia de Minas Gerais (1854-1860), deputado geral por sete legislaturas: de 1859 a 1868 e de 1877 a 1884. Também foi presidente da Câmara dos deputados entre 1882 e 1884, e senador do Império do Brasil de 1884 a 1889. O autor foi um dos poucos doutores que desenvolveu uma tese a respeito da higiene dos escravos do Brasil, e além disso, chamou a atenção para a falta de estudos nessa área, com “abandono” e “desleixo” por parte dos filantropos que em nada tentariam melhorar a condição de vida da “classe dos escravos”. Outro caso que evidencia como os médicos autores das teses ocupavam importantes

cargos administrativos, foi o do Dr. Dr. Francisco Júlio Xavier. Considerado um dos mais importantes obstetras do século XIX, foi deputado provincial do Rio Janeiro e recebeu título de Oficial da Ordem Rosa por conta de sua importância e contribuição no combate à epidemia de febre amarela. O médico se formou pela Academia Médico Cirúrgica em 1827, e se tornou doutor pela Faculdade de Medicina de Paris. Em 1832, foi nomeado o primeiro professor da cadeira de Partos na FMRJ. Também colaborou como autor e redator da Revista Fluminense de Medicina e nos Anais da Academia Imperial de Medicina.

Desde a virada do século XVIII para o XIX, a cultura ilustrada brasileira contou com a presença de intelectuais que transitavam entre academias, espaços de saber e espaços públicos, de maneira que pudessem pensar e intervir no panorama social; características essas legadas da tradição utilitarista do iluminismo⁵⁴. No estudo sobre a história das ideias na década de 1870, Angela Alonso (2002) destaca que não é possível traçar uma divisão entre trabalhos acadêmicos e questões políticas, pois os trabalhos produzidos por esses intelectuais possuíam forte cunho político de intervenção e atuação na sociedade. Formada por profissionais liberais como médicos e advogados, a “geração de 1870” tecia críticas ao cenário nacional, ao mesmo tempo em que pensava os problemas sociais à luz de teorias internacionais e nacionais, adaptadas às demandas locais. Ideias como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo, foram algumas dessas teorias que foram pensadas para a realidade brasileira, a fim de estabelecer seu melhoramento. Assim, essas ideias dos textos acadêmicos circulavam em meios diversos. O que acontecia “principalmente, em virtude da ampla atuação dos médicos em outros circuitos, como a imprensa, o parlamento, as academias científica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outros (CARULA, 2017:31)

A circulação desses médicos é evidente também na diversidade de regiões do qual são provenientes, sendo tanto do Brasil, como do exterior. Nessa pesquisa, foram utilizadas 26 teses médicas que tiveram como autores 26 doutores diferentes. Na tabela abaixo (ver tabela 1) é possível localizá-los a partir de suas regiões.

⁵⁴ O trabalho clássico de Maria Odila da Silva Dias discorre sobre o desenvolvimento de um conhecimento utilitarista presente desde as últimas décadas do período colonial no Brasil e a sua influência nas produções posteriores que pensaram a construção do Brasil como uma nação independente. Ver: DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. pp.39-126.

Tabela 1: Relação do número de médicos por região

Local	Nº de Médicos
Alagoas	1
Bahia	1
Goiás	1
Maranhão	1
Minas Gerais	8
Itália (Nápoles)	1
Pará	1
Portugal	2
Rio de Janeiro	7
Rio Grande do Sul	3
Total	26

Fonte: Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1833-1887)

Os resultados obtidos a partir da análise das teses mostram as regiões das quais os médicos são provenientes, sendo elas as seguintes: Alagoas (1); Bahia (1); Goiás (1); Maranhão (1); Minas Gerais (8); Itália (1); Pará (1); Portugal (2); Rio de Janeiro (7); Rio Grande do Sul (3). Sendo a maior parte deles provenientes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, regiões escravistas e prósperas economicamente, o que possivelmente poderia significar que esses médicos eram provenientes de famílias abastadas, ou até mesmo de famílias proprietárias de terras e de escravizados. Na região mais ao norte, existe um menor número de médicos que escreveram sobre as mães cativas, o que pode ser um indício de que muitos homens dessas regiões poderiam se formar na Faculdade de Medicina da Bahia, como foi o caso do Dr. Justo Jansen Ferreira, maranhense, que iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia- onde foi colega de estudos de Nina Rodrigues- e terminou seus estudos no Rio de Janeiro, na FMRJ.

No que diz respeito à formação, dos 26 médicos autores, 24 tinham formação em medicina somente pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e 2 eram formados instituições do exterior, na Faculdade Nápoles e Faculdade de Medicina de Paris. O Dr. Thomas Eboli, por exemplo, era italiano, de Nápoles, e defendeu sua tese sob título “*Dissertação sobre hygiene: os prejuizos que causam uma má amamentação*” para que pudesse validar sua formação em

Medicina no Brasil, já que era formado pela Universidade de Nápoles nas áreas de Medicina e Cirurgia.

Dessa maneira, a partir da análise das capas e agradecimentos das teses médicas, é possível localizar os agentes dos discursos sobre mães escravizadas como em sua maioria brancos, de famílias abastadas, sobretudo das regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Homens que circulavam entre espaços de ciência, na Imprensa e também no parlamento. Esses, que estavam na maior parte dos meios de produção e divulgação de conhecimento, poderiam ser “intelectuais mediadores” de ideias sobre higiene e escravidão, educação feminina, entre outras temáticas. A partir dessas informações, é possível ter um panorama mais alargado do contexto de produção das imagens sobre as mães cativas e as maneiras que foram faladas pelos médicos em seus escritos.

2.2 – AMAS MÃES E SEUS PERIGOS FÍSICOS E MORAIS

A historiadora Joan Scott (1990) destacou que, para se saber de que maneira o gênero influi nas relações sociais, é fundamental conhecer os meios pelos quais ele se alicerça. Um deles, é a partir da análise dos “símbolos”, criados com finalidades específicas, visto que a construção de símbolos –quase sempre com símbolo contraditórios- é um meio de justificar as diferenças e os papéis de gênero. “Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção” (SCOTT, 1989:21). Como mencionado no capítulo I, as proposições médicas a respeito da importância da maternidade e da amamentação, incorporaram retóricas de gênero dualistas, que diferenciavam a ama de leite (má), da mãe verdadeira/ mãe biológica (boa), “Eva” e “Maria”, respectivamente. Carneiro (2006) também identificou a existência de um discurso que evidenciava as “dualidades”, no qual:

A figura da ama de leite (...) atua como antagonista ou antítese daquela representação em textos da medicina que se repetem, informando e contribuindo para modelar a casa higiênica. Ao lado das imagens de "mãe verdadeira", as de ama de leite emergem no discurso para articular alguns jogos daquele pensamento binário que prima pela composição de dualidades complementares e assimétricas. (CARNEIRO, 2006: 150)

Assim, nas produções médicas, a ama de leite se contrapõe às mães verdadeiras, a fim de reforçar os ideais de maternidade e amamentação defendidos pela ciência. A utilização de narrativas dualistas, somavam-se a outras estratégias retóricas mencionadas no capítulo 2 dessa dissertação, que são: as retóricas “científicas” e “biológicas”; as abordagens romantizadas e sacralizadas da maternidade e a abordagem nacionalista.

As amas de leite que cumpriam esse papel eram majoritariamente as escravizadas, libertas e livres empobrecidas, aquelas que pertenciam às chamadas “classes perigosas”⁵⁵, se localizando em esferas opostas das mulheres brancas abastadas. “As escravas envolvidas no ofício estavam em maior número, já as mulheres livres e libertas atendiam a determinados nichos do mercado em formação” (MARTINS, 2016: 166). No caso das amas de leite escravizadas, essas poderiam ser vendidas ou alugadas, como ocorria na dinâmica do mercado de escravos domésticos na cidade⁵⁶. O serviço de ama de leite também funcionou como ferramenta para a independência financeira de mulheres libertas e livres pobres. Bárbara Martins (2012) analisou esse mercado no Rio de Janeiro a partir dos anúncios de venda/aluguel de amas, e ressaltou que a amamentação foi um meio pelo qual mulheres cativas puderam acumular pecúlio e em alguns casos, adquirir alforria. E no caso das livres e libertas, o ofício foi um meio de inserção no mercado de trabalho, significando maiores chances de melhorar suas condições de vida.

No que dizia respeito à raça, as amas pardas e pretas eram maioria no mercado⁵⁷. Somando-se à cor e à condição jurídica, estava o gênero, pois durante o século XIX “amas-de-leite enunciam corpos femininos, procriadores, aleitadores e escravizados, reconhecidos por nutrirem não seus próprios filhos, mas os filhos de famílias proprietárias, (...) corpos de mulheres (...) no período etário que possibilita a lactação (CARNEIRO, 2006: 15). No caso específico das mulheres cativas, essas corriam o risco de serem compulsoriamente afastadas de seus filhos, os quais poderiam permanecer vivos ou morrerem. Além disso, essas sujeitas serviriam como antítese do padrão higiênico de maternidade presente nos discursos médicos que estimulavam mães brancas das classes abastadas de amamentar seus próprios filhos.

⁵⁵ Segundo Chalhoub (1996), as “classes perigosas” eram as pessoas das camadas sociais mais baixas, que ofereciam tanto o problema de perigos de violência quanto os perigos de contágio.

⁵⁶ Lorena Telles (2018) ressaltou que a partir do ano de 1850 ocorreu a expansão do mercado de amas escravizadas na capital, pois, devido ao intenso tráfico interno que gerava lucro para os comerciantes, as amas eram relocadas nas casas de comissão e agências de trabalho em centros urbanos como o Rio de Janeiro (p.57)

⁵⁷ Diversos médicos identificaram as mulheres pretas e pardas como dominantes nesse ofício; eles também mencionam as amas de leite brancas empobrecidas, como no caso das portuguesas das ilhas dos Açores, que nas teses foram referidas como “ilhôas” (CUNHA, 1873: 52).

Esses discursos estavam fortemente presentes nas *teses médicas*, sobre higienismo, e as “imagens de amas-de leite estavam sendo tecidas no discurso que valoriza a criança, a mãe “verdadeira”, a família e a cidade higiênica” (CARNEIRO, 2006: 95). Segundo Carneiro, as abordagens sobre amamentação estavam alinhadas às produções francesas que tratavam a amamentação como “assuntos de estado”, o que produzia em solo brasileiro, noções de moral e progresso que também circulavam em outras partes do mundo ocidental. As teses sobre amamentação seguiram alguns padrões quase roteirizados que evidenciavam os tipos de aleitamento *artificial*, *natura e misto*, e destacavam a amamentação natural feita pela mãe biológica como a mais indicada, mas caso não fosse possível, poderia ser realizada por uma ama de leite (CARULA, 2017:35)

Elas geralmente possuíam citações e perspectivas de autores internacionais que falavam sobre o cenário de amamentação e fiscalização do trabalho das amas de leite em países europeus. O que não impediu os médicos de analisarem especificamente a condição em que o aleitamento se encontrava na cidade do Rio de Janeiro. O Dr. Francisco Moura (1874) fez a distinção entre os dois cenários, destacando que na Europa, as amas costumavam ser mulheres pobres, que amamentavam as crianças em suas pequenas casas, longe dos pais biológicos. Já no Brasil, a amamentação era feita, mormente, por escravas domésticas, na casa de seus senhores, o que exigia maior fiscalização por parte dos envolvidos, visto que “se na Europa é a escolha de uma ama difícil, no nosso país, é difícilíssima, porque em geral, as nossas amas são tiradas do seio da escravidão, deste cancro horrível” (MOURA, 1874: 17).

A escravidão e a “raça africana”, eram constantemente citadas como principais justificativas para impedir o trabalho das amas de leite escravizadas na cidade. Esses fatores tornariam as amas *moralmente e fisicamente* corrompidas, sendo elas, as maiores propagadoras de moléstias e maus hábitos, “vícios”, às famílias burguesas. No que dizia respeito às doenças, a literatura médica desenvolveu estudos de saúde pública sobre a ligação entre a presença dos africanos e a ocorrência de certas doenças em solo brasileiro. Essa preocupação se exprime na frase do Dr. Medeiros (1848), “as amas são pela maior parte negras d’Africa, estupidas, pouco asseadas, enfermas muita vez de moléstias, que trouxeram da pátria, ou que depois contraíram?!” (MEDEIROS, 1848: 11). As doenças vistas como doenças africanas se tratavam, principalmente, da varíola, sarampo, oftalmia, sarna, elefantíase dos gregos (hanseníase), boubá, sífilis, maculo, elefantíase dos árabes e a febre amarela (PIMENTA, 2018: 196). Esta última esteve sob o foco dos estudos médicos por ter sido uma doença que assolava, principalmente viajantes europeus e foi pensada como uma das razões que tornava ainda mais

necessário o fim do tráfico de africanos para o Brasil, que só ocorreu em 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz⁵⁸.

No caso das amas de leite escravizadas, essas eram vistas como potenciais transmissoras de doenças como a sífilis, boubá, cólera, sarna, escrófula⁵⁹, para as crianças e para as famílias para qual trabalhavam. Essa preocupação quanto às doenças das amas aparece no terceiro capítulo do *ensaio* do Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia (1834), apresentado à Sociedade brasileira de medicina, intitulado “*Perigos de que estão sujeitos os meninos inerentes à constituição das amas de leite*”. Ele cita um caso que observou durante a sua permanência na Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. O caso era o de uma escrava que se tratava na Santa Casa há aproximadamente dois meses, “achava-se afetada de um antigo mal venéreo complicado com o vírus escrofuloso”, tendo feridas na boca e na garganta. A escrava tinha dado à luz há aproximadamente 6 meses, e desde então, foi alugada como ama de leite de um bebê por quatro meses. O médico relata que a criança a qual a ama aleitou “esteve muito doente de pústulas mucosas venéreas, que lhe vieram por todo o corpo” (MAIA, 1834: 31).

Numa análise temporal mais estendida, foi possível perceber que as teses produzidas entre as décadas de 1830 e 1850, período em que o tráfico ainda ocorria, as amas citadas como as mais perigosas, eram aquelas “trazidas da África”. O Dr. Agostinho Bretas (1838) fez uma breve análise dos africanos como “povos de costumes bárbaros, supersticiosos, estúpidos, de pouco espírito, vingativos”, aqueles dos quais as amas eram retiradas:

Assim, ver-se-há, que uns sofrem certas enfermidades, que lhes são peculiares por causa de seus sustentos, seus climas, seus costumes, e outras circunstâncias quer gerais, quer individuais: que outras tais são os de Guiné, vivem pouco, talvez por causa do uso prematuro, que fazem das mulheres: que aqueles outros, tais os de Goré, e da Costa do Cabo Verde, são dados ao deboche, chegando a ponto de venderem os filhos, os pais, e a si próprios, para satisfazerem a seus vícios; e ao mesmo tempo mui preguiçosos; e pelo mau passadio, e pobreza, em que vivem, tornam-se tristes, e mal satisfeitos: que estes outros enfim são vingativos, tais os de Congo” (BRETAS, 1838: 18-19).

No que diz respeito aos estudos sobre os povos africanos, o Dr. Bretas fez essas observações a partir dos relatos de “viajores” e “obras dos naturalistas sobre as diferentes raças

⁵⁸Kodama (2008) realizou uma pesquisa a partir do periódico *O Philantropo*, destacando que entre editores e colaboradores, haviam médicos- como o Dr. Antônio José Caldre e Fião- os quais defendiam o fim do tráfico e da escravidão urbana, tendo como uma de suas principais justificativas, as doenças trazidas pelos africanos ao Brasil. KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 407-430, 2008

⁵⁹ Nas teses levantadas entre 1833-1884, foi possível perceber que essas foram as doenças que mais se reparam, como mais transmissíveis para as crianças.

de homens que existem sobre o globo” (BRETAS, 1838: 18). Esses trabalhos possuíam abordagens eurocêntricas, pautadas no determinismo climático, que defendia que a natureza e o clima influíam diretamente nos costumes e nas características físicas dos povos e das diferentes “raças” humanas, o que definiria que alguns fossem “bárbaros” e outros “civilizados” e a raça, em maior ou menor medida, também seria um fator que determinaria seus comportamentos. Essa perspectiva esteve presente de maneira mais abrangente, nos trabalhos higienistas brasileiros até a segunda metade do século XIX, no qual o conceito de raça não foi bem definido, mas foi utilizado a partir de um viés que entendia o clima e as mudanças no espaço como fatores que influíam na ocorrência de certos tipos de doenças e costumes⁶⁰.

Além disso, por serem “obrigadas a deixar seus costumes”, servindo “mais por medo do que por amor” (XAVIER, 1833:17), a amamentação poderia se tornar um inconveniente ainda maior. Os costumes das amas mães africanas também eram repudiados nos escritos médicos. O Dr. Neves (1873) se referia à elas como aquelas “de um povo supersticioso, estúpido, de costumes corrompidos”, responsáveis por “plantar no tenro e puro coração da criança certo prejuízo tais como: almas do outro mundo, lobisomem, etc”. E o médico completa, dizendo que essas histórias ouvidas na infância “ficam durante toda vida, e tornam muitas vezes o indivíduo tímido, inepto para certas profissões, e predisposto à certas moléstias” (NEVES, 1873 :39). Assim, é entendido que a partir da corrupção cultural, as amas seriam responsáveis por trazer males que perdurariam por toda a vida da criança e conseqüentemente, impediria que essas se tornassem boas cidadãs.

Além da questão da raça africana, a escravização também foi considerada um fator que as tornariam mais propensas à certas doenças e que influiria diretamente nos seus valores morais, O dr. Agostinho Bretas, em sua tese sobre “Aleitamento Maternal” destaca que “se a isso ainda ajuntarmos outras circunstâncias nocivas, inerentes à sua triste condição entre nós, a condição de servidão, acharemos então que ninguém mais impróprio, que as escravas africanas, para amamentar as crianças” (BRETAS, 1838:19), pois a escravidão seria a principal responsável por tornar as amas vingativas, “estúpidas” e tristes. Dessa maneira, foram inúmeras as crônicas trágicas e de “acidentes” utilizadas pelos médicos como retórica para o incentivo ao aleitamento materno. Carula (2012), analisando os escritos do Dr. Carlos Costa no jornal *A Mãe*

⁶⁰ Discussão sobre raça e ciência no Brasil, presente na obra: RAMOS, J.; Maio, M.C. Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventando-se a Investigação do Povo Brasileiro, in Marcos Chor Maio & Ricardo Ventura Santos. Rio de Janeiro. Faperj/Editora Fiocruz, 2010 pp. 25-49

*de Família*⁶¹, ressalta que na edição de 1879, o médico publicou uma lista sobre os acidentes que ocorreram nas freguesias que envolviam crianças que não eram cuidadas por suas mães. No primeiro semestre do ano “foram apresentados 32 acidentes com crianças entre oito meses e 15 anos, sendo quatro, fatais” (CARULA, 2012: 202). Em tese de 1847, o Dr. Zéferino Meireles, citou o caso de uma ama que deixou a criança a qual cuidava solta em uma cocheira. A criança, inocentemente, colocou as mãos na cauda de um dos animais e levou um coice no peito, morrendo imediatamente. Para enfatizar como essas amas oferecem perigos o médico escreveu: “Que dor não transpassaria o coração d’esse pai e d’essa carinhosa mãe, vendo em um cadaverzinho frio, inanimado, mutilado e coberto todo de sangue, quando há pouco, tão cheio de vida, tão fagueiro, o vira sair de seus braços” (MEIRELES, 1847: 18).

Foram muitas as imagens construídas sobre as mulheres africanas e afrodescentes no Brasil durante o período da escravidão. Na análise das fontes literárias, Giovana Xavier (2012) nota uma repetição de estereótipos acerca dessas mulheres, e que, em alguma medida, estavam presentes em trabalhos de juristas, médicos, viajantes, policiais e intelectuais. Algumas imagens foram aquelas “da bela mulata, da crioula feia, da escrava fiel, da preta resignada, da mucama sapeca ou ainda a mestiça virtuosa” (XAVIER, 2012: 67). A promiscuidade e perversidade à elas atribuídas, também foi lugar comum na literatura e nos trabalhos médicos, o que chama a atenção para a presença de retóricas sobre mulheres africanas e amas de leite em trabalhos de cunho moral sobre prostituição. Na tese do Dr. Herculano Cunha (1845) intitulada “*Dissertação sobre a prostituição em particular na Cidade do Rio de Janeiro*” a escravização de africanos no Brasil foi considerada uma das causas da impregnação desse hábito na sociedade, visto que, na visão do médico, “a castidade não é sentimento que se cultive no coração do Africano, ou do crioulo embrutecido pelo cativoiro” (CUNHA, 1845: 23).

Ao apresentar o panorama da prostituição no Rio de Janeiro, o autor ressalta que esse “crime” não era tão abrangente como acontecia nas grandes cidades europeias. Aqui, as prostitutas eram de “todas as cores”, mulheres vindas de África e de províncias europeias, mas todas elas tinham em comum, estarem nas classes mais baixas da sociedade. Durante o século

⁶¹ No Brasil, a imprensa foi uma ferramenta de grande importância para a expansão do ideal de maternidade; Karoline Carula (2012) estudou o periódico “*A mãe de Família*” que tinha como fundador e principal editor, o médico higienista Carlos Costa; o periódico circulou entre 1879 e 1888. “Costa inspirou-se no jornal francês *La Jeune-Mère*, editado pelo também médico André Théodore Brochard, para criar *A Mãe de Família*. A finalidade da publicação nacional era a mesma da congênera europeia: educar a mulher para ser uma boa mãe de família” (CARULA, 2012: 198). O jornal era voltado para as mulheres da classe burguesa, tinha muitas ilustrações e alguns contos nos quais as mulheres eram consideradas de acordo com uma lógica maniqueísta, que separava a boa mãe daquela má.

XIX, as ideias e valores morais acerca do sexo, casamento e reprodução, definiam a mulher como aquela biologicamente controlada em relação às suas paixões e sexualidade, enquanto o homem era visto como uma potência sexual, cuja sexualidade era de difícil controle. Nesse panorama, as mulheres que viviam fora dos padrões de matrimônio e sexualidade eram consideradas prostitutas, ou “menos femininas”. Henrice Altink (2005) identificou que, na literatura dos Estados Unidos e do Caribe inglês, pairava a imagem da mulher negra como “Jezebel”- símbolo bíblico de mulher que representa a tentação e o mal- como um meio de justificar os estupros e abusos os quais os homens brancos praticavam. No século XIX, essa imagem teria sido apropriada duplamente nos debates pró escravidão e anti escravidão, pois a relação entre a mulher negra e o homem branco era considerada como responsável por desviar moralmente as famílias de elite. Por outro lado, também existia uma outra visão que destacava as escravas como mulheres “virtuosas”, assim como as brancas, no entanto, a escravidão seria responsável por corrompe-las.

Ainda na tese de 1845 sobre prostituição, o Dr. Cunha estabelece uma diferenciação entre a “esposa terna amável” e as escravas “amas de nossos filhos” com as quais os maridos se deitavam nas senzalas. Essas mesmas mulheres também estariam dentro dos lares, suscitando “desordens domésticas” e corrompendo a moral das famílias:

As escravas são as amas de nossas filhas, que no leite com que as alimentam lhes instilam na alma o gérmen da corrupção que, sempre debaixo do influxo do exemplo, mais tarde frutificará, se uma educação cuidadosa não consegue extirpa-lo. As escravas são as amigas, as companheiras, as confidentes da mocidade do seu sexo, n'aquellas famílias em que a austeridade dos costumes é considerada como uma tirania, e então...não é mister que patenteemos o fruto das lições de tão hábeis mestras (CUNHA, 1845: 32-33).

As amas escravizadas são descritas como mulheres “corruptas” e de comportamentos imorais, que poderiam se afastar até mesmo dos sentimentos de “amor de mãe”, como destacou o Dr. Nicolau Cerqueira, ao dizer que na relação da criança branca com a ama de leite destacou que “não há amor de mãe, não há o afeto, o carinho, o desvelo que é para as crianças sua maior proteção; longe disso, há quase sempre o arrebatamento, a impaciência, a cólera, os parasitas do cabelo, o acarus da sarna, etc” (CERQUEIRA, 1882: 33). A escravidão também deixaria as amas propensas a terem “emoções morais”, que são os comportamentos movidos pelas paixões e pela tristeza, como no caso citado pelo Dr. Pinto Ferraz⁶² sobre uma ama para a qual se tinha

⁶² O exemplo foi mencionado da tese do Dr. Juvenal Martiniano das Neves (1873). Está originalmente no livro do Dr. Ferreira Pinto: PINTO, Ferreira Antonio. O médico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida e higiene da primeira infância. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

prometido a liberdade, que não se cumpriu. O médico relata que, foi chamado para acudir um parto demorado da esposa do Sr. C.R. Depois de 12h a mulher teve convulsões puerperais e o médico precisou intervir com fórceps e retirou uma menina viva. Após algum tempo, a parturiente teve tuberculose e ao sair para passear “deixou a menina entregue à uma ama, que tinha certeza que seria forra quando acabada a amamentação, e parecia tratar a criança com desvelo”. Mas quando voltou, o que ocorreu foi que “venceu a falta de vigilância e brutalidade”; a ama “sentou-se, deu o seio a infeliz, e adormeceu; e quando a mísera mãe voltou encontrou afogada pelo enorme seio da ama uma criaturinha que nos deu tanto trabalho” (NEVES, 1873: 17). Essa relação entre amas de leite cativas, prostituição e imoralidade corroboram uma das ideias de Gil (2018) de que os médicos produziam narrativas sobre as amas não só por conta dos problemas fisiológicos que poderiam gerar nas crianças, mas por serem consideradas potenciais perturbadoras da “ordem pública”.

Apesar de serem desqualificadas como amas de leite, os médicos acreditavam que na falta da mãe biológica, a escolha de uma ama de leite era o melhor caminho para nutrir as crianças brancas, mesmo se essas fossem escravizadas. Mas para isso, seria fundamental examiná-las detalhadamente para que não ocultassem nenhuma moléstia e pudessem transmiti-la ao bebê. Pois, devido a ganancia dos senhores e às mães “desnaturadas”, as amas eram vendidas com doenças “amas que no geral, deveriam antes ocupar os leitos de um hospital, e que no entanto são aceitas, com alegria por aquelas pessoas, que mais do que ninguém tem o dever de rejeitá-las” (MOURA, 1874: 4). O exame proposto pela maior parte dos médicos, consistia em métodos invasivos, como olhar a região genital, a boca, apalpar os seios; exames que poderiam ser vistos com um ataque à moralidade das mulheres no XIX, mas que seriam executados nas mães escravizadas. Examinar o filho da ama também seria uma das maneiras de atestar a sua possibilidade de amamentar: a criança deveria estar saudável, sem nenhum tipo de doença, e com boa compreensão física, comprovando a boa qualidade do leite da mãe.

A ama deveria ter seios do tipo hemisférico, leite da mesma idade do que a idade da criança, abundante e de qualidade. A idade ideal da ama não era um consenso entre os médicos, mas na maioria das teses, aparece entre 18 e 35 anos. Ela também deveria ter constituição forte e gengivas firmes. A mulher preta, deveria ter “a côr retinta, azevichada, fixa”, e a mulata “a tez amarelada, de tom mais ou menos carregado, lisa e sem manchas” (CASTRO, 1883: 39). Muitos médicos defendiam a regulamentação dos exames, como foi proposto pelo médico higienista, Dr. Moncorvo de Figueiredo, em seu “*Projeto de regulamentação das amas de leite*” (1876). Seu plano indicava o exame de mulheres livres e escravas na Corte Imperial, em um

escritório anexo à Junta de Higiene Pública” (GIL, 2018:114). Esse projeto foi pensado para beneficiar os filhos das classes mais abastadas, que corriam riscos ao serem amamentados por amas doentes. Contudo, o plano do Dr. Moncorvo de Figueiredo não se materializou, mas ainda na década de 1880, os médicos continuaram exigindo a criação de inspetorias.

As indicações sobre os exames feitos em mulheres negras eram ainda mais rigorosas, visto que, para médicos como o Dr. Idelfonso Castilho a “raça negra”, “sob aparências de saúde, oculta por isso germens de moléstias suspeitas” (CASTILHO, 1882). Karoline Carula (2012) evidenciou a existência de um discurso que igualmente cobrava maior rigor na inspeção de mulheres negras no jornal *A mãe de Família* do Dr. Carlos Costa, pois “muito provavelmente, Costa desejava que esse tipo de exame se estendesse também às libertas, e que o ponto central fosse o aleitamento feito por negras, haja visto o modo como o médico a elas se referia: “negras africanas, estúpidas, cheias de vícios” (COSTA, 1879: 67 apud: CARULA, 2012: 205).

Robson Silva (2016) ao investigar o serviço das amas de leite na cidade de São Paulo, ressaltou que os médicos consideravam as amas de leite escravizadas negras menos confiáveis “havia também no discurso médico sanitarista do final do século XIX um componente de preconceito racial; pois eles acreditavam que além das doenças, as amas escravas também estavam transmitindo através de seu leite os vícios das raças negras” (SILVA, 2016:312) Apesar de não aprofundar quais seriam exatamente os argumentos e as teorias utilizadas pelos médicos que justificam esse componente, o autor resalta uma importante questão na qual me propus aprofundar, para a análise do contexto do Rio de Janeiro.

Assim, é possível perceber de que maneira os escritos médicos ressaltaram as amas de leite escravizadas nas entrelinhas de suas narrativas que destacavam a importância da amamentação feita pela mãe biológica. As diferenças entre essas mulheres eram evidenciadas a partir do dualismo entre “mães verdadeiras” e as amas “de raça africana” e “escravas”. Essas narrativas estavam presentes nas teses de higiene infantil e amamentação, como também naquelas sobre higiene e prostituição, o que demonstra como os médicos consideravam urgente o abandono da amamentação feita por essas mulheres. Consideradas potenciais transmissoras de doenças como sífilis, boubas, cólera, sarna, escrófula, essas sujeitas, majoritariamente pertencentes às “classes perigosas”, são evidenciadas como imorais e viciosas, sobretudo por conta de seus costumes e culturas provindas da “raça africana”. Nas teses produzidas nos anos próximos à lei de 1850, esses perigos são ainda mais evidenciados, nas teses sobre higiene da população escravizada e sobre prostituição.

No compilado de teses produzidas entre os fins de 1860 e em toda década de 1870 se intensificam as temáticas sobre amamentação e a aleitamento, mas uma mudança de perspectiva nas teses só é mais evidente a partir da década de 1880, quando o uso do termo “raça africana”, vai aos pouco sendo intercalado com “espécie negra”. O que sinaliza um tipo de racilização nos discursos sobre a amamentação não vistos nos anos anteriores.

2.3 MÃES ESCRAVIZADAS, O “LEITE NOCIVO” E A QUESTÃO DA RAÇA

Logo após o desmame, as crianças ficaram cobertas de úlceras da cabeça aos pés, atormentadas pela dor contínua nos membros, finalmente em um estado tão triste que os recursos da arte eram insuficientes. As crianças alimentadas por elas começaram a perder peso considerável, tornaram-se fracas e lânguidas, sujeitas a um grande número de doenças, às quais muitas vezes sucumbiam. (CORRE, 1882: 151 apud. CASTILHO, 1882: 14, tradução nossa)⁶³

Esse trecho, citado pelo Dr. Idelfonso Castilho, faz referência à pesquisa do Dr. Armand Corre sobre a maternidade e a infância entre as diferentes raças do mundo. A situação descrita por Corre é parte da pesquisa do naturalista francês Bajon, que ao observar as doenças da “raça negra” nas possessões ultra marinas francesas, identificou em Caiena (localizada na atual Guiana Francesa) uma situação bastante comum àquelas que se encontravam na cidade do Rio de Janeiro do século XIX: mulheres negras amamentando crianças brancas. O resultado teria sido o que os médicos brasileiros alertaram em relação à esse tipo de amamentação: as crianças brancas de Caiena, logo após a amamentação, adoeceram e morreram. O Dr. Corre foi citado novamente na tese do Dr. José Vieira Martins, apresentada à FMRJ também em 1882, na qual disse:

O Dr. A. Corre, em seu livro tratando das variações de composição do leite nas mulheres de diversas raças, diz que por melhor que seja a aparência de saúde da negra, por mais abundantes de leite que sejam os seus seios, é raro não existir em seu sangue o germen de alguma d'estas molestias que lhe são próprias. Estas sabias considerações não deixam até certo ponto de ser verdadeiras, mesmo nós já temos presenciado a transmissão de terríveis enfermidades, não só às crianças que se aleitava, como também á grande parte de pessoas em contacto com esta, pela introdução no seio da família de uma ama escrava (MARTINS, 1882: 16)

Martins utiliza as “sabias palavras” de Corre, para corroborar a ideia tão difundida nas teses anteriores de que o leite das mulheres africanas era veículo de doenças para as crianças e

⁶³ Texto original retirado do livro “La mère et l'enfant dans les races humaines” (1882): “Peu de temps après avoir sevré les enfants sont devenues couvertes d'ulcères depuis la tête jusqu'aux pieds, tourmentées de douleurs continuelles dans les membres, enfin dans un état si triste que les ressources de l'art étaient insuffisantes. Les enfants nourris par elles commençaient par maigrir considérablement, devenaient faibles et languissants, sujets à un grand nombre de maladies, auxquelles ils succombaient solvante.”

para as famílias brancas para as quais essas trabalhavam. Segundo Corre (1882), mesmo não sendo comprovado, acreditava-se que as mulheres de países tropicais tinham leite mais abundante, enquanto as dos locais frios, em menor proporção. O que tornaria as negras mais interessantes para serem empregadas como amas de leite. Contudo, a grande quantidade de leite não significava que essas mulheres estivessem livres de “uma dessas doenças que lhe são peculiares” e que as transmitissem às crianças.

O Dr. Armand Corre (1841-1908) foi um médico da marinha francesa e cirurgião, formado pela *L'école de Médecine Navale de Brest*. Serviu no exterior entre 1861 e 1887, em locais como México, Senegal e Madagascar. A partir de seus conhecimentos nas possessões ultramarinas, realizou produções na área da antropologia, etnografia e na criminologia. Em 1882, Armand Corre publicou o livro “*La Mère et l'enfant dans les races humaines* (CASTILHO, 1882; MARTINS, 1882), um livro que traz questões acerca das mães e crianças das raças da humanidade. O prefácio da obra fazia um breve resumo sobre a qual público o livro se destinava e seus objetivos:

Este livro é o resumo de algumas lições destinadas a completar um curso elementar sobre obstetrícia, as doenças da mulher no parto e do recém-nascido, perante uma plateia de jovens médicos chamados a servir em todos os pontos do globo. É um esboço etnográfico e médico. Aos nossos colegas civis, apresentamos um curioso quadro do que é a maternidade, o que é a infância, nas várias raças; aos nossos colegas do exército e da marinha, como uma espécie de guia, capaz de facilitar suas pesquisas, em um campo da ciência antropológica até então negligenciado (CORRE, 1882)⁶⁴

O trabalho do médico traz o olhar antropológico e racista do século XIX para analisar questões como partos, amamentação, doenças materno-infantis e alimentação, assuntos considerados pelo autor, como pouco estudados a partir dessa perspectiva antropológica. Como o próprio Corre pontuou, esses conhecimentos seriam destinados a um público de leitores amplo, formado tanto por médicos, pessoas que tem curiosidade em saber mais sobre as mulheres e as raças humanas e para os marinheiros, em suas pesquisas e viagens às colônias. “*La Mère et l'enfant dans les races humaines* traz nomes de antropólogos franceses como Paul Topinard- seguidor das ideias de Paul Broca, o qual desenvolveu estudos sobre craniotomia e

⁶⁴ Texto original: Cet opuscule est le sommaire de quelques leçons destinées à compléter un cours élémentaire sur l'obstétrique, les maladies des femmes en couches et des enfants nouveau-nés, devant un auditoire de jeunes médecins appelés à servir sur tous les points du globe. C'est une esquisse à la fois ethnographique et médicale. Anos confrères civils, nous présentons comme un tableau curieux de ce qu'est la maternité, de ce qu'est l'enfance, dans les diverses races; à nos collègues de l'armée et de la marine, come une sorte de guide, susceptible de faciliter leurs recherches, dans un domaine de la science antropológica jusqu'iei trop négligé

mestiçagem; Pierre Roussel, grande nome do século XIX nos estudos sobre o sistema “físico” e “moral” das mulheres; Vrolick, antropólogo holandês que realizou estudos sobre pelvimetria, separando as pelves humanas em três grupos, que correspondiam às três raças: caucasiana/branca, mongólica/amarela e etíope/negra.

Estudos como o de Corre, são parte do pensamento racial europeu que se desenvolveu principalmente nos séculos XVIII e XIX em função do colonialismo e das transformações políticas decorrentes dos nacionalismos. A colonização empreendida pelos europeus foi uma fonte infindável de produções sobre as características da natureza e dos povos das regiões exploradas. Antonello Gerbi (1996) destacou que os primeiros cronistas que escreveram sobre as Américas, por exemplo, destacaram as diferenças entre o Velho Mundo e o Novo Mundo a partir de uma visão edênica da natureza e do americano como o “bom selvagem” a partir da perspectiva rousseauiana de que os homens mais antigos, eram os mais próximos da natureza.

A partir dos estudos como o do naturalista conde de Buffon (1707-1788) e do filósofo Cornelius de Pauw (1739-1799), essa visão idílica foi derrubada e as diferenças entre esses dois mundos passaram a ser consideradas como marcadores da inferioridade e decadência da América. Para Buffon, a natureza americana era recém formada e primitiva, seus animais eram de porte pequeno e os insetos e répteis tornavam o local ainda mais insalubre. O homem americano era visto como igualmente inferior, pois não dominava a natureza, tornando-a um local insalubre para aqueles civilizados, como os europeus. Pauw explica a inferioridade do homem americano a partir da noção de degeneração. Numa abordagem mais radical do que a de Buffon, o autor descreve os americanos como de espécies menos complexas, homens “decaídos” e impróprios para o progresso e a civilização. Para Gerbi, a questão da decadência acabou “assim por confluir para as disputas em que se processava a elaboração do novo conceito de progresso. E a ênfase se deslocava visivelmente do mundo físico para o mundo histórico” (Gerbi, 1996: 35).

Durante o iluminismo, as mudanças político-sociais que valorizavam a ideia de igualdade, foram contestadas a partir de teorias científicas que separavam e hierarquizavam os povos. Segundo Poliakov (1974), a comunhão entre a história e a fisiologia, ocorreu principalmente para explicar as mudanças revolucionárias que ocorreram nos fins do setecentos, na França. O que torna a nação, o primeiro “berço” do determinismo racial (POLIAKOV, 1974: 208), no qual houve a tentativa de transpor as distinções históricas dos povos para as noções naturais. No contexto de mudanças políticas no Haiti, propiciadas pelo contexto

revolucionário da virada do século XVIII, por exemplo, o filósofo francês Saint Simon (1803) constesta os valores de igualdade política, argumentando que a inferiorização biológica do negro seria uma barreira intransponível para a mudança pretendida pelos revolucionários, segundo ele, “se tivessem consultado os fisiólogos, teriam aprendido que o negro, de acordo com sua organização, não é suscetível, em igual condição de educação, de ser elevado à mesma altura e inteligência dos europeus (SAINT-SIMON, 1803: 46 *apud* POLIAKOV, 1974: 1999).

A inferioridade do negro foi destacada e justificada a partir da categoria de “raça”. Ela foi utilizada primeiramente no pensamento científico, na botânica e na zoologia que separavam as espécies de plantas e animais, sendo transposta para as análises que classificavam a humanidade. Naturalistas como o francês conde de Buffon (1707-1788) e o naturalista sueco, Carlos Lineu (1707-1778), dividiram as populações humanas a partir da perspectiva da antropologia comparada e a partir de suas características “biológicas”. Sendo o primeiro, considerado por Todorov (1993) como o autor mais influente sobre as teorias racialistas no século XVIII, sobretudo a partir da publicação e circulação de seu livro “*Histoire naturelle, générale et particulière* (1749). Todorov estabelece os limites e as diferenças entre os conceitos de racismo e racialismo a partir do século XVIII: o primeiro se trata de um comportamento “antigo e de extensão provavelmente universal; o racialismo é um movimento de ideias nascido na Europa Ocidental e foram importantes no debate intelectual e nas práticas políticas de meados do século XIX até meados do século XX” (TODOROV, 1993, *apud* MAIO e RAMOS, 2010).

Maio e Ramos (2010: 29) estabeleceram que a doutrina racialista envolve pelo menos três pressupostos: o primeiro era de que os homens se diferenciam e dividem em grupos chamados “raças” que tem características psicológicas e culturais comuns; essas raças poderiam configurar espécies diferentes em algumas vertentes do racialismo. O segundo era de que existia o domínio do grupo sobre o indivíduo. Ou seja, o comportamento dos indivíduos seguiria aquele que seu grupo é determinado. E terceiro, de que as raças seriam diferentes e desiguais. As diferenças eram pautadas em valores europeus que determinavam uma hierarquia entre as raças, diferentes níveis de civilização que tornava necessária a dominação de uma raça sobre a outra. Carlos Lineu separou as raças entre americano (“índio”), europeu (branco) e asiático (amarelo), e o africano (negro), sendo este último “astucioso”, “preguiçoso”, “negligente” (MUNANGA, 2003). Assim, o naturalista relacionou a cor da pele dos homens à inteligência, suas características psicológicas e cultura. “Sobre as mulheres africanas, escreveu ele: *Feminis*

sine pudoris; mammae lactantes prolixae — mulheres sem pudor, seios que segregam leite em profusão” (GOULD, 2004: 34).

As ideias de diferenças entre as raças foram construídas, principalmente, a partir das discussões sobre as origens da humanidade. Havia de existir duas possibilidades de origem da humanidade: uma pautada na perspectiva monogenista, e outra poligenista. De acordo com Gould (2004), a primeira se debruçava na ideia bíblica da gênese do homem, acreditando que todas as raças eram provenientes de Adão e Eva, ou seja, teriam uma origem única, mas eram afetadas pela “degeneração” causada, sobretudo, pelos fatores climáticos, que teria afetado os negros em maior medida, os tornando mais degenerados, e os brancos menos degenerados. E o conde de Buffon, naturalista mais importante do século XVIII tinha uma visão monogenista que fundamentou a sua noção de degeneração.

Os poligenistas, por outro lado, contrariavam o dogma monogenista da igreja e pensavam a humanidade como originária de mais de um Adão, e que por isso, as raças humanas eram espécies completamente distintas biologicamente e suas diferenças raciais poderiam ser observadas. Essa corrente científica permitiu o fortalecimento de interpretações desenvolvidas no século XIX como a antropometria e a frenologia “teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos (SCHWARCZ, 1993: 64). Esse pensamento se afastava das noções humanitas “estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade de seus espírito”, tornado possível entender, a partir da antropologia “a natureza biológica do comportamento criminoso (SCHWARCZ, 1993: 65). A partir dessas divisões, surgiram teorias como o evolucionismo e o darwinismo que balancearam as ideias sobre a origem da humanidade, interpretando-as de acordo como os paradigmas desenvolvidos por Darwin para entender as origens das espécies da natureza.

Voltando às teses médicas, é possível perceber que a aproximação dos trabalhos do Dr. Idelfonso Castilho (1882) e Martins (1888), dois autores brasileiros, com a de autores como o Dr. Corre, que estudaram profundamente a biologia a partir do viés racista, pode indicar uma mudança de discurso nas teses, com a maior circulação de trabalhos de cunho racista no Brasil, embora a intenção ainda seja a mesma: desqualificar a amamentação de crianças brancas feitas por mulheres negras. As justificativas desqualificantes, eram pautadas em determinismos raciais que consideravam as mulheres negras como potencialmente perigosas para transmissão de doenças por meio do leite materno.

Na maioria das teses médicas sobre amamentação e higiene infantil produzidas pela FMRJ, foram evidenciadas as propriedades do leite, sua composição e como esse podia se alterar, caso a mulher não se encontrasse em boas condições físicas, ou estivesse sob “emoções morais”. Os médicos justificavam a importância da amamentação e a ideia do leite ser condutor de características doenças físicas e comportamentais, recorrendo ao passado histórico da amamentação e da crença de que ela construía homens fortes e vigorosos. Reforçando o sentido patriótico do ato de amamentar:

É assim que vemos a audácia e o valor dos fundadores de Roma ser atribuídos ao leite da loba que os alimentou; a ferocidade de Calígua ao ter tido por ama uma mulher que, de si má, untava os seios de sangue e assim lh’os apresentava; a sagacidade de Cyro ao leite de uma cadela, em que mamou (...) O povo diz que as crianças amamentadas em cabras tornam-se ágeis, leves arterias, etc. (DUQUE, 1864: 24)

Londa Schiebinger (1998) destaca que a amamentação possuiu variados significados na cultura ocidental, e que desde Aristóteles, a amamentação era vista como um vínculo que ligava os homens e a natureza. Uma das percepções desse ato foi feita a partir de mitos e lendas, como o da fundação de Roma, onde Romulo e Remo teriam sido amamentados por uma loba. Durante muito tempo, a ideia de que os animais transmitiam suas características para os humanos por meio da amamentação esteve presente na literatura e no imaginário social de uma maneira geral, “pensava-se que essas crianças absorviam certas características dos animais que os alimentavam (...) que heróis antigos, amamentados por leões, absorveram sua grande coragem junto com o leite.” (SCHIEBINGER, 1998: 228).

Além disso, acreditava-se que o leite era sangue embranquecido; a lactação era o mecanismo que permitia a transformação do sangue que se encontrava no útero, durante a gravidez, em leite que fluísse para os seios (DEL PRIORE, 2001: 19-20). No geral, o leite, em diferentes contextos históricos, possuía virtudes “medicinais” e “espirituais” que destacavam a sua importância como alimento. E assim como o leite, as mamas também possuíam uma forte simbologia. O famoso botânico Carlos Lineu (1707-1778), no século XVIII, definiu o conjunto formado pelos seres humanos e por outros seres que partilhavam características comuns, como “*Mammalia*”. Londa Schiebinger problematizou “a escolha de Lineu” e ressaltou que ela não foi feita arbitrariamente, pois o conjunto nomeado como “*Mammalia*” poderia ter sido definido a partir de outras características físicas que esses seres possuíam em comum, pois essa “foi a única de suas grandes divisões zoológicas a centrar-se em órgãos reprodutivos, e o único termo que destaca uma característica associada principalmente à fêmea.” (SCHIEBINGER, 1998: 221).

A autora ressalta que no período da escolha da nomenclatura de Lineu as questões da amamentação e do uso de amas de leite, estavam em discussão, tanto no âmbito político, como no médico. Ela cita a existência de uma lei Prussiana de 1794, que “exigia” que as mães biológicas amamentassem suas crianças. Havia uma grande campanha nos países europeus que almejavam diminuir as altas taxas de mortalidade infantil, e também, delegar às mulheres a missão de cuidar e educar a família. E nesse contexto, Lineu estaria envolvido na campanha contra a instituição das amas de leite.

As mamas também foram abordadas, sobretudo, no discurso religioso, ora como símbolo do pecado, ora da pureza e da virgindade. No caso das mamas das negras, essas foram observadas, apalpadas e analisadas de acordo com a perspectiva de racialização da ciência, onde a “raça negra” era considerada mais próxima ao estado de natureza dos seres humanos. Nessa perspectiva, a medicina do século XIX estava em diálogo com discursos racializados que hierarquizavam a sociedade, segundo Gould (2003), os negros eram considerados inferiores, sendo vistos como mais incapacitados, sobretudo intelectualmente, em comparação aos brancos. Essa ideia de inferioridade dos negros era uma concepção que perpassava tanto o ideário político, quanto o científico. Por isso, ao falar dos tipos de mamas:

“Os europeus preferiam o tipo “hemisférico” compacto, encontrado, segundo se dizia, somente entre branca se orientais. Os difamados seios das africanas (em especial hotentotes) eram desprezados como flácidos e pendentes, similares aos úberes das cabras (...) Para Charles White, médico e notório racista de Manchester, a marca distintiva da superioridade européia residia nos seios de suas mulheres.” (Schiebinger , 1998: 233)

Frantz Fanon (1961) foi um dos autores que a partir de uma vertente descolonizadora, analisou profundamente a construção dos discursos colonizadores europeus. O autor ressalta que a retórica colonial era baseada, principalmente, numa noção maniqueísta, que colocava os brancos (europeus) e os povos não brancos (amarelos, indígenas, negros) em posições completamente opostas na escala da humanidade. As comparações entre os seios das mulheres de diferentes raças explicitam essa noção maniqueísta que elegeu o seio da mulher branca como o ideal. Para Fanon, a lógica da oposição levada ao extremo implicou diretamente num discurso que desumanizava e animalizava os dominados;

E de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos réptis do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à pululação, ao

bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário” (FANON, 1968: 31)

Esses conjuntos de concepções sobre amamentação, mamas, leite e raça, estiveram inextricavelmente associadas nos discursos médicos que condenavam a amamentação feita por amas negras. Para além das características de conduta dos escravizados que poderiam ser passadas para o bebê, a inferioridade da “raça africana”, desde seus hábitos culturais, até a conformação das mamas das mulheres negras, foram fatores determinantes para a condenação do aleitamento feito por amas escravizadas. A principal mudança em relação às abordagens das teses se deu, principalmente, pela questão da raça, que ao longo do século XIX dialogava com uma abordagem do determinismo climático, na qual “raça” é uma questão pouco desenvolvida, mas que nas últimas décadas do século XIX, é possível perceber que alguns discursos sobre amamentação assumem um caráter racializado, se apropriaram das noções de hierarquias já existentes, que seriam reforçadas a partir da metodologia biológica fenotípica dos estudos sobre raças. Não só as amas mães africanas, mas também aquelas “negras”, seriam de extremo perigo para as famílias mais abastadas da corte.

2.4 PARTURIENTES DA “ESPÉCIE NEGRA”

O Dr. Justo Jansen Ferreira, relatou a situação do parto de Henriqueta, preta, de 17 anos, constituição fraca, primípara⁶⁵, que entrou na Maternidade da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em abril de 1884. A menina entrou em trabalho de parto no dia 26 de abril, deu à luz a um “feto do sexo feminino” em “estado de morte real”. Após sofrer de febres e calafrios, a doente permaneceu na maternidade e só foi liberada no dia 28 de julho. O médico citou detalhadamente as dificuldades do procedimento:

O feto achava-se, pois, encurvado. Pouco depois essas extremidades desapareceram da área do estreito superior e insinuou-se o braço direito e uma alça do cordão, pelo que fez-se a redução do braço e não sendo possível a do cordão, aplicou-se o fórceps de Tarnier. A revolução fetal

⁶⁵ Significa que a mulher/fêmea de animal pariu pela primeira vez.

que substituiu neste caso a extremidade podálica, pela cefálica explica-se, conforme atribuiu o professor Erico Coelho, não pela versão espontânea, porém pela circunstância de terem *muitos alunos, palpado e malxado o ventre da parturiente*⁶⁶ com o intento de reconhecerem a situação do feto, que não se insinuava por ser estreita a bacia, deviam forçosamente deslocar o conteúdo do útero em vários sentidos, tal qual acontece na versão por manobras externas (FERREIRA, 1887:45).

O bebê de Henriqueta encontrava-se encurvado em sua pelve, o que tornava o parto da escrava de nível difícil. Para resolver o problema, foi-lhe aplicado o fórceps de Tarnier⁶⁷ a fim de mudar a posição do feto e facilitar a sua saída pela “estreita bacia” da parturiente. No decorrer de tentativas dos médicos de mudar a situação da parturiente, houve uma “revolução fetal” o que significa que o feto mudou a posição apresentando não mais a extremidade podálica, mas agora a cefálica, ou seja, ele não mais estava na posição sentado, com os pés para a direção do canal vaginal, estava agora “encaixado” com a cabeça no canal da mãe, em posição cefálica. No entanto, o médico faz uma observação, de que a “revolução fetal teria ocorrido porque “muitos alunos” haviam “palpado” e “malxado” a parturiente, a fim de saber a posição do feto.

As mãos que apalpavam, os olhos que observavam eram de médicos aprendizes e seus professores, que deveriam “forçosamente deslocar o conteúdo do útero em vários sentidos” para que esse ficasse na posição adequada ao parto. Poderia a morte do bebê de Henriqueta ter sido causada pelas excessivas manobras e toques dos médicos? Porque eles agiram dessa maneira no corpo de uma mulher num período em que os valores de moralidade não permitiam o acesso ao corpo feminino? Esses questionamentos nos levam a investigação das dificuldades e das questões complexas que cercaram a maternidade das mulheres escravizadas na Corte, num período em que as investigações do corpo feminino e dos corpos negros eram exacerbadas, por conta da ampliação do conhecimento médico, e a necessidade de estudos clínicos sobre os corpos.

O parto aconteceu sob a supervisão do professor Erico Coelho- médico catedrático de obstetrícia- que ensinava aos seus alunos sobre como procederem em decorrência de partos difíceis em mulheres de bacias pequenas. Esse relato, com o de mais 11 mulheres foram descritos na Tese do Dr. Justo Jansen Ferreira (1887) intitulada “*Do parto e de suas consequências na espécie negra*”. A tese do médico é a única produzida na Faculdade de

⁶⁶ [Grifo meu]

⁶⁷ O fórceps de Tarnier foi um objeto utilizado em obstetrícia para facilitar a retirada do bebê do canal vaginal da mulher quando esse estivesse em posição imprópria. Ele recebeu esse nome, pois foi inventado pelo médico francês Étienne Stéphane Tarnier (1828-1897), no ano de 1877.

Medicina no Rio de Janeiro do século XIX que trata especificamente desse tema. A tese do Dr. Ferreira contou com as observações acerca de partos difíceis de mulheres da “raça africana” e do “cruzamento desta com a branca” (mulatas), no período em que foi interno da Maternidade da Faculdade de Medicina. Ele estuda o parto na “espécie negra” a partir de suas constituições anatômicas, pautado em um repertório de trabalhos da antropologia racista europeia.

O conhecimento médico obstétrico, por conta das questões morais de acesso ao corpo feminino, foi construído majoritariamente a partir da ação prática em manequins obstétricos e em corpos de mães cativas e empobrecidas (TELLES, 2018). A ausência de locais específicos para a prática médica também foi outro empecilho para o desenvolvimento desse tipo de conhecimento. Somente a partir das reformas no ensino médico da corte, sobretudo, com a Reforma Saboya que essa prática se tornou mais comum entre os médicos e estudantes de medicina. Assim, cirurgias importantes para a área da ginecologia e obstetrícia, como ovariectomia e as cesáreas, foram aprimoradas a partir da interação entre médicos brancos e mulheres escravizadas⁶⁸.

Marie Jenkins Schwartz (2006) estudou a relação entre medicina e a reprodução feminina no Sul dos Estados Unidos, destacando que, no momento de carência do tráfico de africanos para a região, os proprietários e médicos agiram conjuntamente para realizar partos de mulheres cativas e cuidar de sua saúde ginecológica, a fim de promover o crescimento da população cativa. No Brasil, após o fim do tráfico em 1830, foram produzidos manuais sobre a saúde escrava, para orientar senhores sobre os cuidados que deveriam ser prestados aos cativos, sobretudo às mulheres cativas na hora do parto para “preservar o corpo escravo”, entendido como o “capital do senhor” (MARQUESE, 2004: 2010). No entanto, Cassia Roth (2013) argumenta que no Brasil escravista, mormente, a compra de um cativo em idade de trabalho, foi vista como mais benéfica do que cuidar de uma mulher e sua “cria”.

Na capital, o parto era um assunto do domínio feminino, portanto, era exercido majoritariamente por mulheres denominadas parteiras, dentre elas, estariam também parteiras africanas, que segundo Telles (2018) cuidavam de assuntos referentes a partos, pós parto, abortos e cuidados ginecológicos, possuindo práticas próprias. As mulheres empobrecidas e escravizadas, eram atendidas por médicos, majoritariamente, quando estavam passando por complicações na hora do parto, ou já estavam padecendo de males ginecológicos por um longo

⁶⁸ Sobre a construção da ginecologia no contexto norte americano, ver: OWENS, Deirdre Cooper. *Medical bondage: Race, gender, and the origins of American gynecology*. University of Georgia Press, 2017.

tempo. Elas eram atendidas em consultórios particulares, nas maternidades ou na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, espaço utilizado pelos alunos da FMRJ para aulas práticas e análise clínicas⁶⁹.

Na tese do Dr. Ferreira, o médico parte da perspectiva de que o parto ocorreria de maneira diferenciada nas mulheres brancas e nas mulheres da “espécie negra”, por conta de suas diferenças biológicas. A principal diferença se daria principalmente por conta das dimensões das bacias (pelve) das duas raças. Adotando a bacia da mulher branca, como modelo “typo”, ele estuda as peculiaridades do parto nas mulheres negras e corrobora teorias de naturalistas estrangeiros, como o holandês Willem Vrolik (1801-1863)⁷⁰ de que as bacias de mulheres de raças diferentes, se diferenciavam entre si. Nessa perspectiva, a bacia da mulher negra seria mais próximo àquela dos animais, por possuir menor “curvatura do sacro”, o que “facilitaria a parturição”, apesar da sua “falta de amplitude”.

A medição de ossos para comprovar objetivamente a diferença entre as raças foi a ciência da “craniometria”, inaugurada pelo aristocrata norte americano, Samuel G. Morton, em 1820. Morton tinha como principal objetivo, comprovar a sua ideia de que “uma hierarquia racial poderia ser estabelecida objetivamente através das características físicas do cérebro, particularmente no que se refere ao seu tamanho” (GOULD, 2014: 52). O cérebro era reconhecido como a fonte da razão, portanto, a sua diferença determinaria a civilidade e a inteligência dos homens. No entanto, pela “razão” ser um predicado masculino nesse período⁷¹, quando se tratava de hierarquização dos corpos de mulheres, era mais comum que se fizessem comparações que diziam respeito às suas funções reprodutivas, assim foram desenvolvidas teorias hierarquizantes sobre características como o tamanho do clitóris, dos seios e da pelve. Segundo Ana Paula Vosne Martins (2004)

São poucos os exemplares destas comparações sexo-raciais e quando vinham a público era para reforçar estereótipos, como a lascívia e a perversão das mulheres negras, como ilustra muito bem o caso de Sarah Bartmann, uma jovem mulher hotentote, que, ‘descoberta’ por um naturalista, foi levada a Europa, exposta como um espécime das raças

⁶⁹ Sobre maternidades ver: BARRETO, Maria Renilda Nery. Maternidade para escravas no Rio de Janeiro (1850-1889). Revista de História Regional, v. 21, n. 2, 2016.

⁷⁰ W. Vrolik foi um médico e anatomista holandês, se formou em medicina na Utrecht University, e realizou trabalhos muito importantes na área de anatomia comparada e zoologia.

⁷¹ Londa Schiebinger aprofundou a maneira como os dualismos foram produzidos e reproduzidos pelo conhecimento anatômico médico. Ver: SCHIEBINGER, L. Skeletons in the closet: the first illustrations of female skeleton in eighteenth-century anatomy. In: GALLAGHER, C. & LAQUEUR, T. (Eds.) The Making of the Modern Body. Berkeley: University of California Press, 1987.

negras e, por fim, após sua morte, dissecada por um dos mais eminentes cientistas da época (MARTINS, 2004:35).

Foi o francês Georges Cuvier (1769-1832) quem fez as asserções mais famosas sobre o corpo de Sarah Bartmann. Retirada de África como muitos de seus conterrâneos exportados pelo tráfico de escravos, Bartmann foi traficada para Europa, sendo levada para Paris e Inglaterra, onde teve todo o seu corpo analisado, sobretudo seus seios, clitóris e nádegas, diagnosticada com esteatopigia, uma condição que proporciona o acúmulo de gorduras na região das nádegas. Após seu falecimento em Paris, em 1815, seu corpo ficou exposto no Museu do Homem, também em Paris, até 1974. Suas características se tornaram modelo para descrever as mulheres africanas, a partir da perspectiva racalista.

No contexto brasileiro, a pelvimetria e os estudos com esqueletos femininos era uma área pouco desenvolvida aos fins do século XIX, como relatou o Dr. Ferreira. O médico faz uma reclamação referente a falta de estudos sobre partos na espécie negra, pois faltavam pelvis femininas disponíveis no Museu Nacional e no Museu da Faculdade da Faculdade de Medicina. Além disso, por conta da “importação da raça negra para o Brasil, se fazendo de diversos pontos da África”, existiria grande variedade de tipos de bacias.

Em caso reportado ao periódico médico *Annaes Brasilienses de Medicina*, no ano de 1873, a partir da observação do Dr. Irineu Francisco de Souza Sá, é possível entender como funcionavam as doações de corpos para serem autopsiados ou preservados nos museus. O caso dizia:

Memorial.- Um caso phenomenal.- Deu á luz na madrugada de 20 de Dezembro de 1872, a escrava Serafina, de 29 annos de idade, côr preta, pertencente á viuva D. Maria Luiza Eugleat, quatro crianças, todas do sexo feminino e de cor parda, cuja gravidez percorreu os tramites naturais, não soffrendo a parturiente o menor incomodo extraordinário, e nem mesmo no ato, que foi dos menos trabalhosos. A primeira nasceu á meia hora da manhã do dia 20, e conservou-se viva até ás 8 horas; a segunda viveu até ás 6 horas da manhã; a terceira só teve vida uma hora, e a última nasceu morta. Todas estão em perfeito estado, como se póde verificar por um simples exame. Forão embalsamadas pelos processos ordinários. A preta Serafina é de compleição frágil, e em principios do mesmo anno de 1872 teve um filho que se está criando.- Porto Alere, 11 de Novembro de 1873.- Irineu Francisco de Souza e Sá.- Estas Quatro crianças foram remetidas por mim ao diretor do Muzêu Nacional no dia 22 do corrente mês, a pedido do Sr. Irineu Francisco de Souza e Sá- 24 de Novembro de 1873. Dr. João Pinto do Rego Cesar⁷².

⁷² *Annaes Brasilienses de Medicina*: edição 00006, Tomo XXV, nov-dez/1873

O texto relatava um “caso fenomenal”⁷³ da escrava Serafina, uma mulher de 29 anos que teria dado a luz à quádruplos. O caso corrobora a ideia de que as mulheres negras teriam partos mais fáceis por conta das suas características físicas, pois Serafina não teria sofrido “o menor incomodo extraordinário”. Essa ideia, exprimida pelo Dr. Irineu Souza, estava presente na tese do Dr. Ferreira, que ao falar de contrações uterinas, destacou que “é de ordinário acompanhada da dor que a denúncia sempre”. No entanto, a percepção da dor poderia variar, de acordo com a “impresscionabilidade nervosa da mulher”. Que segundo ele, poderia ser alterada por fatores como “a raça, os costumes, a civilização” que “influem naturalmente, nem só quanto á intensidade das contrações uterinas, como também quanto á dor e a comoções nervosas” (FERREIRA, 1877: 33). A ideia de que o parto das negras era mais fácil esteve presente também nas teorias climáticas do início do século XIX. O Dr. Franisco Xavier Sigaud, em 1835 ressaltou existir entre os médicos, a falsa crença de que mulheres de locais quentes, como as negras e as indígenas tinham maior facilidade na hora do parto (MARTINS, 2004: 74).

O Dr. Ferreira faz uma associação entre o grau de civilização e a sensibilidade de sentir dor, dizendo que “em muitos povos do centro da África, a mulher tem de e dissimular os sofrimentos causados pelo parto com o sorriso, o canto porque um grito é suficiente para desonra-la”, ou que o Dr. Thaly teria observado que entre as negras do Senegal, os partos aconteciam rapidamente, sem muito sofrimento. Era defendido, de uma maneira geral, que o negros, eram menos sensíveis à dor, porque eram incivilizados, pois “quanto mais obscura é a inteligência”, menos se sentia dor. Ferreira também cita o caso de uma paciente da maternidade, uma “negra que ocupava leito n. 15”, que ao ser acometida por uma sensação de peso no baixo ventre, foi fazer suas necessidades fisiológicas, mas “foi surpreendida pelo nascimento de seu filho”, antes mesmo de voltar pro leito (FERREIRA, 1887: 36)

No relato extraordinário do jornal, a dor física de Serafina, mãe das quatro meninas, também é silenciada a partir do mito da insensibilidade do negro. No entanto, nada é falado sobre a presença ou ausência do sofrimento da escrava como mãe, após perder todas as suas quatro filhas. O autor do texto mostra justamente o contrário, que a situação não teria tido um desfecho tão trágico, já que “todas estão em perfeito estado, como se pôde verificar por um simples exame”. O perfeito estado era de acordo com os parâmetros para embalsamar as

⁷³ Os jornais e periódicos médicos costumavam reportar casos de partos difíceis ou vistos como extraordinários. Ver: LIMA, Silvio Cezar de Souza. O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850). 2011. Tese de Doutorado.

crianças, já que seriam enviadas ao Museu Nacional. Dentre os partos fáceis da raça negra também existiam alguns difíceis, como descrito por Ferreira, existia uma preocupação entre os médicos sobre as mulheres que possuíam “lordose fisiológica”, que seria uma inclinação na coluna vertebral, que seria causada pelo costume das mulheres negras de “de carregar seus filhos sobre a região lombar, obrigando-as para melhor sustentarem-os a um exagero dessa curvatura” (FERREIRA, 1887: 37). A necessidade de carregar os filhos durante as longas jornadas de trabalho das mulheres negras estaria chamando a atenção dos médicos sendo uma “preocupação especial” que os médicos vinham investigando.

A tese do Dr. Justo Jansen Ferreira, assim como aquelas sobre amamentação, traz uma visão que inferioriza e animaliza os corpos de mulheres escravizadas, e também, de seus filhos. A tese do autor é uma tentativa de preencher a lacuna da questão da falta de estudos mais aprofundados sobre os partos de mulheres negras, como aqueles feitos por anatomistas europeus como Armand Corre (1832) e Vrolik (1826), citados por Ferreira. O autor faz uma adaptação desses estudos, a partir de suas próprias observações na clínica médica, atendendo à mulheres negras e mulatas, e ao mesmo tempo, formulando questões sobre seus conhecimentos teóricos. A partir de uma perspectiva pautada no racionalismo, Ferreira pretendeu contribuir para a área de partos e estudos sobre raças. Na dedicatória de sua tese, o médico agradece à Nina Rodrigues, grande estudioso das teorias racialistas no Brasil, como “companheiro distinto e sincero amigo”,

O final do século XIX foi o período no qual as teorias raciais ganharam maior força nas sociedades latino americanas. Elas foram utilizadas, principalmente, como meio de se pensar a superação do “atraso” das ex-colônias europeias e a questão da heterogeneidade das nações em formação. Desde as primeiras discussões sobre a implementação de uma nação civilizada nos trópicos, a formação social brasileira, composta por africanos, índios e brancos foi percebida como um entrave à unificação da nação. Importantes projetos nacionais, destacaram a necessidade de civilizar os povos considerados “bárbaros”, bloqueando a entrada de africanos no Brasil e incentivando a vinda de imigrantes. Azevedo destaca que os projetos imigrantistas foram pensados como uma saída possível ao “atraso” brasileiro, nos quais:

Começam a buscar no exterior o povo ideal para formar a futura nacionalidade brasileira. A força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que em fins do século, a antiga preocupação com o destino dos ex-escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar “a raça branca brasileira” e engendrar por fim uma identidade nacional (AZEVEDO, 1987:37).

A chave racial também foi uma maneira de se manter as hierarquias presentes nas sociedades nas quais a escravidão já se desmontava, a partir de processos de racialização⁷⁴. Ideias como o evolucionismo, darwinismo e positivismo, circulavam pelos espaços oficiais da ciência como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia⁷⁵ e em outros espaços como nas Conferências da Glória e nas aulas *avulsas* do Museu Nacional⁷⁶. Maio e Ramos (1999) destacam que o determinismo racial esteve fortemente presente nas primeiras interpretações sobre o Brasil, produzidas por viajantes naturalistas europeus, como o diplomata francês Arthur Gobineau (1816-82), o fisiologista também francês, Louis Couty(1854-1894) e o suíço Louis Agassiz (1807-1873), que enxergavam a mestiçagem brasileira como produtora de uma população degenerada, por ser composta por “homens e mulheres hereditariamente preguiçosos e incapazes e que, além disso, sofrem diante de uma natureza exuberante que os aniquila” (MAIO E RAMOS, 2010, p.27).

Um dos retratos produzidos por europeus sobre as mulheres negras no Brasil está presente na obra *L'esclavage au Brésil* (1881) feita por Louis Couty, que em sua passagem pelo Brasil, entre as décadas de 1870-1880, descreveu a instituição escravista e o comportamento da população negra, definindo as mulheres negras cativas como promíscuas e sem afeto. O autor relatou que “a maioria dos filhos de escravos tem apenas um parente conhecido, a mãe, e esta última frequentemente terá vergonha de completar um estado civil exato” (Couty, 1881, p.74, tradução nossa)⁷⁷. Nesse tipo de discurso, as mulheres negras foram dotadas de más qualidades, e inclusive, dispensadas do amor de “mãe”, que não era compatível com seus hábitos

Entretanto, é possível destacar que as visões estrangeiras foram fundamento para os retratos do país produzidos pelas elites intelectuais brasileiras, porém, a apropriação desse pensamento racialista por intelectuais nacionais, implicou em adaptações para a realidade local. O que fez com que teorias negativas como da degeneração causada pela mestiçagem, fossem

⁷⁴ Sobre o conceito de “racialização”, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, 319 p

⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁷⁶ Sobre Darwinismo e as Conferências da Glória ver: Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; DOMINGUES, HMB., SÁ, MR e GLICK, T., orgs. A recepção do Darwinismo no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, 189 p. História e saúde collection. ISBN 978-85-7541-496- 5. Available from SciELO Books.

⁷⁷ Trecho original : “Aussi la plupart des fils d'esclaves n'ont qu'in parent connu, la mère, et celle-ci serai souvent embarrassée de compléter un état civil exact” (Couty, 1881, p.75)

In: Couty, Louis. *L'esclavage au Brésil, par Louis Couty ; avec une lettre de M. le sénateur Schoeler*. Paris. Librairie de Guillaumin, 1881. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7678> Acesso em 25/07/2021.

pensadas a partir de chaves positivas, que a enxergavam não como sinônimo de degeneração, mas como realidade vigente, que poderia ser o caminho da civilização (CARULA, 2012; MAIO E RAMOS, 2010).

Assim, a partir da abordagem racialista do doutor Ferreira, é possível perceber a maneira como o autor se esforçou para tecer suas próprias observações acerca dos partos, corroborando muitas das teorias estrangeiras, como a da resistência à dor das mulheres negras e a facilidade na hora do parto. A partir de relatos de casos mencionados pelo autor de mulheres negras, em sua maioria escravizadas, seus partos invasivos e difíceis, é possível perceber a maneira como a ciência do final do oitocentos, lançou mão de abordagens que animalizavam as mulheres negras, trazendo o parto como uma ocorrência a ser resolvida, abrindo mão de narrativas que as reconhecessem como mães.

A análise desse capítulo, intitulado “*mães negras sob olhares brancos: os discursos médicos acerca dos partos e da amamentação*”, mostrou que nos fins do século XIX, a busca por prestígio social e reconhecimento por parte dos médicos e estudantes de medicina, fez com que esses se empenhassem a trazer respostas para as questões sociais que impediam o progresso da nação- tal problemática que dominou o repertório político do oitocentos. Questões latentes, como o problema do elemento servil, a questão da amamentação e do parto no Brasil, estiveram presentes, alguns em maior e outros em menor escala, nas teses médicas, periódicos, tratados e ensaios médicos. No caso especial das teses, o capítulo revelou que seus autores eram majoritariamente homens, brancos e de classe social abastada, oriundos de regiões diversas do Brasil e do mundo, mas sobretudo de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Após conhecer esses autores, foi possível analisar seus discursos de maneira mais completa, pois, embora muitos dos conteúdos das teses fossem apenas parte de um ritual simbólico e poderiam não ser totalmente autorais, a escolha dos temas e a abordagem sobre as mulheres escravizadas, foram responsáveis por formular e reproduzir imagens de padrões sociais de femininos e como escravizadas estariam distantes desses parâmetros por serem da “espécie africana”. Seus corpos, reduzidos às mamas e à pelve eram analisados minuciosamente, servindo como base para discursos que as animalizavam e inferiorizaram. No entanto, as vozes que bradavam nesse período não eram unívocas e nem mesmo seguiam uma

retidão em seus argumentos. Elas eram carregadas de ambiguidades, presentes na própria noção de colonização⁷⁸ e escravização e dos problemas políticos que agitavam o Império.

Essas vozes ambíguas se tornaram ainda mais dissonantes nas últimas décadas da escravidão, a partir da Lei do Ventre Livre (1871), quando as mulheres negras tem sua maternidade concedida por direito. Nesse período, proliferam os discursos da mãe escravizada como uma mulher amorosa, que não podia cuidar de seus filhos por causa da condição de cativo. Assim, as mulheres negras são duplamente faladas a partir de narrativas que as animalizaram pensando sua inferioridade corporal e intelectual, mas que por outro lado, as humanizaram, a partir de retóricas de gênero. Assim, o próximo capítulo irá evidenciar o conturbado contexto da lei, e de que maneira os médicos se posicionaram quanto à relação das mulheres escravizadas e seus filhos ingênuos e cativos.

⁷⁸ Antonello Gerbi (1996) destaca que as visões produzidas pela colonização partilhavam tanto a ideia do “outro” (americano) como o “bom selvagem”, por esse ser mais próximo da natureza, ou seja, instintivamente mais puro. Essa visão foi produzida principalmente pela visão idílica criada pelos viajantes e naturalistas europeus, sustentada até o século XIX. No entanto, a visão dos colonizadores também era permeada de noções que consideravam, por fatores climáticos, intelectuais, raciais, que esses eram sujeitos “degenerados”.

CAPÍTULO 3 – “A MÃI É UM TODO; O VENTRE É UMA PARTE DESSE TODO”: A MATERNIDADE DA MULHER ESCRAVIZADA.

Como analisado no capítulo anterior, as narrativas racialistas e desmoralizantes que estigmatizavam os corpos das mulheres cativas como àquelas voltadas aos vícios e à falta de amor, ocultavam até mesmo suas dores, e tudo o que envolvia suas relações com seus próprios filhos e filhas. As cativas foram abordadas de maneira transversal em trabalhos de médicos que se referiam às mulheres brancas, tendo uma “presença incômoda” nesses escritos. Maria Helena Machado (2017) evidenciou que a maternidade das mulheres escravizadas está em grande parte ausente dos discursos dos senhores, pois “por ser escrava, isto é, por ter tido seu corpo apropriado por outrem como instrumento de trabalho para geração de riqueza alheia, seu papel como mãe aparece como contraditório” (MACHADO, 2017: 329). Apesar dessas narrativas que ocultavam suas relações de maternidade, as africanas e afrodescendentes guardavam noções de emancipação específicas, a partir das quais traçaram seus projetos de liberdade e se empenhavam para se manterem com seus filhos e filhas distantes do jugo senhorial.

No que diz respeito aos dispositivos legais, a Lei do Ventre Livre (1871) foi uma das ferramentas utilizadas para otimizar o costume preexistente das mulheres escravizadas de impetrar ações de liberdade para si e para os seus (COWILIG, 2018; MACHADO et al., 2021). No caso daquelas que buscaram alternativas menos conservadoras, as fugas foram tentativas mais arriscadas e acessíveis. A autora Isabel Reis (1999), ao estudar a importância da família e das relações de afetividade na Bahia oitocentista, ressalta que a utilização das cativas como amas de leite foi um dos principais motivos de separação das famílias. Reis analisou os casos de fugas de famílias escravas a partir dos jornais baianos, das fontes judiciais e policiais, atentando para como as relações familiares nesses casos, seguiam não só os parentescos de consanguinidade, mas também laços espirituais, simbólicos e rituais, entre cativos e também com pessoas de condições jurídicas diferentes. A criação de famílias extensas era uma característica cultural de muitos povos africanos, e ao mesmo tempo, na realidade diaspórica, esses grupos serviram como redes de amparo e solidariedade. Mulheres grávidas, casais, “amásios”, primos, irmãos, arriscaram-se nas fugas motivadas por laços de afeto. A autora também ressaltou que essas fugas tem um sentido especial porque “representam o desejo de viver em liberdade e a liberdade incluía a companhia dos seus” (REIS, 1999, p.31).

Nesse contexto escravista, Flávio Gomes e Marcelo Paixão (2012) destacam a importância da mulher cativa nas sociedades americanas como “os primeiros agentes de

emancipação das comunidades afrodescendentes na diáspora” (GOMES E PAIXÃO, 2012: 298). Foram elas as que mais moveram ações de liberdade, e também auxiliaram na fuga de cativos, como uma tentativa de reencaminhar e redesenhar os rumos das vidas de suas comunidades. O que mostrou que “em um mundo cercado de opressão, tais mulheres construía ambientes de autoestima e se tornavam decisivas” (GOMES E PAIXÃO, 2012: 298).

Aos fins do século XIX, as noções de gênero, maternidade e escravidão estavam entrelaçadas, se fazendo presentes nas decisões políticas que diziam respeito à abolição gradual da escravidão, como também nos discursos e práticas médicas que utilizam corpos femininos, lactantes e negros como ferramenta de análise e estudo. No tocante às discussões sobre a lei, imagens de mulheres escravizadas como mães “zelosas” e “amorosas” foram utilizadas para argumentar contra e a favor das políticas de emancipação gradual da escravidão. Assim, num período em que as questões de gênero e o papel da mulher burguesa na sociedade se modificavam, sendo considerados primordiais para a transformação da nação, as mulheres cativas são elevadas à condição de mães, sendo sua maternidade reconhecida por lei⁷⁹.

Utilizar as imagens da escravidão de separação entre mães e filhos foi uma das principais estratégias retóricas para gerar comoção quanto às mudanças políticas que pretendiam ser instauradas, tanto no que diz respeito à Lei do Ventre Livre, como também, nas discussões posteriores sobre a abolição (COWLING, 2018). Essas abordagens, dialogavam com as ideias abolicionistas estrangeiras, que destacavam o caráter desumano do cativo, utilizando a separação da família escrava como principal símbolo dos malefícios da instituição. Os abolicionistas dramatizavam os sofrimentos das mulheres cativas a partir da literatura, das peças teatrais e grandes eventos em agremiações, igrejas, escolas que promoviam a libertação coletiva de mulheres escravizadas e seus filhos (COWLING, 2018; ALONSO, 2015). Nesse período também cresciam as ideias racistas sobre os negros e sua inferioridade frente às noções de civilização e os perigos os quais as mulheres negras poderiam oferecer às famílias brancas⁸⁰.

⁷⁹ Argumento utilizado por Martha Abreu em: ABREU, Martha. “Slave Mothers and Free Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 28, n. 3, p. 567-580, 1996

⁸⁰ Henrice Altink (2005) argumenta que na Jamaica, os discursos antiescravidão eram ambíguos, pois destacavam os perigos que a imoralidade sexual das mulheres negras oferecia aos homens brancos e à integridade das mulheres brancas e ao mesmo tempo, destacavam as mulheres negras como vítimas da escravidão e como genuinamente, servindo aos brancos. Ler: ALTINK, Henrice. *Deviant and Dangerous: Pro-Slavery Representations of Jamaican Slave Women’s Sexuality*, c. 1780-1834. *Slavery & Abolition*, Vol. 26, N. 2, August

A partir dos debates parlamentares acerca da promulgação da lei, é possível perceber como os discursos de gênero sobre maternidade circularam não só entre os médicos, mas foram mobilizados também como meio de chamar a atenção para a “humanidade” dos cativos, reconhecendo a emancipação do ventre das mulheres escravas como o meio mais pacífico de abolir gradualmente a escravidão no Brasil e como chave para exterminar as cenas de separação entre mães e crianças, criando uma nova geração de menores livres da escravidão. Parlamentares como o Visconde do Rio Branco e o Barão da Vila da Barra, que apesar de compartilharem imagens opostas sobre a implementação das mudanças em relação à continuidade da escravidão, utilizaram a realidade das mulheres escravizadas como forma de defender suas visões políticas sobre as modificações legais no Império.

Nesse sentido, os médicos, como importantes interlocutores acerca das questões sobre maternidade, também criaram e incorporaram discursos que faziam referência à importância dos cuidados maternos e da existência do amor de mãe nas famílias negras, sobretudo na relação entre as mães cativas e seus filhos. Eles chamavam a atenção sobre como a relação entre a família proprietária e a mãe escravizada seria um dos principais motivos para que essas mulheres se afastassem de seus próprios filhos, principalmente quando desempenhavam o ofício de amas de leite. A “ganância” dos senhores é exposta como a principal causadora de profunda tristeza nas escravizadas que poderiam ser separadas de seus filhos ainda no parto, para que os senhores pudessem lucrar mais. Tal estado de melancolia profunda teria como consequência a revolta das escravizadas, o que colocaria em risco a integridade das famílias brancas, as quais essas mulheres estariam próximas a partir do serviço doméstico.

Os médicos autores das teses da FMRJ abordaram o tema da separação como um meio de mostrar os problemas causados pela escravidão no cotidiano de maternidade das mulheres cativas e no próprio funcionamento de uma sociedade civilizada, já que essas mulheres “infelizes” seriam aquelas que amamentariam os filhos das famílias proprietárias. Nesses documentos, os médicos também teceram seus próprios comentários sobre Lei do Ventre Livre (1871), destacando suas opiniões acerca das consequências diretas na relação entre a tríade “mãe cativa, ingênuo e proprietário”. Assim, para entender como os discursos sobre maternidade assumiram um caráter ambíguo na segunda metade de século XIX, é importante

trazer a própria Lei do ventre livre e os contextos que a cercaram, e investigar a maneira como as retóricas de gênero e maternidade foram utilizadas por médicos e políticos para evidenciar a situação das mães escravizadas nesse período.

3.1- A LEI DO VENTRE LIVRE⁸¹ E O GÊNERO

O século XIX foi marcado pelas políticas de fim do tráfico de africanos e a progressiva deslegitimação da escravidão nas nações e colônias do Ocidente⁸². Nesse período, o Brasil se tornou uma nação independente que manteve a escravidão, não apenas como um legado da colonização, como bem destacou Hebe Mattos (2009), mas assentando todas as suas transformações como Império, sobre as bases sólidas do escravismo ilegal. A legitimidade da escravidão foi frequentemente questionada nesse período, embora sua persistência tenha se agarrado aos sustentáculos da “*política da escravidão*”, definida por Parron como “uma rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhorias” (PARRON, 2011: 17-18). Nessa política, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados foram totalmente dominadas pelo escravismo, num período que se estendeu de 1826 à 1865.

O processo de construção do Estado brasileiro trouxe questões de alta complexidade para o primeiro plano, como o problema da mão de obra livre, o desenvolvimento agrícola, as epidemias, a mortalidade infantil e sobretudo a questão do Elemento Servil. Essas temáticas foram pensadas por intelectuais políticos e médicos que a partir do conhecimento científico pragmático e utilitarista⁸³, almejavam que o Brasil se transformasse aos moldes das nações civilizadas da Europa. Nesse contexto, a questão do Elemento Servil se ligava diretamente à maternidade das escravizadas, pois como destacado nos capítulos anteriores, a hereditariedade da escravidão era regida pelo ventre materno, a partir da premissa romana do *Partus Sequitur*

⁸¹ A Lei 2.040 de 28 de Setembro de 1871 é conhecida como “Lei do Ventre Livre” por ter como uma de suas principais mudanças, a libertação do ventre das mulheres cativas. Também é conhecida como “Lei Rio Branco”, por ter sido parte do projeto conservador liderado pelo Gabinete do Visconde do Rio Branco

⁸² Sobre os processos de abolição a partir de uma perspectiva mais abrangente, ver: LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

⁸³ O trabalho clássico de Maria Odila da Silva Dias discorre sobre o desenvolvimento de um conhecimento utilitarista presente desde as últimas décadas do período colonial no Brasil e a sua influência nas produções posteriores que pensaram a construção do Brasil como uma nação independente. Ver: DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *In. A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. pp.39-126.

Ventrem. Assim, a maternidade se torna central e decisiva não só nas práticas do cotidiano, mas como um “assunto de forte conteúdo político” (CHALHOUB, 2018), por ser considerada tanto como meio de reprodução da escravidão, como também, a via de emancipação gradual, a partir da política de libertação do ventre, como tem sido evidenciado por autores como Abreu (1996), Santos (2016), Machado (2018), Cowling (2018) e Chalhoub (2018).

As primeiras mudanças políticas foram propiciadas pelo avanço das ideias emancipacionistas no cenário internacional, sobretudo na Inglaterra. Os ingleses pressionaram a recente monarquia constitucional brasileira a cessar o comércio de africanos, a partir de um “compromisso legal”, no qual os ingleses reconheceriam a antiga colônia como uma nação independente. (CHALHOUB 2012, p.27). O acordo foi materializado a partir da Lei de 7 de novembro de 1831 (Lei Feijó), que proibia a entrada de africanos para serem escravizados no Brasil. No entanto, mesmo após a lei, o império recebeu um enorme fluxo de africanos. No primeiro quartel do século XIX (1801-25), entraram 1.012.762 africanos; no segundo quartel (1826-1850), 1.041.964, e outros 6.800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850 (CHALHOUB, 2012, p.26), sendo a maior parte destinada à região sudeste⁸⁴.

Uma das estratégias dos escravistas brasileiros frente à escassez de mão de obra cativa, foi a reformulação do trabalho escravo por meio da construção de uma “teoria sobre a gestão da agricultura escravista”, que tinha como principal objetivo simplificar os processos ligados à produção, visando economizar tempo e trabalho, aumentando os rendimentos. Marquese (2004) destacou que a mudança consistia em implementar técnicas científicas ensinadas por meio de manuais simplificados voltados para a administração das grandes propriedades, a partir do aprimoramento agrícola, do melhoramento do tratamento com os cativos e o estímulo à reprodução endógena como meio de aumentar a população escravizada internamente. Assim, era necessário “preservar o corpo escravo” que era entendido como “capital do senhor” (MARQUESE, 2004, p.210). Esses cuidados diziam respeito a garantir melhor alimentação,

⁸⁴ O período de intensificação do comércio negreiro, esteve inserido no contexto nomeado por Dale Tomich (2004, p.56) como da “Segunda Escravidão”, que foi marcado pelo paradoxo do aumento exponencial do escravismo, ao mesmo tempo em que se desenvolveram os pensamentos modernos antiescravidão entre os anos de 1791-1888. Essa intensificação se deu a partir das mudanças na economia-mundo propiciadas pelas “revoluções industriais” ocorridas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos que aumentaram as demandas capitalistas de *commodities* vindas das Américas, como o café, o açúcar e o tabaco. Num contexto de expansão do pensamento liberal humanitário impulsionados pelas mudanças ideológicas da “Era das Revoluções” (Blackburn, 2016, p.29).

vestimenta, moradia, diminuição das punições corporais e do serviços pesados, estímulo à formação de vínculos familiares e auxílio na doença e no parto das cativas⁸⁵.

Nesse contexto de transformações no tráfico e na utilização da mão de obra cativa, a Lei do Ventre livre (1871) foi um importante ponto de inflexão. A obra de Ângela Alonso (2015), *“Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)”* traz o panorama da década de 1860, até 1888, no qual, se construiu um ambiente menos hostil para a implementação de medidas abolicionistas, por conta de transformações locais e globais. As mudanças políticas no Ocidente e os movimentos a favor da abolição que perduraram do século XVIII até o XIX, como a revolução do Haiti (1791), a Guerra Civil Americana (1865), e a abolição em Cuba (1886), foram de grande importância para a criação de um “repertório político” que auxiliou tanto os escravistas, como os abolicionistas brasileiros. A Guerra do Paraguai (1864-1870) também foi de tamanha relevância para que a legitimidade da escravidão fosse colocada em xeque, pois o exército brasileiro atuante na guerra, era formado principalmente por homens escravizados. Tal situação foi considerada um escândalo para o Estado brasileiro e teve como consequência a libertação dos escravizados que serviram na guerra, como um gesto de agradecimento, aumentando a tensão das relações entre o Estado Imperial e a elite proprietária,

O desenvolvimento da imprensa brasileira também foi um dos fatores que impulsionou a circulação dos ideais abolicionistas. Nelson Werneck Sodré (1966) definiu a imprensa imperial como “combativa”, que estava a par das tentativas de reformas, noticiando-as e fazendo coro contra e a favor de questões como a Guerra do Paraguai o republicanismo, o abolicionismo e a Lei do Ventre Livre. No Rio de Janeiro, o convívio entre trabalhadores escravizados, livres e libertos e os discursos abolicionistas, impulsionaram mudanças tanto no âmbito da jurisdição, como nas próprias ações dos escravizados. No primeiro campo, houve o aumento no número de “alforrias coletivas promovidas por abolicionistas ou bancadas por fundos de emancipação e por leis específicas, como a lei do ventre livre, de 1871, e a dos sexagenários, de 1885” (PAIVA, 2018: 98). Além disso, as ideias sobre emancipação agitaram as senzalas do Sul escravista, tendo como consequência, o aumento da ocorrência de revoltas escravas, de fugas coletivas, assassinatos de proprietários e das ações de liberdade impetradas

⁸⁵ Manuais de autores como Miguel Calmon du Pin e Almeida (1834), Carlos Augusto Taunay (1839) Francisco P. de Lacerda Werneck (1847) e Antonio Caetano Fonseca (1863) dedicaram capítulos exclusivos para falar sobre o cuidado com o corpo cativo e abordaram as questões acerca do parto.

por escravizados. Assim, o período de tensão acirrou as relações entre senhores e cativos e fragilizou a própria noção de escravidão nas discussões públicas⁸⁶.

Os abolicionistas brasileiros também se empenharam nesse processo, construíram vínculos internacionais que colocaram a questão da emancipação em evidência. A partir de vozes como as de Abílio Borges e André Rebouças, as noções abolicionistas foram desenvolvidas no âmbito das relações internacionais e nas instituições públicas⁸⁷. As mudanças político-sociais da década de 1860 tornaram a questão do Elemento Servil um assunto imprescindível no parlamento, sobretudo após a carta enviada a D. Pedro II pela sociedade abolicionista francesa “*Comité pour l’Abolition de l’Esclavage*”, cobrando seu posicionamento quanto à persistência de tal instituição na sociedade Imperial. A ação do *Comité* gerou maior preocupação por parte do monarca, o fazendo pensar maneiras de assumir medidas de emancipação gradual de maneira que não desagradasse a elite proprietária, evitando quaisquer tipos de reações revolucionárias e que, ao mesmo tempo, indenizasse os senhores e mantivesse as hierarquias sociais.

A medida que melhor se adequou à essas prerrogativas foi a emancipação a partir da libertação do ventre das cativas, elaborada pelo conservador Visconde de São Vicente⁸⁸, em 1866. Cowling (2018) destaca que a escolha da “lógica do ventre” não foi aleatória, visto que já havia uma série de “precedentes atlânticos” que haviam lançado mão dessa estratégia, como em Cuba, com a Lei Moret (1870). No Brasil, o deputado Silva Guimarães e a *Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas (SCT)*, também apresentaram projetos de liberação do ventre, em 1852⁸⁹. As medidas estabelecidas por Pimenta Bueno iam além das questões do ventre e também diziam respeito de facilitar a acumulação de pecúlio e a obtenção de alforrias; a proibição da venda de cônjuges

⁸⁶ Sobre revoltas escravas e ações judiciais impetradas por escravos nas últimas décadas da escravidão, ver: MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. 2ª.ed. São Paulo: EDUSP, 2010

⁸⁷ Abílio Borges, homem de elite, centrado nas questões internacionais sobre a abolição tomou como uma de suas estratégias a utilização de grandes cerimônias em salões, agremiações. Utilizava seu prestígio social como meio de trazer mais aliados para a causa abolicionista, o que Alonso (2014) nomeou como “abolicionismo de elite”. Por outro lado, Rebouças foi fortemente atuante na esfera política, levando a temática da abolição, não somente para eventos de mobilização internacional, mas para o centro das instituições públicas do Estado brasileiro.

⁸⁸ José Antônio Pimenta Bueno, o Visconde de São Vicente, foi deputado pelo Partido Conservador, nomeado senador em 1853 e conselheiro de estado em 1857, por D. Pedro II. Como conselheiro, formulou 5 (cinco) projetos de abolição gradual, nos quais levava em conta os projetos da *Sociedade Contra o Tráfico*, inclusive a proposta de abolição do ventre

⁸⁹ O Deputado Silva Guimarães foi pioneiro em apresentar uma proposta de emancipação do Ventre das cativas na Câmara em 1850. Os deputados julgaram a decisão de Guimarães como “inconvenientíssima”. Em: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem; Teatro das Sombras...*, p. 304.

separadamente; descanso obrigatório; registro geral de escravos e a criação de Fundo de Emancipação⁹⁰.

Em 1867, a Fala do Trono de D. Pedro II considerou a questão do “Elemento Servil” como uma pauta parlamentar. Desde a elaboração das medidas de Pimenta Bueno, o assunto gerou acalorados debates na Câmara, tendo maioria de argumentações contrárias. Após o fim da Guerra do Paraguai (1870) o Visconde do Rio Branco⁹¹ foi escolhido pelo Imperador para substituir Pimenta Bueno no novo gabinete para tramitação da questão do Elemento Servil. Após sua atuação na Guerra do Paraguai, José Maria da Silva Paranhos se posicionou a favor da implementação imediata de políticas de emancipação da escravidão, visto que o isolamento internacional do Brasil já era considerado um problema, e a escravidão, um entrave ao desenvolvimento da mão de obra livre no país. Assim, o novo Gabinete elaborou um projeto de Lei que em muito se assemelhava ao realizado por Pimenta Bueno em 1866, mantendo a questão da liberdade do ventre.

O parlamento contava com "oposição numerosa e aguerrida, de homens dispostos a legitimar o statu quo escravidão, válidos dos três argumentos típicos da reação: o efeito perverso da reforma, sua futilidade e a ameaça que representaria para a ordem social" (ALONSO, 2015: 46). José de Alencar (1829-1877) foi um dos opositores mais ferrenhos a esse processo e assim como outros parlamentares conservadores, argumentava que “o movimento de emancipação era “fanático”, “agitador”, “revolucionário”; seus defensores eram “emissários da revolução”, “apóstolos da anarquia”, acabariam “matando [...] a lavoura” (CHALHOUB, 2003: 142). O projeto de lei de emancipação gradual dividiu opiniões tanto dos conservadores, como também dos liberais. No entanto, o tom conciliatório e conservador da proposta de Rio Branco fez com que a lei fosse aprovada por votos de conservadores e liberais em 28 de setembro de 1871, estabelecendo que:

⁹⁰ Chalhoub ressalta que o projeto foi refeito oito vezes por Pimenta Bueno até ser de fato enviado à Câmara. CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

⁹¹ José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, nasceu na Bahia, em 1819. Foi para o Rio de Janeiro com 16 anos, ingressando na Escola Militar onde se tornou engenheiro e professor de matemática. Paranhos também transitou nos círculos da imprensa, participando do *Jornal do Commercio* e participou das expedições brasileiras nos conflitos como as guerras do Rio da Prata e a Guerra do Paraguai, no qual criou fortes laços com figuras importantes da política brasileira, como o Marquês de Paraná. Foi enviado ao Paraguai em 1869 para resolver as questões diplomáticas e negociar o fim da Guerra. Sua atuação fez com que ganhasse destaque na política. Foi escolhido para substituir Pimenta Bueno no gabinete entre 1871-1875. Ver a trajetória de Paranhos e a sua relação com a Lei do Ventre Livre: PEDROSA, Matheus Monteiro et al. Escravidão, publicidade e Parlamento: o encaminhamento da Lei do Ventre Livre de 1871. 2018.

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criar-os e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2º Qualquer desses menores poderá remir-se do onus de servir, mediante prévia indemnização pecuniaria, que por si ou por outrem offereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se á avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver accôrdo sobre o quantum da mesma indemnização.

§ 3º Cabe tambem aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquellas estiverem prestando serviços. Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação dos serviços das mãis. Se estas fallecerem dentro daquelle prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do Governo.

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito annos, que estejam em poder do senhor della por virtude do § 1º, lhe serão entregues, excepto se preferir deixá-los, e o senhor annuir a ficar com elles.

§ 5º No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 annos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava subrogado nos direitos e obrigações do antecessor⁹².

A lei estabelecia que as crianças nascidas de mulheres escravizadas seriam consideradas livres a partir de 28 de setembro de 1871. No entanto, a liberdade desses menores não era completa, pois ficariam sob os comandos e cuidados dos proprietários de suas mães até que completassem 21 anos de idade. Por se tratar de uma proposta conservadora, a sua elaboração foi pensada de maneira que pudesse manter, de algum modo, as hierarquias sociais, como pode ser visto no parágrafo 1º que tornava facultativa a permanência do menor com os proprietários, permitindo que esses entregassem a criança ao Estado assim que ela completasse 8 anos de

⁹² A versão completa da Lei está disponível no Site do Planalto Federal Federal: BRASIL. Lei nº 2.040. Dispõe sobre a liberdade do ventre da mulher escrava. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 25 de outubro de 2021

idade e que recebessem uma indenização de 600 mil-réis, caso abrissem mão da criação⁹³. Nos casos em que se optou pela permanência do menor com o senhor da mãe escravizada, as crianças se tornariam jovens que viveriam um período de “aprendizado”, servindo aos senhores e respeitando as hierarquias sociais⁹⁴.

A ideia de manter o núcleo da família escrava foi apontada em diversos manuais voltados para o cuidado com os cativos, e foi colocada em prática a partir do decreto n.1.695 de 15 de setembro de 1869, que estabelecia em seu Artigo 2º que “em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”⁹⁵. Assim, a Lei do Ventre Livre representou um retrocesso frente ao decreto de 1869, visto que os senhores poderiam separar as crianças de suas mães quando completassem 8 anos, contrariando a ideia de manter a família escrava.

A lei também foi além das questões do ventre, pois estabelecia mudanças no âmbito da liberdade dos cativos, tornando os costumes desses de entrar na justiça, acumular pecúlio e comprar a alforria, direitos. Ela também tornou obrigatório que os senhores registrassem seus cativos na matrícula geral dos escravos; libertou todos os cativos pertencentes ao Estado e criou fundos municipais de emancipação para a manumissão de cativos. Embora tais medidas sejam de grande importância teórica, na prática, ocorreram problemas para que fossem cumpridas efetivamente. José Murilo de Carvalho ressaltou que o fundo de emancipação era “modesto” e raramente aplicado integralmente. Martha Abreu (1996) destacou que houve fraudes com o pecúlio dos escravos, além disso, senhores de escravos resistiam à Lei, colocando crianças para trabalhar nas mesmas condições dos escravizados e aumentando o abandono de ingênuos na roda dos expostos.

⁹³ Chalhoub (2003) ressalta que dentre todas as crianças apenas 113 foram entregues ao estado. Sendo 181.115 meninos matriculados como ingênuos e 182.192 meninas.

⁹⁴ Nos anos subsequentes à lei de 28 de setembro de 1871, a questão do Elemento Servil voltou a ser pauta nas duas casas- tanto na câmara dos deputados, como no senado- culminando na promulgação da Lei dos Sexagenários que promoveu a liberdade dos escravizados maiores de 60 anos. Tanto a elaboração, quanto a aprovação da lei também foram permeadas de embates políticos que resultaram numa tentativa conservadora de abolição gradual, estabelecendo que os sexagenários deveriam cumprir mais três anos de serviço indenizatório aos senhores (MENDONÇA, 2018). Esse processo evidenciou, mais uma vez, a dificuldade das elites brasileiras de abrir mão da instituição escravista, mas trouxe o problema da escravidão novamente em evidência, estendendo o seu período de vigência até 1888.

⁹⁵ A versão completa do decreto está disponível no site da câmara dos deputados: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>>

No caso das determinações sobre o ventre cativo, a historiadora Cassia Roth (2013) destaca que a maternidade das escravizadas continuou sendo controlada pelos senhores mesmo depois da lei de 1871, pois a condição de “ingênuo” tornava a liberdade do menor condicionada à vontade do senhor- e não de sua mãe- até os 21 anos de idade. Lucimar Felisberto (2012) destaca que a lei não eliminou o risco de separação da família escrava, pois existia a ameaça de os proprietários entregarem as crianças “ingênuas” ao estado, e além disso, o status jurídico de ingênuo continuaria sendo um empecilho para a liberdade. A partir da análise das fugas de mulheres com crianças, a autora constatou que a reação de muitas mulheres ao que lhes foi “imposto” pela lei, foi a fuga, saindo assim do domínio do proprietário. Além disso, a lei também se estendia numa perspectiva geracional, que determinava que o proprietário teria direito sobre as “crias” que as filhas de suas escravas poderiam vir a ter.

A lei do ventre livre serviu como uma maneira de controle social da mão de obra infantil, pois determinava que, num panorama de mudanças e ameaças nas hierarquias do trabalho escravizado e livre, as crianças nascidas de ventre livre teriam seus serviços espoliados pelos senhores de suas mães⁹⁶. Assim, “para os redatores da lei de 28 de setembro, atrás do “menor” a proteger escondia-se o bom trabalhador, útil ao seu senhor” (MATTOSO, 1988: 46-47). Essa tentativa pode ser notada na própria indefinição do status jurídico das crianças nascidas de ventre livre, pois, apesar de o termo “ingênuo” (proveniente do direito romano) estar presente nos documentos judiciais, ele não estava na letra lei, pois esse status significaria que essa criança não teria tido passagem pela condição de escravidão e daria “acesso a alguns direitos que a mera condição de liberto não proporcionava” (ALANIZ, 1997: 33-34). Victor Modesto (2021) vai mais além, ao destacar que a utilização do termo ingênuo foi uma maneira de diferenciar essas crianças daquelas livres que não tinham nenhuma relação com a realidade da escravidão.

No ano de 2021, a promulgação da lei do Ventre Livre fez 150 anos, e nesses últimos anos, foram lançados novos olhares sobre suas consequências, sobretudo a partir da perspectiva de gênero⁹⁷. A historiografia brasileira tem destacado o viés conservador da lei, cujo principal

⁹⁶ Aos finais do século XIX, os senhores utilizaram os próprios meios legais preexistentes de tutelas e soldadas, para se tornarem responsáveis por esses menores. Assim, foram travadas extensas batalhas judiciais entre senhores e mulheres cativas e libertas na disputa da tutela dos menores. Para entender a lógica das tutelas e soldadas, ver: ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2017.

⁹⁷ A coletânea de Machado, Brito, Viana e Gomes (2021) aborda as questões acerca do ventre livre e seus desdobramentos no Brasil e no Atlântico. Ver: MACHADO, Maria Helena; GOMES, Flávio; VIANA, Iamara;

objetivo foi libertar gradualmente um menor número de escravizados, de modo que não abalasse as relações entre senhores e escravizados⁹⁸. No entanto, as pesquisas demonstram que, desde o processo de sua elaboração, até os anos subsequentes de sua promulgação, a lei modificou o cotidiano da sociedade imperial em variados âmbitos. Os dispositivos da Lei de 1871 eram reconhecidos e acionados pela população, e seus usos práticos por parte dos africanos e afrodescendentes -escravizados libertos e livres- abolicionistas, rúbulas e funcionários públicos, modificou o panorama social do final do século XIX. Sidney Chalhoub (2003), um dos primeiros a apresentar essa possibilidade análise da lei, argumentou que o Ventre Livre viabilizou as possibilidades de os escravizados obterem alforria, mesmo contra a vontade do senhor, e retirou o poder dos últimos de ter o direito de libertar os filhos de suas cativas, sendo “um passo decisivo na luta para submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei”, o que abalou “a ideologia paternalista que -ao lado da violência física direta - garantira o controle social na escravidão por séculos” (CHALHOUB, 2003: 90).

Pesquisas recentes destrincharam os artigos da Lei, e analisaram como os cativos utilizaram seus dispositivos, em busca de traçar seus próprios caminhos para a liberdade. Os trabalhos de Celso Castilho (2018) e Mariana Paes (2021), o primeiro no contexto de Pernambuco e o segundo, no de Barra Mansa, destacam como as controvérsias em torno do artigo 8.2 da Lei 2.040 de 1871, que falava sobre a matrícula dos escravizados⁹⁹, criou novas possibilidades na arena dos tribunais. Paes (2018) aborda a lei a partir do viés de gênero e traz o caso de Rita, uma mulher que entrou na justiça em 1880 para demandar a liberdade para si e para seus dois filhos. Rita alegava que não tinha sido matriculada em 1871 por sua ex senhora, o que fazia com que tanto ela, como seus filhos fossem livres. Mesmo com as argumentações do proprietário de Rita de que mesmo não matriculada, a mulher vivia como escrava, o juiz determinou que os três eram livres, pois a matrícula passou a ser o centro do sistema probatório da escravidão. Hebe Mattos (2009) também evidencia a matrícula geral como de tamanha importância nesse contexto, visto que ela criou demarcações mais definidas entre o cativo e a liberdade, estabelecendo que só seriam considerados escravos aqueles que fossem matriculados.

BRITO, Luciana da Cruz (org.). *Ventres Livres? Gênero, Maternidade e Legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

⁹⁸ Apesar de reconhecer as mudanças estabelecidas pela lei, a historiografia, em sua maioria, destacou o seu conservadorismo. Como pode ser visto nos trabalhos de Conrad (1975) e Carvalho (1996).

⁹⁹ O artigo dizia que “os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados a matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos” (BRASIL, 1871).

Na mesma linha da análise de gênero, o trabalho de Lúcia Silva (2021) investigou outro aspecto da lei: o artigo 4º que legalizou as alforrias. A autora ressaltou que, apesar de ser um direito costumeiro desde o período colonial, o pedido de alforria antes da lei de 1871, priorizava a vontade senhorial, pois, por não ser uma prática legalizada, os senhores poderiam rejeitar até mesmo a abertura do pedido. Foi somente a partir do *Ventre Livre* que a maior parte do processo foi colocado na instância judicial, podendo ser iniciado pela escravizada ou pelo escravizado, cabendo ao senhor somente aceitar ou rejeitar o valor da alforria. Caso rejeitasse, a negociação seria refeita, até que ambas as partes ficassem satisfeitas. Também a partir do viés de gênero, Silva analisou o caso da cativa Micaela, da cidade de Campinas, que em 1874 entrou com um pedido de alforria, alegando idade avançada. O proprietário não aceitou o valor oferecido pelo curador de Micaela de 200\$000, alegando que o valor era baixo para uma escrava especializada como ela. Após negociações constantes, o senhor aceitou o valor de 300\$000. Esse processo é um exemplo de como a instância judicial foi um campo de batalhas que as mulheres participaram ativamente e como as mudanças legais tornaram esse ambiente mais favorável às suas demandas.

No que diz respeito ao gênero e a maternidade, Martha Abreu (1996) argumenta que apesar do viés conservador da lei, ela tornou a maternidade da mulher cativa, um direito legalmente validado, criminalizando as cenas cotidianas de separação de famílias cativas. Analisando a opinião pública formulada principalmente por agricultores e lavradores e os debates parlamentares, Abreu observou as diferentes produções discursivas sobre as mães cativas e seus filhos, principalmente aquelas que utilizavam o “amor de mãe” para se referir à essa relação, assim como nas retóricas da maternidade que ganhava cada vez mais espaço nas falas de médicos e moralistas que se referiam às mulheres brancas.

A utilização da retórica da maternidade e do gênero foi reforçada ao longo do século XIX, estando presente nos discursos abolicionistas atlânticos, como estudado por Camillia Cowling (2018). A principal imagem utilizada por esses sujeitos foi a da separação entre a mãe cativa e o filho ingênuo/escravizado, por meio de uma visão “sentimentalizada” que recorria às retóricas de gênero como instrumento para recrutar ainda mais defensores para a causa da abolição, sobretudo, as mulheres brancas das classes mais abastadas¹⁰⁰. A autora argumenta que essas noções foram fundamentais também no cotidiano da escravidão, no qual as próprias mulheres cativas utilizaram essa retórica em ações judiciais para conseguir a liberdade para si

¹⁰⁰ A criação do Livro de Ouro e os eventos de libertação de mulheres e escravas demonstra como as relações maternas foram utilizadas como meio de acabar com o cativo.

e para os seus, embora nem sempre compartilhassem desses valores de maternidade. Assim, a Lei do Ventre Livre criou um repertório propício para as ações de liberdade impetradas, principalmente, pelas mulheres escravizadas, marcando as décadas finais do século XIX como um período de maior número de alforrias para a população cativa.

Dessa maneira, é possível concluir que a Lei do Ventre Livre possuiu um caráter conservador, pois não deu liberdade plena aos filhos das mulheres cativas, além de fazer com que esses continuassem sob o poder senhorial. No entanto, a partir dela, a escravidão foi oficialmente desmoralizada e teve seu fim colocado em perspectiva, oficializando a implementação do modelo de emancipação gradual da escravidão, adotado em outros locais das Américas.

Por meio da Lei do Ventre Livre, também foi possível trazer novos olhares para a maternidade no século XIX, já que a lei evidenciou a relação da mulher cativa com seus próprios filhos, e trouxe a “maternidade” - conceito utilizado principalmente para falar sobre as mulheres brancas durante o século XIX- para se pensar a maternidade das escravizadas. As noções de gênero na escravidão, assim como marcaram e estigmatizaram o corpo de mulheres escravizadas, também foram fundamentais para a denúncia de situações que faziam parte das cenas cotidianas do cativo, como a separação de mães e seus filhos e filhas. Assim, a retórica da separação, destacada principalmente nos meios abolicionistas, chamou a atenção para a situação de invisibilidade da maternidade das mulheres escravizadas que eram as mais expostas à violência senhorial e à separação de seus filhos a partir da venda ou aluguel.

3.2- A SEPARAÇÃO DE MÃES ESCRAVIZADAS E FILHOS INGÊNUOS NOS DEBATES SOBRE A LEI DE 1871

O desmantelamento de famílias escravas era recorrente no sistema escravista, ocorrendo desde a captura em África. A separação de mães e filhos também foi uma condição presente na realidade das escravizadas da Corte, sobretudo daquelas que eram alugadas como amas de leite. Mariana Muaze (2018) realizou um levantamento no *Jornal do Commercio(RJ)* nos meses de abril, agosto e dezembro de 1840, e concluiu que dentre 1.238 anúncios de escravos domésticos, apenas 1 (um) especificava a venda de mãe e filho juntos. Os anúncios que “silenciaram” essa

informação, segundo a autora, podem ser entendidos como sinalizadores de que a criança poderia ter sido separada de sua mãe, ou que poderia até mesmo estar morta.

A realidade das crianças na cidade escravista, era composta de trabalhos pesados, que por muitas vezes substituíam ou complementarizavam o trabalho dos adultos. Meninos e meninas serviram nas vendas e no pastoreio, eram colocados para buscar água nos poços, serviam como “moleques de recado”, ou como “divertimento” para as crianças senhoriais, servindo como seus “brinquedos”. Os filhos que acompanhavam as mães no trabalho na casa senhorial, poderiam, ser igualmente expostos às violências do poderio senhorial, como mostrou Maria Helena Machado (2019) ao trazer o delicado caso da morte do filho da cativa Geminiana, assassinado por Ana Rosa Viana Ribeiro- a Baronesa do Grajaú. Mulher de posses, esposa de um médico, chefe do partido liberal do Maranhão, a baronesa foi julgada, em 1876, por assassinar com requintes de crueldade, o menor Inocêncio, de apenas 8 anos de idade. O corpo foi enterrado por Ana Rosa, mas seu estado fez com que fosse exumado para autópsia, que constatou um assassinato acompanhado de tortura.

Não foram poucas as dificuldades encontradas pelas famílias escravas no interior dos lares senhoriais. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, floresceram ideários antiescravistas na Europa e nos Estados Unidos que ressaltaram tal caráter desumano da escravidão, mostrando que a instituição “se opunha aos princípios do cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva, violava o direito natural etc” (ROCHA, 2000: 45). No Brasil, o antiescravismo só ganhou força na segunda metade do século XIX, e nesse panorama, a ideia da comoção pela causa escrava, esteve fortemente presente em discursos abolicionistas. As retóricas de gênero e de “compaixão” pelas mulheres escravizadas foram uma das principais estratégias de convencimento à causa da abolição. Questões como a negação ao “sagrado” direito da maternidade, os perigos dos abusos sexuais dos senhores com suas escravas e a falta de uma legislação específica para essas violências, eram os principais meios de gerar comoção e sensibilidade na população (COWLING, 2018).

Essas retóricas podem ser notadas no romance abolicionista de Duarte Badaró, “*Fantina- Scenas da escravidão*” (1881), o qual conta a história de Fantina, uma mucama constantemente assediada e estuprada por seu senhor. Após sua senhora ter descoberto o caso, a escrava foi gravemente agredida e torturada pela mesma. Às vésperas de dar à luz, adoeceu e foi retirada da casa senhorial, indo morar na rua, onde viveu na mendicância com sua filha Júlia. Estando na rua, se entregou à embriaguez e faleceu, deixando órfã a pequena ingênua. O fim

trágico da cena de Fantina faz parte desse repertório de “compaixão” pelas mulheres que estariam em condições de escravidão e que não teriam a oportunidade de cuidar de seus filhos.

No período dos acalorados debates sobre a emancipação gradual, as retóricas sobre maternidade, separação dos filhos e “natureza” feminina, foram utilizadas como argumento não só a favor, mas também contra a Lei Rio Branco. Em 1870, o *Jornal do Commercio* publicou a carta de “Um agricultor brasileiro a seu paiz XXXV” na coluna “Publicações a pedidos”. O autor não identificado, discordava da emancipação gradual iniciada a partir do ventre livre, defendendo que esse processo deveria ser substituído por algo mais lento, que começasse a partir da libertação dos cativos com mais de 50 anos, e com a diminuição progressiva da rotina de trabalho dos outros escravizados. A separação da mãe e do filho é usado como argumento central do autor para desmoralizar a prerrogativa da lei. O autor utiliza a retórica baseada nas significações sobre a importância social da maternidade, destacando que o ventre livre seria motivo de infelicidade para a vida dessas mulheres.

O ventre livre só trará martyrio para as mães captivas e a morte para milhares de infelizes crianças! Além disto, na mesma ideia do bem precisamos respeitar certa ordem das coisas que é-nos vedado inverter. A mãe é um todo; o ventre é uma parte desse todo, Ora, compadeceremo-nos da parte e não do todo, é termos compaixão do mal pequeno e não do grande, o que é absurdo¹⁰¹.

Ao se posicionar contra a abolição gradual, o autor utiliza a imagem da mortalidade de crianças, e principalmente do sofrimento das mães cativas. Também ressalta que o parlamento precisaria respeitar certa “ordem das coisas que é-nos vedado inverter”, o que pode ser interpretado de duas maneiras: o autor acreditava que a lei seria prejudicial à hierarquia social fundamental para a manutenção do poderio senhorial, que era a concessão da liberdade feita a partir da vontade senhorial; e segundo, que a ordem “natural” faz referência à “natureza” biológica da maternidade na qual “a mãe é um todo e o ventre é parte desse todo”, portanto, a separação contrariava tanto a natureza do poder senhorial, como a dos laços maternos biológicos entre a mulher e o “fruto” de seu ventre. As retóricas sobre a natureza são evidenciadas nos discursos de homens que procuraram “naturalizar” a própria escravidão. A exemplo dessa abordagem tem-se a fala do Dr. Barros Cobra, no dia 24 de julho de 1871, recuperado por Mendonça (2018), no qual o deputado utilizou uma analogia na qual os ventres das mulheres cativas seriam como árvores nas propriedades de senhores e os os frutos os ingênuos. Assim, Cobra destacou que “mesmo que não estivesse constituída a posse efetiva e

¹⁰¹ “Publicações a pedido” . Assinada por “Um agricultor brasileiro a seu paiz XXXV”. *Jornal do Commercio* (RJ) 1870/ edição 00197. Disponível em:

real do fruto do ventre” que ainda não tivesse nascido (...) havia sem dúvida, um direito adquirido a esse fruto tão rigoroso como o do proprietário da árvore aos frutos que ela pode produzir” (MENDONÇA, 2018: 280).

Na voz de um dos opositores da lei no Parlamento, o deputado Francisco Bonifácio de Abreu, o Barão da vila da Barra, médico e parlamentar; o ventre cativo é utilizado como maneira de argumentar contra a lei, já que na sua opinião, mãe escrava não poderia gerar filhos cativos. Para isso, recorre até mesmo à aspectos da sua formação em medicina, argumentando que o filho da escrava não pode ser considerado “ingênuo”:

Quem faz o ingênuo é a mulher liberta ou livre, e não a escrava. A este respeito lembra-me um facto que se deu em minha província no tempo dos antigos governadores. Um moço entusiasmado chegou-se um dia ao pé do professor da antiga escola de cirurgia, e disse-lhe: "Não sabe, o governador fez-me cirurgião-mór". (Risadas) O professor, sabendo que o moço nada tinha estudado, respondeu-lhe: mór poderia elle fazê-lo, mas cirugião só a escola é quem faz. (Risadas) O mesmo eu firia a algum desses nascidos de mulher escrava, e que me viesse impingir que era ingenuo: "Liberto podereis ser, porém ingenuo não, porque quem faz o ingenuo é a mulher liberta ou livre, e vós sois filho de uma escrava". (Apoiados)¹⁰²

O Barão faz referência a formação de cirurgiões como metáfora para expressar sua opinião sobre a lei. Na situação descrita pelo médico, um moço se dizia cirurgião pois o governador o teria feito, sem que ao menos tivesse estudado para isso. Assim, ganharia a autoridade do governador, mas esse homem não seria reconhecido como professor. Do mesmo modo, os filhos nascidos de mães escravas, não poderiam ser considerados ingênuos, já que não nasceu em condição de liberdade. Em sessão do dia 18 de agosto de 1871, o Barão da Villa da Barra utiliza a retórica da mãe escrava como possuidora de “amor”, portanto, seria uma “barbaridade” fazer com que seu filho ocupasse um status jurídico diferente do seu, fazendo com que se afastasse da mãe. A partir dessa separação, afastando-se da maternidade, a mulher escrava, aproximar-se-ia da prostituição nos “lupanares”:

A escrava tem coração, tem laços de sangue, de amor, de amizade, que convém respeitar, porque seria uma barbaridade separar os indivíduos que compõem uma família escrava. Trata-se de combater a proposta do governo? A escrava não tem mais coração, nem laços de afeição e de amizade: risca de prompto o seu passado, deixa indiferente o lugar onde viu o sol nascer pela primeira vez e vai engrossar a torrente dos lupanares.¹⁰³

Na fala do Barão, a mulher escravizada é dotada de “amor”, “amizade”, predicados normalmente negados às mulheres cativas. Mas se fosse separada de seus filho por meio da Lei,

¹⁰² Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ), 11 jul, 1871, n°00002 p.97

¹⁰³ Diário do Rio de Janeiro, 21 de ago, 1871, n°00231 p.1-2

a escravizada perderia esse amor, se entregando à prostituição dos lupanares. O que coloca a maternidade e a prostituição em esferas totalmente opostas. As argumentações do barão demonstram que a retórica da maternidade foi amplamente utilizada na esfera política como argumento de validação da escravidão. Nesses discursos, a imagem da mulher escravizada se aproxima das noções de gênero compartilhadas nos trabalhos médicos; a mulher cativa é exaltada ao papel de mãe, e a separação entre ela e seus filhos, seria ainda mais prejudicial para os rumos da nação.

Os debates parlamentares que antecederam a promulgação da Lei do Ventre Livre e a opinião pública sobre as mudanças na jurisdição foram noticiados diariamente em jornais de grande circulação no período, como o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro*¹⁰⁴. Os debates também foram publicados nos *Anais do Senado do Império do Brasil*. Para essa pesquisa, foram analisados os debates do mês de setembro de 1871, transcritos e publicados no livro V do Senado Federal, desde o dia 1º até 30 de setembro de 1871¹⁰⁵. As sessões versaram sobre assuntos diversos que estavam em discussão no período, como a introdução da mão de obra de trabalhadores livres no Império, imigração de europeus brancos e as questões relacionadas à administração pública. No entanto, a questão do Elemento Servil foi a que mais demandou atenção e gerou conflitos entre os parlamentares. A análise aqui exposta se atém somente às discussões sobre o Elemento Servil, no que diz respeito às retóricas de políticos que utilizaram a maternidade das mulheres escravizadas como meio de justificativa tanto para a condenação, como para a defesa da Lei.

Foram tecidos diversos prognósticos sobre a legislação, que utilizavam a imagem da família escrava, mas principalmente das mães escravizadas como principais afetadas pelas modificações jurídicas. Nas últimas discussões antes da aprovação do Ventre Livre, o senador Cândido Mendes de Almeida (MA), conservador e adversário do projeto, utilizou noções de gênero sobre as diferenças entre os sexos- aquelas que também são encontradas nos discursos médicos- para encontrar uma nova alternativa de emancipação gradual. O senador argumentava que a libertação das crianças cativas seria um prejuízo muito grande ao Estado, portanto, a saída encontrada, seria libertar primeiramente as mulheres como alternativa mais “fecunda e

¹⁰⁴ Os debates sobre a Lei do Ventre Livre foram analisados por Martha Abreu (1996) a partir das publicações do jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Ver: ABREU, Martha. “Slave Mothers and Free Children: Emancipation and Female Space in Debates on the ‘Free Womb’ Law, Rio de Janeiro, 1871”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 28, n. 3, p. 567-580, 1996

¹⁰⁵ *Anais do Senado do Império do Brasil, 1871, Livro V*. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1871/1871%20Livro%205.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

moralizada”. A mulher escrava, na visão de Cândido Mendes de Almeida, seria menos propensa a fugir, mesmo tendo sua liberdade concedida por lei. O senador expôs que: “na raça escrava, como na livre, o homem é mais dotado de razão e a mulher de sentimentos mais elevados. O escravo liberto esquece o filho e a mulher. A escrava liberta trabalha por libertar seu filho e o pai de seu filho”¹⁰⁶. Dessa maneira, a libertação das mulheres seria uma alternativa mais pacífica e, ao mesmo tempo, manteria os lucros dos proprietários, por não haver perigo que “a mulher liberta abandone o trabalho; pelo contrário, ela se acostumará ao trabalho livre junto de seu antigo senhor e dará um exemplo profícuo”¹⁰⁷.

Desde as primeiras discussões sobre a situação da escravidão no Brasil, a figura da mulher escrava foi mobilizada como meio de transformação da população cativa africana. Nos projetos escravistas de manutenção da escravidão, as mulheres foram destacadas como portadoras de um “dom natural” para a reprodução e também como responsáveis por controlar os homens, pacificando seus “instintos rebeldes”¹⁰⁸. Na “*Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*” (1823)¹⁰⁹, José Bonifácio de Andrada foi um dos pioneiros em chamar a atenção para a necessidade do incentivo da reprodução e do cuidado com as mulheres escravizadas, sobretudo as grávidas e da formação de famílias civilizadas entre os cativos, para combater as “imoralidades” da escravidão.

De acordo com as determinações do gênero, as mulheres escravas seriam menos propensas às fugas e passariam mais tempo com seus filhos para cuidar e amamentar. No entanto, as motivações que justificam, em alguma medida, o interesse do senador em relação à libertação dessas mulheres, dizem respeito à tentativa conservadora de manter por mais tempo a mão de obra de jovens e de preservar as hierarquias sociais vigentes, já que as mulheres continuariam servindo aos senhores de seus filhos. O Senador Joaquim Antão¹¹⁰ utilizou a retórica do amor materno para criticar o caráter da Lei de conceder a liberdade sem a mediação dos senhores. Segundo o sr. Antão, a melhor maneira de manter a ordem, num contexto de

¹⁰⁶ Anais do Senado, 12 de set, 1871. Livro V. p.114

¹⁰⁷ Anais do Senado, 12 de set, 1871. Livro V. p.114

¹⁰⁸ SANTOS, Martha S. Mothering slaves, labor, and the persistence of slavery in Northeast Brazil: a non-plantation view from the hinterlands of Ceará, 1813–1884. *Women's History Review*, jun. 2017.

¹⁰⁹ Proposta de manutenção da escravidão, para a emancipação gradual criada por José Bonifácio no conturbado período da Independência do Brasil. Para saber mais sobre a questão do gênero na proposta de José Bonifácio, ver: SOUSA, C. Raça, gênero e maternidade: as mulheres escravizadas na proposta de emancipação gradual de José Bonifácio. Em *Tempo de Histórias, [S. l.]*, v. 1, n. 36, 2020. DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.31684. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31684>. Acesso em: 20 mar. 2021.

¹¹⁰ Joaquim Antão foi senador de Minas Gerais entre 1871-1887. Era formado em direito e pertenceu ao Conselho do Imperador, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ver: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jafernandesleao.html>> Acesso em:

mudanças sociais, seria manter o poder dos senhores de eles mesmos concederam a liberdade às crianças de suas escravas “porque quando se liberta o filho de uma escrava, porque ela tem merecimento, é sempre ato de generosidade de que elas se mostram muito agradecidas”¹¹¹. Assim, a Lei do Ventre livre era vista como um risco para o enfraquecimento da autoridade senhorial, pois a partir do momento em que o estado fizesse a mediação entre as relações dos senhores e dos escravos, os últimos perderiam o sentimento de “gratidão” e os senhores não teriam mais a “força moral” (ABREU, 1996: 575)

O senador Visconde Do Rio Branco, presidente do conselho e principal defensor do Ventre Livre no parlamento, argumentando em favor de sua promulgação, destacando que “as escravas sempre manifestaram um grande pesar por verem seus filhos reduzidos à mesma condição em que elas se achavam”¹¹² e que algumas delas lançavam mão do infanticídio como meio de libertá-los da escravidão, como relatou no dia 15 de setembro de 1871:

O nobre senador, como todos os meus ilustrados colegas, sabe que as escravas sempre manifestaram um grande pesar por verem seus filhos reduzidos a mesma condição em que elas se achavam; há fatos notáveis. Eu era ministro em 1854, quando de um ponto da província do Rio de Janeiro vieram comunicações ao governo de que alguns fazendeiros se arreceavam dos meios por que as escravas estavam pondo á fim vida de seus filhos. Se isto é certo, como é que o nobre senador não vê no estado atual de coisas degolação de inocentes, lei de Herodes¹¹³.

Outro entusiasta da emancipação gradual, o Visconde de São Vicente, destacou que as escravizadas, como consequência de seu “amor desvairado”, priorizavam a liberdade de seus filhos, colocando-a a frente até mesmo da vida destes. O senador acreditava que a mãe escrava era “coagida” a “violiar um dever sagrado”, como consequência de um “amor desvairado”. Esse tipo de amor era aquele que faria de tudo para que seus filhos não sofressem as consequências do cativeiro, até mesmo o infanticídio. A partir da lei, o amor desvairado seria substituído por um amor “racional”, pois as mulheres se alegrariam ao saberem que seus filhos não mais compartilhariam de semelhante situação dessas sujeitas. Nas palavras do senador, em discurso do dia 9 de setembro de 1871, foi destacado que:

As escravas atuais já não são tão ignorantes como as africanas, já aspiram mais à liberdade, e julgando que os filhos serão infelizes no cativeiro, procuram meios de dar-lhes nascimento antes de tempo.

¹¹¹Anais do Senado, 14 de set, 1871. Livro V. p.136

¹¹²Anais do Senado, 14 de set, 1871. Livro V. p.150

¹¹³Anais do Senado, 12 de set, 1871. Livro V. p.114

Outras deixam de trata-los em a sua minoridade quando enfermos, preferem a ideia do céu, à escravidão¹¹⁴.

Ambos os senadores se referem às práticas de infanticídio e aborto, ambos tópicos extremamente delicados e que foram abordadas de uma maneira trágica e romantizada em muitos escritos do século XIX. Tais atos tem sido reconhecidos nos estudos históricos como frutos de desespero, mas também como meios de resistência, como destacado por Maria Lucia Mott (1989) e Telles (2018). Mott pensou o aborto e o infanticídio a partir da ótica da resistência, destacando que esses atos poderiam ser uma maneira de as escravizadas reduzirem a sua capacidade de produzirem “mercadorias” (crianças) aos senhores e também de não produzirem leite para amamentar à prole dos proprietários. A autora reconheceu que a motivação das escravizadas também poderia envolver a tentativa de livrar seus filhos da escravidão, no entanto, essa não configuraria um ato unânime como exposto nos discursos que falavam sobre essas mulheres

Por outro lado, o Ministro da Agricultura, o magistrado Teodoro Machado Silva (1871-1872), dizia ser desnecessária uma lei que impusesse aos senhores o cuidado e sustento dos filhos das mulheres escravas “porque está no pensamento de cada um de nós que, achando-se a escrava no poder do senhor, e ele usufruindo seus serviços, não se deve interromper as relações a que a maternidade está sujeita, sobretudo na primeira infância dos filhos”¹¹⁵. No entanto, essa não foi a realidade dessas mulheres, que, mesmo após a promulgação da lei, continuaram sofrendo com a separação dos seus filhos¹¹⁶. Durante as discussões sobre o ventre livre, os políticos realizaram prognósticos, sobre as consequências que ela traria para os proprietários e para lavoura brasileira. As infundáveis discussões acerca do papel e do impacto do “ingênuo” na hierarquia social e na economia, foi um tópico insistentemente abordado nesses últimos debates.

A real preocupação dizia respeito a perda da mão de obra escrava e à desestabilização das relações senhoriais, visto que o ingênuo nasceria em condição de liberdade, proveniente do seu status jurídico determinado pelo Estado. A situação do ingênuo foi pauta de discussão entre os senadores nas últimas discussões antes da aprovação da lei. O senador conservador, Joaquim

¹¹⁴ *Ibidem*, p.90.

¹¹⁵ *Ibidem*, p.173.

¹¹⁶ A partir das teses médicas, foi possível observar as maneiras diversas pelas quais os senhores lançaram mão para se livrar da possibilidade de cuidar dos filhos de suas escravizadas, sem que isso ofereça prejuízos à propriedade. A discussão foi exposta nessa dissertação, no ponto 3.3. *Filhos abandonados e mães sofredoras: Breves considerações sobre os discursos médicos acerca da Lei do Ventre Livre*.

José Rodrigues Torres (1844-1872) - nomeado Visconde de Itaboraí em 1854- foi contrário à lei, argumentado que a condição de ingênuo dos filhos das escravizadas traria incalculáveis despesas ao Estado, pois a liberdade exigiria que o governo imperial tivesse que promover a abertura de escolas, locais de instrução e oficinas de trabalho para as crianças e jovens. O Visconde também alegava que os ingênuos seriam elementos da desordem e conflitos, pois não trabalhariam até os 21 anos sem receber remuneração por um trabalho com o qual não possuíam vínculos jurídicos.

As ideias que se seguiram sobre a Lei do Ventre Livre diziam respeito, principalmente às consequências que a lei traria à lavoura. Nessa perspectiva, os fazendeiros seriam os que sofreriam as consequências diretas das mudanças jurídicas que envolviam não só a liberdade do ventre, mas a institucionalização da alforria como um direito dos cativos. Nessa perspectiva, os prognósticos a favor e contra o Ventre Livre utilizaram as imagens das mães cativas como mulheres que pelo amor à seus filhos fariam de tudo para os terem ao lado. Assim, é possível perceber como as noções sobre maternidade e natureza circularam tanto nos trabalhos médicos, como nos debates que cercaram a institucionalização da emancipação gradual nos quais parlamentares defendiam a presença do “amor racional” das mães escravizadas e da sua vontade de permanecerem com seus filhos.

3.3- FILHOS ABANDONADOS E MÃES SOFREDORAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DISCURSOS MÉDICOS ACERCA DA LEI DO VENTRE LIVRE

Os médicos estiveram inseridos em seus contextos sociais, tecendo opiniões acerca das mudanças institucionais, o que faz com que o discurso médico deva ser considerado algo que “se elabora no seio da sociedade e como resposta a seus questionamentos, e não num universo científico totalmente subtraído da realidade (FAURE, 2012: 15). Dessa maneira, a partir das teses é possível identificar alguns pareceres médicos a respeito das consequências da Lei de 28 de Setembro para as mulheres e seus filhos. Não é possível generalizar essas opiniões como dominantes no pensamento médico, mas elas configuram importantes evidências sobre como os médicos teceram suas opiniões próprias frente às mudanças das últimas décadas do Império.

Nas discussões sobre o Ventre Livre, Roth (2013) destaca que as mulheres cativas foram consideradas detentoras de instinto materno e honra sexual, assim como as mulheres brancas. Nesse contexto, a ideia da separação entre filhos e escravizadas foi uma das argumentações

mais recorrentes tanto nas discussões sobre a Lei, como no repertório médico, podendo ser identificada nas teses da FMRJ desde a década de 1830. Nas teses médicas, é possível perceber que a ênfase nessa situação seria porque a separação era causa de tristeza profunda nas cativas, tendo como principal consequência a melancolia e a alteração da composição do leite que alimentaria as crianças brancas, no casos das cativas que fossem amas de leite. O Dr. Juvenal Martiniano Neves (1873) cita um caso que teria observado na maternidade na qual foi interno, onde diz ter visto uma mulher que teve seu filho retirado logo depois do parto:

Observei com grande magoa muitos d'estes factos, quando fui interno de uma das maternidades da corte. Adormecida a pobre parturiente, quando ela procurava pelo sono recuperar as forças exaustas no doloroso trabalho do parto, tiravam-lhe o seu inocente filhinho, e mandavam coloca-lo na roda; mais tarde, quando a desgraçada acordada procurava com ansiedade o furto de suas entranhas; e que sabia que elle havia sido levado para a roda, desfazia-se em lagrimas, e mergulhava-se em uma grande tristeza. Este facto que a primeira vista parece pouco importante influe de tal modo sobre o moral da escrava, que a torna inapta á aleitar outra criança (NEVES, 1873: 37-38)

O médico utilizou a retórica da maternidade, nesse caso, chamando a atenção para o fato de como as emoções podem afetar a moral da escrava, a ponto dessa não poder amamentar outra criança, pois, como mencionado no capítulo anterior, acreditava-se ser o leite, um veículo de doenças, mas também de virtudes e desvirtudes¹¹⁷. Dessa maneira, a tristeza da separação tornaria a escrava inapta para amamentar outras crianças e conseqüentemente, um potencial perigo para a sociedade abastada, já que seria grande a possibilidade de que essa fosse alugada como ama de leite. No entanto, não é possível desconsiderar como a separação e a quebra de vínculos com os recém nascidos por meio da compra ou da venda possa ter sido responsável por uma tristeza tão marcante na vida dessas pessoas, que não seria invisível nem mesmo aos olhares brancos.

O Dr. Francisco Xavier, em sua tese de 1833- período em que se discutia o fim do tráfico de africanos para o Brasil- fez uma associação dupla entre a tristeza das mulheres que, saídas de África, eram obrigadas a “deixarem seus costumes e a servirem mais por medo, do que por amor” e eram “forçadas ordinariamente a aleitarem contra sua vontade filhos, que não são seus” (XAVIER, 1833: 16-17). Na historiografia da saúde e escravidão, a tristeza profunda dos africanos e africanas transportados para o Brasil, gerada pelo sentimento de nostalgia de sua

¹¹⁷ Essa questão foi desenvolvida no capítulo 2.3 “*Mães escravizadas, o “leite nocivo” e a questão da raça*” dessa dissertação.

terra natal, era uma moléstia denominada “banzo”. O que nos estudos de Ana Maria Galdini Oda, se caracterizava por:

Um ressentimento entranhado por qualquer princípio”, seria causado por “tudo aquilo que pode melancolizar”: “a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; à ingratidão, e aleivosia (...); a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam (...)” Esta “paixão da alma, a que se entregam, que só é extinta com a morte”, parece ao autor uma forte prova do que dissera antes sobre o caráter dos africanos (fiéis, resolutos, constantíssimos...), sendo resultado do ressentimento pelo “rigor com que os tratavam os seus senhores”, rigor acrescido de “crueldade e tirania” na versão mais longa do texto (ODA, 2007:356).

O banzo foi primeiramente descrito no século XVIII, como uma doença que afetava os negros ainda na travessia, fosse pela violência excessiva dos traficantes, fosse pela nostalgia da terra da onde foram retirados forçadamente. A sua abordagem no século XIX esteve dentro dos “perímetros temáticos” dos abolicionistas europeus, que criavam imagens contraditórias sobre os negros. Segundo Slenes (2022), o viajante Johann Moritz Rugendas (1802-1858) foi um dos produtores dessas abordagens. Elas destacavam, primeiramente, a desumanidade do sistema escravista e seu efeito catastrófico para os senhores e cativos; a possibilidade dos negros se integrarem a sociedade dominante e seu potencial para o esclarecimento e do rompimento do seu estado de selvageria natural. A partir de suas litografias, o autor utilizou meios de mobilizar o público a ter simpatia pelo sofrimento escravo, utilizando uma perspectiva etnocêntrica cristã, que aproximava o sofrimento do negro ao de grandes personagens da bíblia, como o profeta Abraão.

Na historiografia sobre gênero e escravidão, ainda não é possível identificar um termo específico no caso de tristeza de mulheres que tiveram algum tipo de relação traumática após o parto, ou que tiveram seus filhos retirados posteriormente. Entretanto, essas cenas são incansavelmente citadas nas fontes, apesar de serem utilizadas como retórica para chamar a atenção para a própria ilegalidade da instituição da escravidão, ou para como os negros poderiam se tornar nocivos ao convívio com os brancos, elas merecem maior atenção. No artigo “*The nameless and the forgotten*”, Sasha Turner (2017) chamou a atenção para ausência de estudos que se debrucem sobre as experiências e os valores maternos partilhados pelas mulheres escravizadas. Nas informações encontradas sobretudo em “fragmentos” de fontes, se torna um grande desafio estudar questões do cotidiano como as dores das mulheres frente a perda de seus filhos, e suas próprias ideias sobre maternidade, cuidado e amamentação

Na tese do Dr. Antonio Pereira (1874), ele destaca que as amas escravizadas e mães seriam prejudicadas tanto se estivessem com seus filhos na casa senhorial, como também, não estando com eles, pois a sua rotina diária seria de acordo com o interesse senhorial, estando “contra a sua vontade”, já que teria que prestar cuidados a outro bebê que não era o seu. Também é evidenciada a subalimentação que as crianças poderiam receber, não podendo ser amamentadas por suas mães, o Dr. Idelfonso Castilho ressaltava que “além de tudo, é muito raro que a escrava não esteja sob a influência de emoções morais, já pela separação forçada do filho, que é entregue aos perigos do aleitamento artificial e da alimentação prematura” (CASTILHO, 1882: 14). No *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil (1849)* o problema da alimentação dos bebês é desenvolvida e associada à negligência dos senhores e ao aumento da mortalidade infantil:

“Bastante incúria reina entre os proprietários na má escolha que fazem dos alimentos no tempo de desmamarem as crias, as quais com os órgãos gástricos ainda muito delicados, e por isso suscetíveis a se irritarem, sí acostumados a digerirem o leite, são logo submetidos a uma alimentação grosseira, como seja o feijão, o angú; e isto é tanto mais estranhável, quando alguns proprietários tem aliás meios de sobra para das ás crias uma alimentação conveniente á sua idade (...) A esta má escolha de alimentos é que é devida por certo a grande mortalidade de crioulinhos.” (DUARTE, 1849: 29)

A mortalidade infantil causada pela administração de alimentos errados às crianças foi foco de diversas teses, sendo uma das principais pautas dos médicos que defendiam o aleitamento materno e a condenação do uso de amas de leite. No entanto, o espaço reservado à questão da alimentação das crianças filhas de mães cativas só pode ser percebido a partir de fragmentos de informações contidos nesses trabalhos. Outro aspecto citado nas teses, é o fato da separação de mães que tinham seus filhos colocados na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia. Tal dispositivo amplamente utilizado em Portugal, foi trazido para o Brasil, ainda no período colonial. No Rio de Janeiro funcionou como forma de controlar as constantes cenas de abandono infantil nas ruas da cidade. “A Roda consistia num cilindro que unia a rua ao interior da Casa de Misericórdia (...) funcionava dia e noite, e qualquer um, furtivamente ou não, podia deixar um pequerrucho no cilindro sem ser notado ou muito menos incomodado” (VENANCIO, 2004:200). Elas podiam ser abandonadas por suas famílias por motivações diversas como a morte dos pais, a entrega por conta de problemas financeiros. Ela funcionava como um meio de salvar crianças da morte, mas ao mesmo tempo foi mantida como um meio

de abafar as diversas motivações vistas como imorais que tiveram como consequência o abandono infantil.

A entrega de crianças cativas e pobres à roda dos expostos pelos senhores poderia ser motivada pela falta de aceitação de uma criança na propriedade, por dispender mais gastos, ou para até mesmo para esconder filhos e filhas provenientes de relacionamentos extraconjugais. Existiam diversos impasses que faziam com que as próprias mulheres abandonassem seus filhos na Roda. Um deles era a impossibilidade de trabalhar junto com o filho e também não ter condições para sustenta-los. No caso das mulheres cativas, Venâncio (2004) destaca que “enjeitar” os próprios filhos poderia ser um gesto de “ternura”, pois essas mães tinham esperanças de que seus filhos fossem criados como livres.

A Casa dos Expostos foi a instituição da Misericórdia responsável pela assistência das crianças em situação de abandono. No Rio de Janeiro, foi criada em 1738 sendo responsável por recolher e cuidar das crianças entregues a outras mulheres denominadas “criadeiras” que eram pagas para cuidar das crianças. No ato de recolhimento do enjeitado na Roda, eram registradas informações como cor, sexo, raça, vestimenta, o horário da entrega, estado de saúde e os recados que eram deixados junto às crianças¹¹⁸. Dessa maneira, desde o Brasil colonial, “a criação das rodas dos expostos marca o processo de institucionalização do abandono, uma vez que foi a saída encontrada no sentido de compatibilizar a prática com os ideais morais católicos” (SANGLARD & FERREIRA, 2018: 161-162 apud COSATI e GIL, 2021).

Em uma visita do Dr. Augusto Cunha à Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, na Corte, em 1873, dois anos depois da Lei do Ventre Livre, o médico relata que: “o maior número de expostos eram de cor preta e parda; a Irmã Superiora disse-nos que isso começou a dar-se com maior frequência de Setembro do ano atrasado em diante, o que nos leva a considera-la consequência da nova lei do elemento servil” (CUNHA, 1873: 83). Além disso, havia aumentado consideravelmente a mortalidade dos expostos com idades de 1 dia à 1 mês (recém-nascidos). O médico ainda justifica a sua observação, utilizando o relatório do conselheiro Pereira Rego sobre as estatísticas de mortalidade dos expostos entre 1 de julho de 1851 a 30 de junho de 1872 no qual foi notificado que as taxas de mortalidade dos expostos havia aumentado nos anos que cercavam a lei. Os dados mostravam que, de 1868 à 1869, a porcentagem de mortalidade dos expostos era de 39%, tendo um aumento no ano de votação da

¹¹⁸ Sobre as crianças depositadas na roda dos expostos, ver: DOS SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, 2005

Lei do Ventre Livre, sendo a porcentagem 44,2% entre 1870 e 1871. Na contagem seguinte, entre os anos de 1871 à 1872, ela cai timidamente para 42,4%. O dr.Cunha tinha algumas hipóteses quanto ao aumento das taxas de mortalidade dos expostos, a principal delas era a questão da aprovação da Lei do Ventre Livre e o fato das crianças serem colocadas na roda em “estado lastimável”, “algumas sem ao menos terem sido lavadas, com o cordão umbilical” estando algumas “quase moribundas e mesmo mortas” (CUNHA, 1873:85). No entanto, Roth (2013) destaca que nos debates que sucederam a Lei, destacava-se que uma de suas consequências era justamente o aumento no número de crianças abandonas e que foram a óbito, pois os senhores não se empenhavam em cuidar dos ingênuos. No entanto, essas narrativas desconsideraram as possibilidades de o aumento desse número estar relacionado ao aumento de abortos praticados pelas próprias cativas por motivações não identificadas.

Outros médicos- assim como o Dr. Cunha- fizeram menção à Lei de 28 de setembro em seus trabalhos, nos anos subsequentes da sua aprovação. A tese do Dr. Ferreira Sobrinho, intitulada “*Das condições que Explicão a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro*” publicada em 1886, dois anos antes da abolição, fala da separação de mães escravizadas de seus filhos ingênuos. O médico expõe a existência de um movimento de mulheres cativas que saíam de províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para se alugarem como amas de leite na capital. Essas mulheres recebiam salários maiores, que seriam entregues aos senhores, e não faziam exames, e seus filhos não seriam inspecionados, já que estariam nas fazendas “quase sempre entregues aos cuidados daqueles que interessam-se pela sua morte, para poupar-lhes o trabalho da criação, porque a lei de 28 de Setembro não permite que depois de 21 anos possam fazer deles negócio como mercadoria” (SOBRINHO, 1886: 36). O médico faz referência ao parágrafo primeiro da lei eu dizia que:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos¹¹⁹.

¹¹⁹ A versão completa da Lei está disponível no Site do Planalto Federal Federal: Planalto Federal BRASIL. Lei 2.040. Dispõe sobre a liberdade do ventre da mulher escrava. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm Acesso em: 25 de outubro de 2021

Em busca do lucro, proprietário enviaram suas escravas para outras regiões pra que fossem alugadas como amas de leite, enquanto negligenciavam o cuidado dos ingênuos, já que não poderia vende-los como mercadorias. No caso dos recém nascidos, poderiam lança-los na Roda dos Expostos, como meio de se livrar das despesas. O Dr. Idelfonso Castilho (1882) destaca a existência de outros meios que os senhores poderiam laçar mão para não terem prejuízo, obrigando as escravas a praticarem aborto, segundo o médico, eles “procuram desembaraça-la do filho, principalmente nas atuais circunstâncias, em que este, ao entrar na vida independente, recebe as caricias da liberdade” (CASTILHO, 1882: 40).

As opiniões médicas sobre a Lei do Ventre Livre (1871) presente nas teses da FMRJ configuram denúncias acerca das tentativas dos senhores de se livrarem dos filhos de suas escravizadas, seja por meio da roda dos expostos; da negligência com os cuidados básicos de assistência; do afastamento da mãe e dos filhos e até mesmo o incentivo ao aborto. O que pode significar que a condição de “ingênuo” poderia significar a permanência e o surgimento de novos desafios. Nas retóricas de separação entre as mulheres cativas e os filhos, é possível perceber como essas mulheres tiveram sua maternidade dificultada pelo trabalho e como a separação de seus filhos poderia lhes trazer profunda tristeza. Nesse sentido, os sentidos de maternidade e as retóricas de gênero utilizadas para se referir às mulheres burguesas se torna também um maneira de criar identidades para mulheres escravas como mães, num período no qual o ventre da mulher escrava era espaço de disputas políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa acerca da maternidade das mulheres escravizadas na Corte se torna uma tarefa complexa, já que a maior parte dos registros sobre elas foi produzido a partir do olhar ocidental de homens brancos provenientes das classes abastadas. Nesse contexto pós colonial, os corpos das mulheres cativas se tornaram espaços de produção e reprodução da escravidão, até a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). O corpo também foi, explorado, violado, investigado e rotulado: “preta”, “escrava”, “mulata”, “liberta”, a partir desses marcadores as experiências de maternidade das mulheres racializadas se tornaram extremamente complexas, a ponto de serem invisibilizadas em produções que falavam sobre o tema.

À luz dos estudos de gênero, raça e saúde é possível entender a maternidade como um conceito que ganha maior atenção no período em que a raça se tornava parâmetro para estudos sobre sociedades civilizadas e incivilizadas. Dessa maneira, a maternidade das mulheres civilizadas deveria seguir os preceitos médico-higiênicos, sendo uma extensão do amor divino, um ato patriótico e transformador para a nação em crescimento. A partir dessa importância da maternidade como valor social no oitocentos, tive como objetivo nessa pesquisa, investigar as imagens sobre mulheres negras criadas a partir dos discursos médicos. A partir disso, selecionei as teses como principais fontes, as quais poderia fazer uma análise mais longa sobre as permanências e transformações nesses discursos.

Identifiquei a presença de fragmentos que falam sobre essas mulheres, principalmente, no que diz respeito a seu serviço como amas de leite na casa senhorial e também nos espaços que ocupavam nas enfermarias, como pacientes e objetos de análise médica. Nos trabalhos sobre higiene, a identidade da mãe como aquela zelosa e amorosa se opunha àquela da ama de leite mercenária, interesseira e sem amor. E quando a ama fosse da “raça negra” ou de “espécie africana”, seria ainda pior, pois reuniria em si todos as características ruins provenientes de sua raça, como a estupidez, as doenças e os vícios. A partir de seu leite, os frágeis bebês brancos se corromperiam, adoeceriam e sucumbiriam. Na perspectiva dualista ocidental, as narrativas sobre mães brancas, produziram imagens a respeito das mães negras, simultaneamente. As amas, que eram mães, foram destacadas como aquelas que levariam doenças para dentro dos lares, promiscuas e sem afeto.

As mães negras não estiveram somente nas casas senhoriais como amas de leite. Também estiveram em leitos de maternidades e em casas de saúde, onde foram apalpadas,

examinadas e estudadas, sob às vistas de professores e estudantes de medicina da Corte. A partir da ciência racialista, que a partir de ciências como a craniometria, mediu, analisou e hierarquizou as raças humanas, acreditava-se que essas mulheres poderiam ser inferiores às mulheres brancas, por conta das dimensões de suas bacias. A pelve da mulher, considerada mais estreita, seria àquela mais próxima da bacia dos símios. A bacia da mulher negra representava a natureza animalizada do negro, e a prova da desumanização dessas mulheres, que na visão da ciência racialista, eram menos sensíveis às dores, por serem naturalmente mais fortes e de inteligência inferior, e por isso, resistente às mais violentas intervenções médicas.

Enquanto algumas dores não foram evidenciadas pelos médicos, outras foram constantemente mencionadas. Chamar atenção para a dor da separação entre mães e filhos, como causadora de “tristeza profunda” nas mães escravizadas, foi uma das maneiras utilizadas pelos médicos para mostrar a importância da permanência dos filhos ao lado de suas mães cativas, pois a separação poderia alterar o leite materno, e causar males para as crianças brancas que elas possivelmente amamentariam. Pautado no repertório abolicionista internacional, o discurso da emancipação no Brasil também evidenciou a situação da mulher escrava como “sofredora”, àquela exposta às mais cruéis violências da escravidão e chamou a atenção para a relação da mãe escrava com suas filhas e seus filhos. Assim, esses discursos que evidenciavam o sofrimento das mulheres com a separação, não podem ser encarados somente como retóricas para transformar o panorama social, mas como possibilidade de enxergar um campo que ainda merece estudos, as dores maternas frente às separações forçadas da escravidão e suas consequências nas vidas das mulheres escravizadas.

Em fins do século XIX a maternidade das mulheres cativas ocupou os espaços políticos, os tribunais, as ruas, sendo uma pauta política e local de disputas. A Lei de 28 de Setembro de 1871, conservadora desde sua criação, foi responsável por tornar a maternidade da mulher cativa um direito, no entanto, esse direito nem sempre foi seguido. Alguns relatos presentes nas teses médicas, ressaltam essa mudança jurídica e suas consequências, evidenciando como os proprietários agiam a partir de estratégias específicas, como o abandono dos ingênuos, para não terem prejuízo, num panorama em que perdiam a autoridade senhorial. A circulação das noções sobre maternidade serviram como catalisadoras no movimento abolicionista e na elaboração das políticas de emancipação do ventre que consideraram essas mulheres portadoras do mesmo dom “natural” e “amor” que faziam referência às noções de maternidade utilizadas para se referir às mulheres brancas.

Assim, num ambiente político, social e científico do século XIX, marcado pela entrada de teorias raciais nos estudos sobre ciência; pelas mudanças legais em relação à emancipação da escravidão e pela elevação da maternidade como um valor social, os médicos criaram imagens ambíguas sobre as mulheres escravas. Aquelas que eram embrutecidas pela raça, incivilizadas e sem amor, também eram identificadas como mães cuidadosas e sofredoras, a partir de retóricas de gênero e maternidade, normalmente delegadas às mulheres brancas. Em um contexto marcado pela escravidão, a maternidade das mulheres cativas foi diferente daquelas das mulheres brancas abastadas, tanto em suas experiências como mulheres, como nas abordagens dos principais interlocutores dos assuntos de maternidade do oitocentos, os médicos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Fontes teóricas (ensaios, livros, teses):

BRETAS, Agostinho Joze Ferreira. *A utilidade de aleitamento maternal e os inconvenientes que resultão do desprezo deste dever*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1838.

CAMARANO, João Baptista Capelli. *Da Alimentação nas primeiras idades*. Rio de Janeiro: Typ de Miranda & Almeida, 1884.

CASTILHO, Idelfonso Archer de. *Hygiene da Primeira Infancia*. Rio de Janeiro: Typ Universal de H. Laemmert & C., 1884.

CASTRO, Francisco de Paula. *Da alimentação nas primeiras idades*. Rio de Janeiro: Typ. De J. D. de Oliveira, 1883.

CERQUEIRA Nicoulau Barboza da Gama. *Hygiene da Primeira Infancia*. Rio de Janeiro: Typ. de José Neves Pinto, 1882.

CUNHA, Augusto Álvares da. *Do aleitamento natural, artificial e misto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica, 1873.

CUNHA, Herculano Augusto Lafsance. *Dissertação sobre a prostituição em particular na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1845.

D'ARAÚJO, José Augusto Cesar Nabuco. *Algumas considerações acerca da utilidade do aleitamento maternal e dos males provenientes do desprezo deste grandioso dever*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1844.

DUARTE, José Rodrigues de Lima. *Ensaio sobre a hygiene da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1849.

EBOLI, Thomaz. *Dissertação sobre hygiene: os prejuizos que causam uma má amamentação*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typographia Popular, 1880.

FERREIRA, Justo Jansen. *Do parto e de suas conseqüências na espécie negra*. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e encadernação a vapor Laemmert & C., 1887.

HORTA, José Ricardo Rebello. *Superfetação*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typografia do Brasil de J.J da Rocha, 1845.

LEITÃO, Antonio Gonsalves d' Araújo. *Hygiene da infancia*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1840.

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Ensaio sobre os perigos a que estão os meninos sujeitos quando não são amamentado por suas próprias mãis. Apresentado na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro na seção de 18 de junho de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia de R. Ogier, 1834. In: *Ex-líbris da Coleção Thereza Cristina*. BN/SOR 69, 2, 11 n.

MARTINS, José Cipriano Nunes Vieira. *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira, Maximino & C., 1882.

MARTINS, José Vieira *Hygiene da primeira infancia*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia de Moreira, Máximo & C., 1882.

MASSON Luiz Nicolao, *Da alimentação nas primeiras idades*. Rio de Janeiro: Typ Imprensa Nacional, 1885.

MEIRELES, Zeferino Justino da Silva. *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal*. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, 1847.

MILWARD, Cornélio Emílio das Neves. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1873.

MOURA, Francisco José Coelho de. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e em particular do mercenário attentas às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1874.

NEVES, Juvenal Martiniano das. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e particularmente do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1873.

REGO, Pedro da Silva. *Dissertação inaugural sobre os cuidados que reclama a mulher depois do parto natural*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1838.

REIS, Celso Eugenio dos. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e em particular do mercenário em relação as condições da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Oliveira & Silva, 1874.

SAMPAIO, Francisco Moreira. *Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente ao mercenário em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typhogrphia Americana, 1873.

SILVA, Caetano Ignácio da. *Proposições Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação as condições em que elle se acha no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1873.

SILVA João Baptista Monteiro da. *Da alimentação nas primeiras idades*. Estudo crítico sobre os diferentes methodos de aleitamento. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1884.

SOBRINHO, Evaristo Ferreira da Veiga. *Das condições que Explicão a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro. Ouro Preto*. Minas Gerais: Typ da Provincia de Minas, 1886.

URCULU Severiano Martins de Oliveria. *Hygiene da Primeira Infancia*. Rio de Janeiro: Typ Imprensa Industrial, 1882.

XAVIER, Francisco Júlio. *Considerações sobre os cuidados e os socorros que se devem aos meninos na occasião de seu nascimento, E sobre as vantagens do aleitamento*. Tese Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1833.

Hemeroteca Digital- Fundação Biblioteca nacional

Annaes Brasilienses de Medicina: edição 00006, Tomo XXV, nov-dez/1873.

Gazeta de Notícias (RJ): edição 00177, 30/06/1879.

Jornal do Commercio(RJ): edição 00197, 19/07/1870.

Annaes do Parlamento Brasileiro (RJ): edição 00002, 11/07/1871, p.97.

Arquivo Público do Estado de Rio de Janeiro

Casa Detenção da Corte- Matrícula de Escravos. *In: Livro: 4*, Subsérie Escravos Matrícula 624, 24 de maio de 1882.

Casa de Detenção da Corte- Matrícula de Escravos. *In: Livro: 4*, Subsérie Escravos, Matrícula 625, 24 de maio de 1882.

Fontes Jurídicas e Legislativas

BRASIL. Lei 2.040. Dispõe sobre a liberdade do ventre da mulher escrava. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.html. Acesso em: 25/10/2021

BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil. Livro V, 1871. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1871/1871%20Livro%205.pdf. Acesso em: 20/01/2022

Dicionário da Língua Portuguesa

M. Dicionario da língua portugueza. Tomo II. Lisboa: Typografia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1878, p.195. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=13141>. Acesso em: 02/02/2022

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Jean Luiz Neves. Discípulos de Asclépio: as teses médicas e a medicina acadêmica no Oitocentos (1836-1897). *Revista Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 07-40, 2019.
- ABREU, Martha. Slave Mothers and Free Children: Emancipation and Female Space in Debates on the 'Free Womb' Law, Rio de Janeiro, 1871. *Journal of Latin American Studies*, v. 28, n. 3, p. 567-580, 1996.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem Precisa de São Nabuco?. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 85-97, 2001.
- ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. 1ª Ed. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- ALTINK, Henrice. Deviant and Dangerous: Pro-Slavery Representations of Jamaican Slave Women's Sexuality, c. 1780-1834. *Slavery & Abolition*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 271-288, august/ 2005.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: a Corte a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- APPLE, Rima D. *Perfect Motherhood: Science and Childrearing in America*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2006.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2015.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 p.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BARRETO, Maria Renilda Nery. Maternidade para escravas no Rio de Janeiro (1850-1889). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 21, n. 2, 2016, p. 389-406.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se "preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARULA, Karoline. “Maternidades oitocentistas: reflexões sobre ser mãe a partir do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis”. In: CARLONI, Karla; FORTES, Carolina (orgs.). *Mulheres tecendo o tempo: experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2020.

CARULA, Karoline. “Alimentação na primeira infância: Médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX”. In: SANGLARD, Gisele (Org.). *Amamentação e Políticas para a Infância no Brasil: A atuação de Fernandes Figueira, 1902 – 1928*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016, p. 31-55.

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, p.197-214, supl., dez. 2012.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTILHO, Celso Thomas. “Já é Lei no Brasil nascer-se livre”: a politização da lei de 1871 em Pernambuco. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da Abolição e da pós-emancipação no Brasil*, 2014, p.17-34.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 83-105, mar./ago. 1988

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney et al (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, Campinas, v. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORRE, Armand. *La mère et l'enfant dans les races humaines*. Paris: O. Doin, 1882.

COSATI, Letícia Conde; GIL, Caroline Amorim. Assistência à infância na cidade do Rio de Janeiro e o combate à mortalidade infantil através da alimentação (1850-1910). *Contraponto*, Teresina, v. 10, n. 1, p. 254-274, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

COUTY, Louis. *L'esclavage au Brésil, par Louis Couty; avec une lettre de M. le sénateur Schoeler*. Paris: Librairie de Guillaumin, 1881.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

COWLING, Camilia, Machado, Maria Helena, Paton, Diana; West, Emily(eds). Mothering slaves: motherhood, childlessness and the care of children in Atlantic slave society. *Women's History Review*, [s. l.] (special issue), v. 27, issue 6, p. 867-874, 2017..

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (orgs.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 223-240.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *In. A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. pp.39-126.

DIAS, Maria Odilada Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

DOS SANTOS, Jocélio Teles. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. Afro-Ásia, n. 32, 2005.

EDLER, Flávio *et al.* (org.). *Espaços da Ciência no Brasil (1830 - 1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Rosilene Gomes. Pai Manoel, o curandeiro africano, e a medicina no Pernambuco imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, p.215-231, supl., dez. 2012,.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra.*, 4 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

FERNANDES, Flavia. Escravas do lar, as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. In: XAVIER, Giovana F.; BARRETO, Juliana; GOMES, Flávio dos Santos. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Summus; Selo Negro, 2012, p. 244-261.

FERREIRA, Luiz Otávio. Uma Interpretação Higienista do Brasil Imperial. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.

FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 6, p. 331-351, 1999.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, p.153-171, supl., jun. 2008

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 481 ed. rev. São Paulo : Global, 2003.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GIL, Caroline Amorim. *Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República*. 2018. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia S. Apresentação. In: _____ (org). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 7-37

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da Abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Editora Selo Negro e Summus Editorial, 2014.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das "nevroses" e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)*. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p.223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.5, p. 07-41, 2009.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia Salgado. “Condições de vida e vulnerabilidades nas epidemias: do cólera no século XIX à Covid-19”. In: SÁ, Dominichi Miranda; et al (orgs.). *Diário da Pandemia: o olhar dos historiadores*. São Paulo: Editora Hucitec, 2020, p. 232-240.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 407-430, 2008.

LAQUEUR, Thomaz. *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850). 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011..

LUZ, Madel T. Natural, racional, social: razão médica e racionalidade moderna [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Fiocruz; Edições Livres, 2019. 184 p. (Coleção Memória Viva).

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras de brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena *et al.* (org.). *Ventres Livres? Gênero, Maternidade e Legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? In: LIMA, Ivana Stolze *et al.* (orgs.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Casa de Rio Barbosa, 2018, p.327-337.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Entre Dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: XAVIER, Giovana *et al.* (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. São Paulo: Editora Selo Negro, Summus Editorial, 2012, p. 199-213.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 91-108, 2019.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. 2º ed., São Paulo: EDUSP, 2010.

MACHADO, Roberto *et al* (Org) . *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

MAIO, Marcos Chor. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista no século XIX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como Questão*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Fiocruz, 2010, p. 53-81.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

- MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Campinas, Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, 2000, 311 p.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- MARTINS, Bárbara Canedo. Reconstruindo a memória de um ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro (1820-1880). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 138-167, 2012.
- MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.15-37.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, mar/1988 - ago/1988
- MODESTO, Victor Hugo. "Como se fossem escravos": menores de idade pobres tutelados na Amônia (Brasil, Grão-Pará: 1871-1900). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Com ela tem vivido sempre como cão com o gato: alforria, maternidade e gênero na fronteira meridional”. In: Gomes, Flávio; Schwacz, Lilia (Org) *Mulheres negras no Brasil Escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012
- MORGAN, Jennifer. *Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2004.
- MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). *Projeto História*, São Paulo, v. 25, p.197-2019, 2002.
- MOTT, Maria Lucia. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História – USP*, São Paulo, v. 120, p. 85-96, 1989.
- MOURA, Clovis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora USP, 2004.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: XAVIER, Regina Célia; OSÓRIO, Helen (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018, p. 360-391.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Racial e Educação, PENESB,

Rio de Janeiro, 05/11/03. Disponível em [Inclusão Social - Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia \(ufmg.br\)](http://ufmg.br). Acesso em: 20/01/2021.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* [online]. 2007, v. 10, n. 2 pp. 346-361.

OWENS, Deirdre Cooper. *Medical bondage: Race, gender, and the origins of American gynecology*. Georgia: University of Georgia Press, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAES, Mariana Dias. “Para além do ventre livre: a lei de 1871 e as mudanças na arena dos tribunais”. In: MACHADO, Maria Helena *et al.* (org.). *Ventres Livres? Gênero, Maternidade e Legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.p.429-448

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWACZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 92-98.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 2012. Tese (Professor Titular em História do Brasil ao Departamento de História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 949-969, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUSA, Caroline Passarine. Raça, gênero e maternidade: as mulheres escravizadas na proposta de emancipação gradual de José Bonifácio. *Em Tempo de Histórias*, [s. l.], v. 1, n. 36, 2020.

SOUSA, Caroline Passarine. “As primeiras experiências de ventre livre no mundo atlântico: Norte dos Estados Unidos e América Latina”. In: MACHADO, Maria Helena *et al.* (org.). *Ventres Livres? Gênero, Maternidade e Legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021, p. 167-188.

PIMENTA, Tânia Salgado; KODAMA, Kaori; GOMES, Flávio. “Das enfermidades cativas: para uma história da saúde e das doenças do Brasil escravista”. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio *et al.* (Org.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2018, p. 67-100.

PIMENTA, Tânia Salgado. Médicos e cirurgiões nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. *Revista Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 88-119, 2019.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José (orgs.). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 118-146.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1974.

PÔRTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 726-734, 2008.

RAMOS, Jair; MAIO, Marcos Chor. “Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventar-se a Investigação do Povo Brasileiro”. In MAIO, Marcos Chor ; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Editora Fiocruz, 2010, p. 25-49.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. ‘Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos’: fuga e família entre escravos na Bahia Oitocentista”. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 23, p.29-48, 1999.

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 37-68, 2000.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. 2nd ed., Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ROTH, Cassia. From free womb to criminalized woman: fertility control in Brazilian slavery and freedom. *Slavery & Abolition*, [s. l.], special issue, v. 38, n. 2, p. 269-286, jun. 2017.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial”. In: CHALHOUB, Sidney. (Org). *Artes e Ofícios de Curar: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Páginas da vida: experiências maternas de mães negras no antes e no pós Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1869–1888. Anais do 8º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, UFRS, p. 1-14, 2017.

SANTOS, Martha S. Mothering slaves, labor, and the persistence of slavery in Northeast Brazil: a non-plantation view from the hinterlands of Ceará, 1813–1884. *Women's History Review*, [s. l.] (special issue), v. 27, issue 6, p. 954-971, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Marie Jenkins. *Birth of a Slave: Motherhood and Medicine in the Antebellum South*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99 1995.

SHAPIN, Steven. The audience for science in eighteenth-century Edinburgh. *History of Science*, [s. l.], v. 12, p. 95-121, 1974.

SILVA, Robson R. da. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 297-322, 2016.

SLENES, Robert Wayne. . As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem Alegórica de Johann Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e da Cultura*, Campinas, SP, n. 2, p. 271–294, 2022.

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SLENES, Robert Wayne. Lares negros olhares brancos: histórias da família escrava no séc. XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 16, p. 189-203, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “A “nação” da mercancia: condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900”. In: FARIAS, Juliana Barreto *et al.* (Orgs.). *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 193-247.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, 2001.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, p. 281-300, 2007.

SCHIEBINGER, Londa . *Nature's Body: Gender In the Making of Modern Science*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013.

SCHIENBINGER, Londa. Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulas (orgs.). *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação a sexualidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

- SCHIEBINGER, Londa. *Skeletons in the closet: The first illustrations of the female skeleton in eighteenth-century anatomy*. California: University of California Press, 1987.
- TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- TOMICH, Dale W. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Washington: Rowman & Littlefield, 2004.
- TURNER, Sasha. The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery. *Slavery & Abolition*, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 232-250, 2017.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 189-222.
- VIANA, Iamara; GOMES, Flávio. Do “mercado imperfeito”: sobre corpos, africanos e médicos no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 71-96, 2019.
- XAVIER, Giovana. “Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção no Rio de Janeiro do século XIX”. In: FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER *et al.* (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 77-81.